



Silaine Bohry

**A DEMOCRACIA E A MULHER: UMA ANÁLISE DA ABORDAGEM
DA QUESTÃO DE GÊNERO DURANTE O PROCESSO
DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

Mestrado em Democracia e Governança - Roads to Democracy(ies) apresentada à
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra,
sob a orientação da Professora Doutora Silvia Maria Dias Ferreira

Setembro, 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Silaine Bohry de Oliveira

A democracia e a mulher:

Uma análise da abordagem da questão de gênero durante
o processo de impeachment de Dilma Rousseff

Dissertação de Mestrado em Democracia e Governança –
“Roads to Democracy(ies) –, apresentada à Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do
grau de Mestre.

Orientadora: Prof. Doutora Sílvia Maria Dias Ferreira

Coimbra, 2017

Para o meu filho Gabriel, que acabou de chegar.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as bênçãos;

Ao meu marido Israel, por me acompanhar nesta jornada;

À Prof. Doutora Silvia Ferreira, pelo apoio e orientação;

À Prof. Doutora Virgínia Ferreira, pelo apoio e acompanhamento.

Eu vivi a minha verdade.

Dilma Rousseff

RESUMO

O presente estudo teve como problema de pesquisa norteador a análise de como a questão de gênero foi abordada durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, focando-se o conteúdo de discursos que proferiu nesse período. Além disso, em caráter complementar, foram analisados artigos de imprensa que igualmente abordaram a questão de gênero em relação à primeira presidente do Brasil. Justamente por esse contexto peculiar de ineditismo feminino no poder, somado às descobertas recentes de escândalos gigantescos de corrupção e às manifestações populares também inéditas, o segundo impeachment em poucos anos de redemocratização merece atenção sob diversos prismas. No presente estudo o foco foi a análise de conteúdo de discursos da própria presidente, não havendo detalhamento dos debates técnicos e jurídicos a respeito do processo de impeachment. Os discursos foram selecionados de acordo com o período desse processo e as bases para a seleção foram o arquivo oficial do site presidencial, para o período em que Dilma ainda estava no cargo, e os meios de comunicação, para o período em que já estava afastada. Tratando-se de análise de conteúdo, foram utilizados dentre as categorias de análise e de acordo com o desenvolvimento teórico os chamados estereótipos de gênero, além de relação teórica com a própria conceituação de democracia. E sob a categoria final de análise, como progressão das categorias iniciais e intermediárias, foi buscada e efetivamente identificada, em caráter conclusivo, uma tentativa de relação entre a questão de gênero e a derrota de Dilma Rousseff, tentativa essa que acabou justamente por reforçar alguns daqueles estereótipos.

Palavras-chave: impeachment, Dilma Rousseff, questão de gênero, estereótipos de gênero.

ABSTRACT

This study had as a guiding research problem the analysis of how the gender issue was approached during Dilma Rousseff's impeachment process, focusing on the content of speeches she delivered in that period. Additionally, in a complementary manner, press articles that also addressed the issue of gender in relation to the first president of Brazil were analyzed. Precisely because of this peculiar and unprecedented context of feminine in power, coupled with recent discoveries of gigantic corruption scandals and popular manifestations also unprecedented, the second impeachment in a few years of redemocratization deserves attention under various prisms. In the present study the focus was the analysis of the contents of the president's own speeches, not having detailed technical and legal debates about the process of impeachment. The speeches were selected according to the period of this process and the bases for the selection were the official archive of the presidential website, for the period in which Dilma was still in office, and the media, for the period in which it was already removed. In terms of content analysis, the gender stereotypes were used among the analysis categories and according to the theoretical development, as well as a theoretical relationship with the democracy concept. And under the final category of analysis, as a progression of the initial and intermediate categories, was searched and effectively identified in a conclusive character an attempt to relate the gender issue to the defeat of Dilma Rousseff, and that attempt precisely reinforced some of those stereotypes.

Keywords: impeachment, Dilma Rousseff, gender issues, gender stereotypes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – DEMOCRACIA E GÊNERO.....	3
1.1. Democracia.....	3
1.2. A questão de gênero e o conceito de democracia.....	7
1.3. Os movimentos sociais e a questão de gênero.....	13
1.4. A democracia no Brasil e as mulheres.....	21
CAPÍTULO 2 – ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO.....	25
CAPÍTULO 3 – DILMA E A QUESTÃO DE GÊNERO NAS CAMPANHAS E NA PRESIDÊNCIA.....	33
CAPÍTULO 4 – O PROCESSO DE IMPEACHMENT.....	37
4.1. O impeachment de Fernando de Collor de Mello.....	39
4.2. O impeachment de Dilma Rousseff.....	40
CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA.....	45
CAPÍTULO 6 – A QUESTÃO DE GÊNERO DURANTE O IMPEACHMENT.....	55
6.1. A tentativa de relação entre a questão de gênero e o impeachment em artigos de imprensa.....	71
6.2. Observações teóricas a partir da análise de conteúdo.....	83
CONCLUSÕES.....	89
REFERÊNCIAS.....	93
ANEXO – UNIDADES DE REGISTRO DA ANÁLISE DOS DISCURSOS	

INTRODUÇÃO¹

O Brasil passa, atualmente, por uma profunda crise política. Descortinam-se os maiores escândalos de corrupção já descobertos, manifestações populares ocorrem de forma inédita e o segundo processo de impeachment em poucos anos de redemocratização acaba de ser concretizado, destacando-se ainda mais por afastar a primeira presidente do país. Justamente diante desse processo extremamente recente, e na verdade durante o seu desenrolar, o presente estudo foi desenvolvido. O objetivo, assim, é a análise de como a questão de gênero foi abordada durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, focando-se o conteúdo de discursos que proferiu nesse período e também, de forma complementar, o de artigos de imprensa que igualmente abordaram a questão de gênero em relação à ex-presidente.

O trabalho não objetivou, portanto, analisar e se posicionar sobre os debates técnico-jurídicos a respeito do processo de impeachment, focando na verdade a abordagem da questão de gênero. Nesse contexto, inclusive, e se tratando de uma análise de conteúdo, foram utilizados dentre as categorias e de acordo com o desenvolvimento teórico os chamados estereótipos de gênero.

Segue assim, primeiramente, um capítulo sobre a relação entre democracia e gênero, que se divide numa análise inicial sobre a própria democracia, outra sobre a questão de gênero e o conceito de democracia, uma terceira sobre os movimentos sociais e a questão de gênero e uma última sobre a democracia no Brasil e as mulheres. O segundo capítulo discorre brevemente sobre a atuação política de Dilma Rousseff e o terceiro sobre o processo de impeachment, dividindo-se numa descrição do impeachment de Fernando Collor de Mello, o primeiro no Brasil, e noutra sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff, a primeira mulher presidente.

O quarto capítulo aborda o conceito de estereótipos de gênero, que como apontado serviu à elaboração e à utilização de categorias intermediárias para a citada análise de conteúdo dos discursos presidenciais. O quinto capítulo descreve a metodologia utilizada para a seleção dos discursos, para a elaboração das categorias de análise e para a análise de conteúdo propriamente dita. E o sexto capítulo, enfim, traz o desenvolvimento em si da análise, abrangendo a aplicação das categorias iniciais, intermediárias e final (e respectivos

¹ Na capa, “Masque féminin de pantomime” (séc. 2º, Museu do Louvre). Foto da autora.

resultados). O capítulo traz ainda, em separado, observações em artigos de imprensa sobre a tentativa de relação entre a questão de gênero e o impeachment e por fim, também em separado, observações teóricas a partir de toda a análise de conteúdo realizada. As conclusões, por fim, amarram todas as observações feitas e fecham a proposta de contribuição do presente estudo, constando ainda no anexo as unidades de registro utilizadas na análise de conteúdo dos discursos.

CAPÍTULO 1 – DEMOCRACIA E GÊNERO

1.1. Democracia

Definir o conceito de democracia não é uma tarefa fácil, afinal o termo se consolidou gradativamente, com diversas inovações em diferentes tempos e lugares. Nas palavras de Markoff (1999: 689), a história da democracia é profundamente policêntrica e dinâmica, não podendo ser encarada como uma estrutura estática. Poderia assim ser definida como uma forma de governo na qual as pessoas devem ter toda a autoridade, com um conjunto de procedimentos no qual os detentores do poder são responsáveis pelo eleitorado e com um sistema onde todos os adultos podem votar, fundar partidos e contestar as eleições. Segundo Bobbio (2000: 16), numa “definição mínima”, o regime democrático “seria primariamente um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, onde está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”.

No final do século XVIII, a palavra democracia começou a se espalhar pelo mundo sem correspondência com instituições práticas, baseada apenas na crença de que poderia ser algo contra a ordem aristocrática (Markoff, 1999: 665) – governo no qual o poder político é dominado por um grupo elitista privilegiado pelo nascimento. Se a aristocracia fora identificada com instituições familiares, as instituições democráticas tiveram de ser inventadas, porque o poder da ampla noção de democracia era muito maior do que qualquer consenso sobre o que exatamente estava sendo defendido. Desde então, passando pelas revoluções liberais e por todo o desenvolvimento do conceito, os democratas têm debatido as instituições necessárias para a democracia.

Nesse contexto de avanços e retrocessos em que nenhum modelo é igual, a definição normativa se torna a mais útil para estudos comparativos, mesmo havendo o desequilíbrio entre o que Markoff (Idem: 662) chama de “país legal” e “país real”. É nessa linha que a democracia formal se tornou o conceito mais utilizado hoje em dia, referindo-se normativamente a um sistema político com eleições regulares livres e justas, sufrágio universal, prestação de contas dos órgãos administrativos do Estado, garantias de liberdade de expressão e associação e proteção contra a ação arbitrária do Estado (Huber; Rueschemeyer; Stephens, 1997: 323). A reunião dessas disposições, porém, justamente por

ser meramente formal, não garante a igualdade no processo de tomadas de decisões e a distribuição equitativa do poder político.

Questionamentos como esse acompanham a evolução do conceito. Desde Montesquieu e Rousseau e passando por Schumpeter, por exemplo, como cita Urbinati (2004: 55), figura a crítica sobre a representação no contexto da democracia. O mecanismo representativo, sendo um mero meio de suposta viabilização da democracia (por não ser praticável a democracia direta), não poderia ser elevado a característica definidora dessa própria democracia. Sendo assim, e diante da ausência de mecanismos complementares de participação, a democracia seria um ideal ilusório, podendo ser utilizada pela classe dominante para esconder o caráter invariavelmente elitista dos respectivos regimes. Faz-se necessário, portanto, analisar os diversos aspectos (ideais e reais) envolvidos e comparar a democracia representativa, participativa e social.

Conforme apresentado acima, a democracia formal restringe-se a uma série de disposições normativas que giram em torno principalmente da dinâmica da representação, sistematizando o voto e outros mecanismos relacionados. Sendo assim, equipara-se de certa forma à chamada democracia representativa, que é caracterizada justamente pela representação política por meio de eleições regulares livres e justas e sufrágio universal, prestação de contas dos órgãos administrativos do Estado, garantias de liberdade de expressão e associação e proteção contra a ação arbitrária do Estado. Genericamente a expressão significa que as deliberações coletivas não são tomadas diretamente pelos interessados, mas por pessoas eleitas para essa finalidade. Sendo assim, consiste em uma democracia circunscrita, que se restringe ao âmbito da constituição de governos (representação) e outras garantias, sem grandes processos participativos (participação popular).

A democracia participativa abre espaço para que os cidadãos possam opinar e intervir nas decisões tomadas pelos representantes do poder, ou seja, nesse modelo o papel da população não se restringe ao voto. A teoria participativa aborda de forma diferente o problema da representação e reinsere no debate democrático os arranjos participativos. Reconhece assim que a representação deve envolver as dimensões de autorização e prestação de contas, e considera a coordenação de diversos grupos e soluções em uma mesma jurisdição. Isso possibilita que o procedimentalismo democrático não seja apenas um método de autorização de governos, e sim um exercício coletivo do poder político. Uma ferramenta

que previne o governo de privilegiar certos grupos e que promove igualdade de representação de interesses e políticas econômicas e sociais redistributivas (Huber; Rueschemeyer; Stephens, 1997: 340).

A democracia social inclui as definições de democracia representativa e participativa, e adiciona um sistema organizado em ordem de promover a igualdade econômica e social, ou seja, o bem-estar social. De fato, como analisam Leonardo Avritzer e Boaventura de Souza Santos (2003: 17), as combinações possíveis entre democracia participativa e democracia representativa são justamente a coexistência e a complementaridade.

A democracia, por ser recente como forma de governo, tornou-se consenso apenas no pós-guerra. Diante da crítica marxista, porém, a teoria democrática hegemônica passou a formular a democracia como forma e não substância - uma democracia formal, não material. Nesse contexto, e com o crescimento e concentração das funções estatais para o bem-estar social, a burocracia passou a ser encarada de forma positiva, como essencial a essas funções do Estado. Ocorre, porém, que a especialização gerada pela burocracia distancia o cidadão comum do exercício democrático, impossibilitando uma democracia com a intensidade ideal. Além disso, para a efetivação da democracia formal, é necessário ter em conta o equilíbrio de poder entre as classes, a estrutura do poder do Estado e das relações Estado-sociedade e as estruturas de poder internacional, como salienta Huber e outros (Huber; Rueschemeyer; Stephens, 1997: 325).

Com o aumento da informação e da chamada cidadania ativa, então, gerou-se uma crise da representação, uma questão que direcionou a democracia para uma crescente articulação entre representação e participação. Permanece, assim, a tensão ideológica com os respectivos efeitos políticos, que Evelina Dagnino sintetiza na identificação de dois projetos: o político democratizante e o neoliberal. É importante destacar que Dagnino entende como projeto político um conjunto de crenças, interesses e visões de mundo que direcionam as ações políticas.

O projeto democratizante caracteriza-se pelo alargamento da democracia, mediante o crescimento efetivo dos arranjos participativos. Ideologicamente, pode-se citar nessa linha o socialismo democrático como exemplo da tentativa de diminuição das desigualdades sociais mediante regulação do sistema capitalista, no contexto de um Estado Social. Permitir-se-ia à classe trabalhadora, assim, o enfrentamento à burguesia em condições de legalidade e de igualdade, num sistema democrático.

O liberalismo, por sua vez, trabalha com o vácuo entre institucionalização e concretização, utilizando os novos espaços sociais criados de forma meramente instrumental e transferindo as responsabilidades estatais, de forma a transformar as entidades em prestadoras de serviços (o papel das organizações sociais acaba restrito à implementação e execução de políticas públicas, sem participação nas decisões e formulações dessas políticas). Esse é o segundo projeto político identificado por Dagnino, o projeto neoliberal. Nele o Estado se afasta do papel de garantidor de direitos, e cresce a identificação entre sociedade civil e ONG, numa tendência que restringe o conceito e conseqüentemente a prática. As ONG's, por sua vez, acabam refletindo o interesse de suas equipes diretivas e se adequam perfeitamente ao projeto político neoliberal.

Altera-se também o próprio significado de cidadania, num processo de individualização, conexão com o mercado, flexibilização dos direitos trabalhistas e caridade superficial para com os pobres (responsabilidade empresarial, por exemplo). O projeto neoliberal, portanto, além da redução do Estado, trabalha também com concepções minimalistas da política e da própria democracia. Os resultados, além do impedimento de uma evolução democrática, são também as regressões de experiências antes positivamente concretizadas. Dagnino (2004: 97) entende, ainda, que o grande desafio para enfrentar determinados aspectos do projeto neoliberal é a “confluência perversa” entre ele e o projeto político democratizante, pois ambos trabalham com a ideia de uma sociedade civil ativa e propositiva.

O conservadorismo, por fim, parte exatamente dessa confluência, uma vez que, no campo ideológico, tende a afirmar-se por oposição às duas outras ideologias citadas: o liberalismo e o socialismo. Devido à sua reação ou resistência às revoluções liberais na Inglaterra e na França é comumente identificado com o Antigo Regime, mas é importante enfatizar que a reação ideológica se dá contra os dois “lados”. O traço mais característico do conservadorismo é a desconfiança, no sentido de preservar os avanços conquistados e prosseguir a evolução sem reviravoltas utópicas (sejam para um lado ou para o outro). Sendo assim, segundo José Castello-Branco (2014: 160), o empirismo conservador poderia conduzir ao pluralismo, ao passo que o racionalismo que informa tanto o liberalismo como o socialismo poderia conduzir a uma unicidade e esvaziamento da diferença, na abstração igualitária de seus planos utópicos (embora distintos) de construção social. Há, portanto, um

outro lado a ser analisado no viés conservador, para além da reiterada acusação de conformismo com as desigualdades sociais.

Sendo assim, determinada lei ou norma democrática pode significar um avanço, mas é preciso analisar o que de fato acontece na prática. Embora a dificultar a comparação com outros regimes, o contexto cultural e a história se tornam determinantes na definição de uma democracia em particular. E há ainda a influência ideológica dos paradigmas adotados em cada regime, tratando-se na verdade de verdadeiras matrizes culturais, mais do que simples estratégias de atuação política. Quanto à questão de gênero, desde o início da era moderna da democratização analisava-se a questão do voto feminino, que foi conquistado aos poucos e em épocas diferentes (a princípio somente mulheres casadas, com autorização dos maridos, viúvas e solteiras com renda própria, etc.).

Os obstáculos nesse sentido foram superados na maioria dos casos, mas permanecem desafios no sentido da ampliação da participação feminina nos mecanismos de representação democrática (percentual em cargos políticos) e até mesmo na efetivação da igualdade na vida cidadã cotidiana (participação no mercado de trabalho, equiparação dos salários, etc.). Uma primeira análise dessa relação, porém, parte da influência da questão de gênero na própria conceituação de democracia. A propósito, e delimitando desde já os conceitos, entende-se neste estudo a categoria “gênero” na linha da formulação de Joan Scott (1996), para quem o conceito se refere a um sistema de relações de poder que envolvem qualidades, papéis, identidades e comportamentos atribuídos opostamente a mulheres e homens. Daí portanto a diferenciação de sexo, que se refere às diferenças biológicas e não necessariamente sociais e culturais, em seu respectivo contexto histórico.

1.2. A questão de gênero e o conceito de democracia

As definições de democracia geralmente incluem três aspectos fundamentais, que seriam a concorrência, a participação e as liberdades civis (Paxton, 2000: 93). Grande parte dos autores aceitam essas componentes, mas divergem em como a democracia deveria ser medida e não levam em consideração a participação universal como componente central na demarcação do início de uma era democrática. Para Diamond, Linz e Lipset (apud Paxton, 2000: 94), por exemplo, “a democracia denota um nível altamente inclusivo da participação política na seleção de líderes e políticos, pelo menos por meio de eleições periódicas e

justas.” A definição de democracia de Muller (apud Paxton, 2000: 95) afirma que a política igualitária de instituições da democracia moderna proporciona que todos os cidadãos tenham a oportunidade de participar do processo de governo, que se manifesta pelo sufrágio universal adulto e eleições livres e justas e pela oportunidade de contestar as decisões governamentais.

Rueschemeyer, Stephens e Stephens (apud Paxton, 2000: 96) empregam uma definição convencional, que implica eleições regulares, livres e justas de representantes, com sufrágio universal e igualdade. Tatu Vanhanem (2000: 251) sugere um novo conjunto de medidas, que seriam a competição e a participação. Huntington (apud Paxton, 2000: 95) define um governo como democrático na medida em que os seus mais poderosos decisores coletivos são selecionados por eleições justas, honestas e periódicas, os candidatos competem livremente pelos votos e praticamente toda a população adulta é elegível para votar. Embora esses autores tenham incluído a participação na definição de democracia, a menção feminina no sufrágio simplesmente foi ignorada em muitas pesquisas que apontaram as datas iniciais dos regimes democráticos pelo mundo. Como se verá a seguir o tema é complexo e rodeado de críticas e novas propostas para a contagem do início da democracia em diversos países. Focando as ondas democráticas de Huntington e algumas das respectivas críticas pretende-se aqui um balanço da problematização, como questão primeira e central no âmbito da relação entre gênero e democracia.

De acordo com Huntington (1991: 26), houve três ondas de democratização no mundo, conjuntos de transições de regimes não democráticos para democráticos. Essas ondas, porém, foram seguidas por ondas reversas, quando países democráticos reverteram-se em não democráticos. A primeira “longa” onda fluiu ininterruptamente de 1826 até 1926, e marcou o surgimento de regimes democráticos como um fenômeno do século XIX. Essa primeira onda surgiu das revoluções americana e francesa, baseada em critérios mínimos como o direito a voto de 50% dos homens adultos e um Executivo com apoio majoritário de um parlamento eleito ou escolhido por eleições periódicas. Dentro dessa perspectiva, os Estados Unidos, por exemplo, já eram considerados democráticos desde 1828 e, nos anos seguintes, outros países introduziram o voto secreto e aumentaram as responsabilidades dos governantes em relação à sociedade, como a Suíça, a França e a Grã-Bretanha, que tornaram-se países democráticos antes do final do século XIX. Depois da Primeira Guerra Mundial, a Itália e a Argentina também implementaram regimes democráticos e, na década de 30 do

século XX, o Chile e a Espanha. Em cem anos, 30 países estabeleceram instituições democráticas mínimas.

Nesse período, o senso comum considerava que a transição de países para a democracia seria um processo natural, tendo em vista o progresso social. No entanto, o desenvolvimento político compreendido entre 1922 e 1942 - primeira onda reversa - provocou o distanciamento da democracia e trouxe novamente formas autoritárias de governos tradicionais ou totalitaristas. Essa reversão foi marcada pela ascensão de Mussolini no governo da Itália e atingiu países que haviam implementado a democracia poucos anos antes. A Lituânia, Polônia e Letônia, por exemplo, tiveram seus regimes democráticos derrubados por golpes militares, e na Alemanha a chegada de Hitler ao poder provocou o fim da democracia.

Com a Segunda Guerra Mundial, surgiu a segunda onda (1943-1962) de democratização, de breve duração. A vitória dos Aliados e a consequente ocupação do território desencadeou a democratização na Alemanha Ocidental, Japão, Áustria, Itália e outros países. Em 1940, Brasil, Turquia, Grécia e Costa Rica retornaram à democracia, e, nos anos seguintes, também a Argentina, Venezuela, Colômbia e o Peru. No final dos anos 50, no entanto, marcou-se o retorno de regimes autoritários nesses quatro países (Huntington, 1991: 26). Depois da Segunda Guerra, a descolonização fez surgir novos países sem instituições democráticas. Logo em seguida, veio a segunda onda reversa (1958-1975), com transformações mais relevantes na América Latina. No Peru, por exemplo, o autoritarismo retornou quando os militares tentaram modificar o resultado das eleições, em 1962. No ano seguinte, foi eleito um civil que acabou sendo deposto pelos militares. No Brasil e na Bolívia, ocorreram golpes militares em 1964, na Argentina em 1966, no Equador em 1972 e no Chile e Uruguai em 1973.

A terceira onda de democratização foi marcada pelo fim da ditadura em Portugal, em 1974, e espalhou-se pela Europa meridional. Ao final da década de 1970, essa onda propagou-se para a América Latina e mais adiante aos países da América Central. O movimento também chegou à Ásia e aos países comunistas no final da década de 1980 e início da década de 1990. Na África e no Oriente Médio o impacto da terceira onda foi limitado.

Embora o estudo de Huntington tenha sido influente, alguns autores, como Renske Doorenspleet (2000: 386), sugerem que sua análise estaria longe de ser convincente. O

problema estaria na falha ao fornecer uma clara e significativa distinção entre regimes democráticos e autoritários. O estudo erraria ao focar a dimensão da concorrência e ao ignorar a exigência de sufrágio universal, e parece adotar outros critérios para os sistemas do século XIX, que foram classificados como democráticos quando 50% dos adultos do sexo masculino se tornaram elegíveis para votar. No início do século XX, Portugal é também considerado democrático, embora somente homens cidadãos tenham ganhado o direito de participar.

Outro problema apontado pela autora seria empírico. Segundo ela, Huntington estimou a incidência de transições para a democracia em termos percentuais de estados mundiais envolvidos, sendo que o número de estados no mundo está longe de ser constante – a medida seria enganosa. Por exemplo, o número mínimo de democracias no mundo cresceu de 30, em 1957, para 37, em 1972, o que parece refletir uma pequena onda de democratização. Considerando a percentagem, porém, esse mesmo período parece ter sido caracterizado por uma pequena onda reversa, em que a proporção de estados que eram democráticos caiu de 32% para 27%. Segundo Doorenspleet (Idem, *Ibidem*), a explicação para esse pequeno paradoxo deve-se em grande parte à descolonização da África, quando o número de estados independentes no mundo cresceu de 93 para 137. Assim, embora tenha havido um aumento absoluto no número de regimes democráticos, a sua proporção face aos estados mundiais realmente caiu. As soluções apontadas pela autora para esses problemas seriam uma distinção consistente entre regimes democráticos e não democráticos e a consideração do atual número de estados que fizeram a transição de não democracia para democracia. Sendo assim, seria necessário reavaliar as três ondas de democracia.

As definições de democracia geralmente incluem todos os adultos, porém não introduzem as mulheres nas medições. De acordo com Pamela Paxton (Idem: 92), essa “falha” na operacionalização das medidas pode afetar as medições das datas de transição, a descrição da emergência da democracia e o entendimento sobre as causas da democratização. “Quando as mulheres são incluídas nas medidas utilizadas de democracia, a noção de ondas de democratização de Huntington (Paxton, Idem: 93) deixa de ter fundamento”. E, pela nova definição, a transição de alguns países para a democracia plena poderia aparecer de 30 a 70 anos depois da data tradicionalmente aceita.

Apesar de Huntington argumentar que a decisão de excluir as mulheres das medições de democracia é razoável para períodos antes de 1900, considera-se que, mesmo aceito esse

argumento, Huntington continuaria a classificar países sem sufrágio feminino como democracias até o século XX. A Suíça, por exemplo, é considerada uma democracia no contexto do século XIX, mas o critério não parece apropriado para o período do século XX, até 1971, quando as mulheres ganharam o direito de votar. No século XX, outros países também seriam tratados como democracias sem a garantia de votos das mulheres, como, por exemplo, Botswana, Fiji e Guiana, em 1962. Ao acrescentar a participação feminina na medição da democracia, as ondas democráticas de Huntington perderiam o fundamento e seriam alteradas, fazendo com que muitos países se “tornassem” democráticos bem depois. Apenas 16 países iriam compor a primeira onda, ao invés dos 30 sugeridos por Huntington. A revisão da primeira onda cobriria um período muito mais curto, começando em 1893 ao invés de 1828. Na revisão, a segunda onda aumentaria de tamanho, passaria a ter 34 países ao invés dos 25 originais. E a primeira onda reversa seria muito menor, sete países comparados aos 19.

Segundo Georgina Waylen (1994: 352), Huntington utiliza uma perspectiva “elitista” na democracia, o que prejudica a análise do relacionamento entre as relações de gênero e transições. Em alguns contextos, análises têm demonstrado que os movimentos de mulheres têm tido um papel significante na transição democrática. Na América Latina, por exemplo, a ausência de políticas convencionais sob regimes autoritários deram aos diferentes grupos de mulheres um certo espaço para pressionar práticas e estratégias baseadas em demandas de gênero. Apesar da repressão, movimentos heterogêneos de mulheres foram capazes de emergir e desempenhar um papel importante a curto e médio prazo na transição. O mesmo não foi observado na Europa Central e Oriental. A institucionalização da democracia, porém, não implicou numa democratização das relações de poder entre os homens e mulheres.

Considera-se, enfim, que a crítica de Renske Doorenspleet ao modelo das ondas de Huntington, no tocante ao fixismo no universo de países para o cálculo percentual das transições democráticas, realmente evidencia um problema a ser solucionado. Suas considerações sobre a definição de democracia, por sua vez, que se aproximam das de Pamela Paxton ao questionarem a exclusão feminina dos marcos estabelecidos, parecem merecer algumas observações. É fato que Huntington se contradiz, no sentido de sugerir a razoabilidade da exclusão no século XIX e continuar a tolerá-la para classificações no século XX, mas a solução pode estar no descarte desse argumento distintivo dos séculos e não necessariamente no recálculo total das ondas.

Se a construção conceitual e efetiva da democracia é entendida como processo gradual, caracterizado justamente por sucessivas agregações e aperfeiçoamentos, parece (isso sim) razoável que não se exija a completude do conceito atual para a primeira identificação da democracia em determinado país. Esse recorte abrupto impediria a visualização do desenvolvimento histórico, e de certa forma ocultaria a própria conquista da participação feminina como parte do processo.

No caso do Brasil, por exemplo, Doorenspleet chega a afirmar que a democracia teria surgido apenas em 1985. Como identificar e classificar, porém (conforme detalhamento feito a seguir, no item 1.4), os primeiros traços democráticos já na Constituição de 1891, a própria conquista do voto feminino em 1934 e os avanços da Constituição de 1946? Doorenspleet até cita essas datas como intermediárias ou de transição, mas seriam intermediárias ou transitórias em relação a quê, se de acordo com ela a democracia só pode ser considerada após o período ditatorial? Nota-se afinal que nesse aspecto, incluindo o pensamento de Paxton, possíveis recálculos das ondas democráticas de Huntington não beneficiariam a visualização adequada da evolução que o próprio conceito de ondas pressupõe. Além disso, exercícios como esse provocariam recálculos sucessivos (e prejudiciais, conforme exposto) com a ampliação do conceito de democracia, que certamente ainda se encontra em construção.

Enfim, nota-se desde a própria conceituação ou desde as delimitações teóricas que a relação entre a questão de gênero e a democracia precisa ser cuidadosamente analisada e aventada, tendo em vista sua própria continuidade e sua frutificação em prol das mulheres. E o mesmo se verifica quando a relação ou associação se desenvolve no âmbito dos movimentos sociais, conforme analisado a seguir.

1.3. Os movimentos sociais e a questão de gênero

Grande parte dos cidadãos eleitores tem chegado à conclusão de que a vida política não se limita à estrutura dos partidos políticos, à votação e à representação na esfera Legislativa e governamental. Assim, muitos grupos avaliam que os seus ideais e objectivos não podem ser viabilizados no âmbito dessa estrutura. É dentro desse contexto que surgem os movimentos sociais - referem-se a esforços colectivos com alguma duração e um certo grau de organização, que utilizam métodos não institucionalizados para tentar provocar

mudanças sociais (McAdam; Tarrow and Tilly, 2001). Seriam, portanto, tentativas de definir formas de acção social para se alcançar determinados objetivos (Pasquino; Bobbio and Mateucci, 2004).

Entre os objectivos dos movimentos sociais podem estar a mudança, a transição ou a revolução de determinada realidade considerada hostil a certos grupos ou classes sociais. Segundo Alain Touraine (1976), para entender os movimentos sociais é preciso considerar as estruturas sociais nas quais os movimentos se manifestam, pois o contexto histórico ajuda a verificar possíveis conflitos entre classes, as relações sociais e modelos culturais, políticos e sociais de determinada sociedade. Dentro desse contexto, os movimentos sociais fariam “explodir” conflitos já postos pelas estruturas sociais, tornando-se assim uma ferramenta fundamental para possíveis acções de intervenção e mudança daquela estrutura. São, portanto, essenciais para a sociedade civil enquanto meio de manifestação e reivindicação. Como exemplo temos o movimento negro, estudantil, de trabalhadores do campo, movimento feminista, entre outros.

Em geral, os movimentos sociais não se limitam a manifestações públicas esporádicas, pois são organizações que atuam de forma sistemática para alcançar seus objectivos políticos. Isso pode significar uma luta constante e de longo prazo a depender da natureza da causa. Por isso, muitos teóricos defendem que a existência de um movimento social requer uma organização muito bem desenvolvida – o que demandaria a mobilização de recursos e pessoas engajadas (Merl Storr, 2001).

Até a década de 1960 os movimentos sociais foram considerados por muitos sociólogos como fenómenos incomuns – pareciam estar à margem da prática sociológica convencional (Tarrow, 1998). Chegou a existir inclusive um pensamento que classificava os movimentos sociais como uma forma de desvio ou patologia, e suas acções eram interpretadas como expressão do colapso da sociedade e da anomia social. Sendo assim, muitos dirigentes eram julgados de agir por impulsos psíquicos inconscientes, em busca de uma ideologia irracional.

Depois da década de 1960, novos estudos tentaram compreender e explicar esses movimentos, que passaram a ser classificados como políticas “por outros meios”, sendo encarados como esforços colectivos em torno de determinados interesses que apontavam para objectivos racionais. Assim, os participantes desses movimentos acreditavam que o

trabalho desenvolvido ajudaria a alcançar a igualdade social, a democracia e “objectivos emancipatórios”. Nas palavras de Blumer:

Os movimentos sociais podem ser entendidos como empreendimentos colectivos que têm em vista a constituição de uma nova ordem da vida. Têm a sua origem numa condição de insatisfação e a sua motivação reside, por um lado, no desagrado face a um modo de vida estabelecido e, por outro, nos desejos e expectativas de um novo esquema de vida (1969: 8).

Desde 1960, começaram a surgir os novos movimentos sociais com distinção clara dos movimentos sociais precedentes (Touraine, 1971, 1981). Neles, foram introduzidas novas questões políticas dissociadas de interesses individuais de ordem puramente material e mais relacionadas à qualidade de vida, incluindo o estado do meio ambiente global, políticas de identidades de homossexuais e pessoas com deficiências, entre outros assuntos. Para alguns teóricos esses movimentos reflectem a transformação da sociedade industrial para a pós-industrial. As políticas industriais eram focadas na geração e distribuição de riquezas e as políticas pós-industriais preocupam-se principalmente com questões pós-materiais (Giddens, 2013).

O próprio Inglehart (1990) observou que a citada situação de gerações mais jovens, com seus valores pós-materialistas e com o desejado padrão de recursos materiais, leva ao dismantelamento da “velha” política e a busca de uma “nova” forma de política pós-industrial. Essas mudanças, enfim, abrem espaço para novas formas de organizações sociais que buscam adequar-se às necessidades emocionais de activistas e jovens com valores pós-materialistas. Vale destacar que os novos movimentos sociais não visam assumir o controlo do Estado e usar o poder estatal para mudar a sociedade. Pelo contrário, actuam no plano cultural e apelam directamente ao público.

Na prática, os novos movimentos sociais desenvolvem um conjunto de acções de protestos que podem ser manifestados por meio de influência política e ocupações pacíficas, o que ajuda a manter certo respeito em relação às forças do Estado. Um dos grandes objectivos dos movimentos é mostrar à sociedade aspectos até então desconhecidos ou ignorados, como por exemplo o tratamento cruel de animais ou a destruição de áreas verdes. Nesse processo, inclusive, os meios de comunicação de massa se tornam uma ferramenta de grande utilidade para divulgar as questões e ajudam na obtenção de apoio do público. A

internet, por sua vez, propaga instantaneamente imagens de protestos e os telemóveis e correios electrónicos também são utilizados para organizar campanhas.

De acordo com Melucci (1985), esses novos movimentos sociais são formas de comunicação e representam um desafio ao actual sistema político, pois são desenvolvidos com o apoio massivo da nova classe média, funcionários do aparelho burocrático do Estado, profissionais da arte e da educação e estudantes. Essas campanhas têm atraído um público bem variado, tais como reformados, feministas, estudantes, anarquistas, conservadores e outros. E a classe operária, responsável pelos principais movimentos na era industrial, não aparece envolvida em número significativo.

Segundo Eckersley (1989), o crescimento desses novos movimentos aumenta rapidamente porque visa melhorar a vida de todos, e não apenas da classe média. Vale ressaltar que a queda de confiança na política tradicional e o aumento desses movimentos sociais revelam um paradoxo na democracia, e demonstram que na verdade grande parte dos cidadãos eleitores não está apática nem desinteressada pela política - apenas teriam passado a acreditar que a acção directa e a participação são mais eficazes do que confiar nos políticos e nos sistemas políticos. Eles acreditam que os movimentos sociais colocam em destaque assuntos sociais complexos para serem discutidos pela sociedade civil, o que ajudaria a reinventar a democracia em muitos países.

Tudo isso, como já comentado, é impulsionado pelo uso das ferramentas de comunicação, que ajudam os movimentos a encontrarem apoio de redes internacionais e regionais envolvidas com organização não-governamentais, grupos religiosos e humanitários e outras entidades de interesse público. Essa conexão facilita a acção e exige que sejam dadas respostas imediatas aos acontecimentos: a partilha rápida de informações ajuda a pressionar empresas, governos e organizações internacionais para agirem o mais rápido possível. Essas mudanças, segundo Meyer e Tarrow (1997), direccionam para uma sociedade do movimento social sem fronteiras.

Por fim, é importante ressaltar que os movimentos sociais emergem a partir de oportunidades políticas, ou seja, na medida em que as autoridades no poder não têm condições de reprimi-los, seja por divisões ou instabilidades internas. Surgem, inclusive, pela falta de inclusão de determinados interesses colectivos na agenda política do governo. Segundo Kingdom, a formulação de políticas públicas inclui o estabelecimento de uma agenda – lista de temas ou problemas que se tornam importantes na pauta dos políticos e

pessoas de fora do governo associadas às autoridades (1995: 222). Pelo fluxo da política os participantes constroem consenso por meio de negociação, criando emendas em troca de apoio, atraindo políticos para alianças da satisfação de suas reivindicações, ou então fazendo concessões em prol de soluções de maior aceitação.

Um modelo satisfatório de agenda, segundo Kingdom, precisaria compreender mudanças repentinas, tolerar enorme complexidade de problemas e modelar processos confusos de maneira ordenada. Os movimentos sociais são atores nessa disputa e fornecem informações sobre como os problemas sociais são percebidos e recebidos pela sociedade. Ao se posicionarem contra uma visão estabelecida pelo governo, os movimentos sociais podem ajudar a trazer alterações a leis e políticas públicas, por isso são considerados uma das formas mais poderosas de acção colectiva. A adesão aos movimentos sociais, no entanto, não deve fazer com que o eleitor cidadão perca o interesse pelo modelo democrático representativo. Sendo assim, como uma possível resposta do governo, deveria haver crescente institucionalização de mecanismos participativos em agregação à dinâmica da democracia representativa, demonstrando-se afinal que é possível haver a complementaridade que se detalha a seguir.

A percepção por parte do cidadão eleitor de que nas democracias modernas o povo não tem exercido controle sobre as estruturas administrativas do Estado tem levado muitos a concluir que não há de fato, na prática, uma soberania popular, e conseqüentemente não há efetiva democracia. É exatamente desse raciocínio que surge a noção de elitismo democrático, restringindo a ideia de soberania ao ato de votar e representando a democracia apenas como método. O voto serve assim apenas para manifestar insatisfações, e as decisões que serão tomadas depois pelos eleitos não necessariamente irão corresponder aos anseios dos eleitores. Essa percepção já tem sido alcançada por muitos eleitores que, diante da indiferença política às suas reivindicações, têm perdido o interesse pelo mecanismo meramente formal de votar.

Surge então, como complemento, a democracia participativa, que abre espaço para que os cidadãos possam opinar e intervir nas decisões tomadas pelos representantes do poder. A teoria participativa aborda de forma diferente o problema da representação e reinsere no debate democrático os arranjos participativos. Reconhece assim que a representação deve envolver as dimensões de autorização e prestação de contas, e considera a coordenação de diversos grupos e soluções em uma mesma jurisdição. Isso possibilita que

o procedimentalismo democrático não seja apenas um método de autorização de governos, e sim um exercício coletivo do poder político. Uma ferramenta que previne o governo de privilegiar certos grupos e que promove igualdade de representação de interesses e políticas econômicas e sociais redistributivas (Huber, Rueschemeyer and Stephens, 1997: 340).

Segundo David Held (2006), o direito igual para a liberdade e o auto-desenvolvimento só pode ser alcançado em uma sociedade participativa, uma sociedade que promove um senso de eficácia política, nutre uma preocupação em relação aos problemas coletivos e contribui para a formação de uma cidadania experiente capaz de manter um interesse contínuo no processo de governo. Numa democracia participativa os cidadãos participam diretamente da regulação de instituições fundamentais da sociedade e o governo mantém um sistema institucional aberto para garantir a possibilidade de experimentação de formas políticas. Não prevê, portanto, a eliminação da democracia representativa e sim uma complementaridade a esse sistema, incluindo novas formas de participação.

Mesmo que as eleições continuem sendo a maneira mais democrática de escolha dos representantes, é preciso que sejam seguidas por uma representação efetiva da sociedade civil para verdadeira legitimação entre os eleitores (Avritzer, 2007: 459). Quando se foca apenas a representação ocorre o desequilíbrio de forças entre os diversos grupos sociais, e isso acaba por direcionar as decisões dos representantes. A participação, por sua vez, eleva a intensidade da democracia e possibilita melhor equilíbrio nessas situações. Para Leonardo Avritzer e Boaventura de Souza Santos (2005: 47), as combinações possíveis entre democracia participativa e democracia representativa são justamente a coexistência e a complementaridade. Para que essa dinâmica de maior intensidade democrática possa ser apreendida pelos cidadãos, porém, é preciso obviamente que haja experiências participativas concretas oportunizadas pelo governo.

Um exemplo, especialmente no Brasil (Porto Alegre), é o orçamento participativo. O mecanismo governamental permite os cidadãos decidirem sobre parte dos orçamentos públicos que serão investidos pelas prefeituras municipais. O processo é feito com a participação da comunidade, por meio de assembleias abertas periódicas e etapas de negociação direta com o governo. Dessa forma, o mecanismo retira poder de uma elite burocrática e o repassa à sociedade. Enfim, são iniciativas como essa que os governos democráticos precisam implantar cada vez mais para garantir a soberania popular na gestão do Estado e resgatar o interesse do eleitor. Nessa perspectiva, como etapa de reinvenção da

democracia, o governo precisa encarar os novos movimentos sociais como um clamor do povo por maior envolvimento político, e responder demonstrando que é possível haver complementaridade entre os mecanismos participativos e os mecanismos da democracia representativa.

É preciso, porém, ter especial atenção para que as iniciativas promotoras de inclusão social e de maior participação não sejam pervertidas e cooptadas pelos atores do modelo hegemónico, num processo que legitimaria o esvaziamento das responsabilidades estatais e associaria possíveis fracassos aos novos mecanismos. A perversão, enfim, pode ocorrer por diversas vias, como a burocratização da participação e a exclusão de interesses de subordinados por meio do silenciamento ou da manipulação das instituições participativas.

Embora o regime democrático tenha se disseminado pelo mundo e sido considerado o melhor já experimentado, enfrenta actualmente momentos difíceis. Os eleitores perceberam que não têm efectiva soberania e muito menos os seus interesses atendidos pelos políticos eleitos. Um dos resultados dessa crise é verificado nas urnas, com o aumento do número de abstenção eleitoral especialmente nos países onde o voto não é obrigatório. Esse desinteresse do eleitor pelo voto, assim, pode estar relacionado à falta de confiança nos governos e nos políticos e também à busca por interesses individuais com reflexos colectivos e difusos, fazendo com que a política tradicional não seja interessante para atender aos novos interesses pós-materiais do cidadão.

A insatisfação e a falta de entusiasmo dos eleitores em relação à democracia representativa, no entanto, têm aberto caminhos para uma reinvenção da democracia através dos novos movimentos sociais, que surgem com novas questões e novos métodos de campanha. Essa ferramenta possui uma capacidade de organização internacional crescente que permite criar protestos em qualquer parte do mundo e estabelecer um diálogo sobre as questões centrais da sociedade. Essa mobilização, muitas vezes, contribui para alterar leis e políticas públicas não aprovadas pela sociedade, por isso os movimentos sociais são considerados uma das formas mais poderosas de acção colectiva. No entanto, também podem revelar que os cidadãos passaram a acreditar que a acção directa e a participação são mais eficazes do que confiar nos políticos e nos sistemas políticos.

Diante dessa crise democrática, o governo precisa compreender adequadamente a demanda e aumentar o desenvolvimento e a institucionalização de mecanismos de participação. Demonstrar-se-ia, assim, que o caminho de reinvenção da democracia não

passa pelo abandono e pela substituição das dinâmicas burocráticas de representação. Passa sim pela complementaridade entre representação e efectiva participação, de forma a incluir o cidadão na busca de respostas para os problemas sociais complexos da actualidade. Uma inclusão, reforce-se, que não se daria apenas por meio dos movimentos sociais já em curso, mas também e principalmente pela resposta a eles na forma da ascensão e consolidação governamental de mecanismos participativos, em agregação ao voto e demais instrumentos representativos.

Nesse contexto, quanto à questão de gênero, os movimentos feministas têm um papel importante. O feminismo pode ser definido como um movimento que combate a desigualdade entre homens e mulheres. Essa ideologia defende a igualdade nos aspectos social, político e econômico. Defende-se que a história do feminismo pode ser demarcada em três ondas: a primeira teria ocorrido entre o século XIX e o início do século XX, a segunda entre 1960 e 1970 e a última da década de 1990 até os dias de hoje (Humm, 2003).

Esses movimentos sociais, filosóficos e políticos foram responsáveis por mudanças em várias áreas da sociedade ocidental e contribuíram com a perspectiva de autonomia e integridade das mulheres. No primeiro período entre o século XIX e início do século XX, o feminismo visava promover a igualdade nos direitos contratuais e de propriedade para ambos os sexos nos Estados Unidos e no Reino Unido. Já no fim do século XIX passou-se a lutar pela conquista do poder político, especialmente o direito pelo voto feminino. Nessa época, na Inglaterra e em Paris, um grupo conhecido como suffragettes ficou famoso pelas campanhas que faziam. Elas eram membros de organizações de mulheres que defendiam o direito de voto nas eleições públicas para o sexo feminino. Foram influenciadas por métodos russos de protesto, como greves de fome, e lideradas por Emmeline Pankhurst e Christabel.

A Ilha de Man, dependência da Coroa do Reino Unido, em 1881, autorizou mulheres que possuíam propriedade para votar nas eleições parlamentares, mas foi a Nova Zelândia o primeiro país a auto-regular a concessão de todas as mulheres com idade superior a 21 anos o direito de voto em 1893 nas eleições parlamentares. Na Grã-Bretanha, mulheres com 30 anos e com certas qualificações de propriedade receberam o direito de voto em 1918. Somente em 1928 o sufrágio foi estendido a todas com idade superior a 21 anos.

Na segunda onda do feminismo, a luta das mulheres também passou a ser contra a discriminação, principalmente por causa das desigualdades culturais e políticas. E no final do século XX e início do século XXI a terceira onda do feminismo buscou eliminar

definições da feminilidade focadas especialmente nas experiências de mulheres brancas, de classe média alta. Nesse período, feministas negras buscaram incluir questões relacionadas à raça no debate.

No Brasil, ao longo do século XX, as mulheres conquistaram o direito do voto e mais tarde de serem candidatas elegíveis. A luta pelo sufrágio foi liderada por Bertha Lutz, bióloga e cientista de importância, além de uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – organização que fez campanha pública pelo voto – direito conquistado em 1932 quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral Brasileiro, pelo então presidente Getúlio Vargas. Esse período teve influência do movimento das operárias de ideologia anarquista, que se reuniam na União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas.

Tempos depois, o movimento feminista perdeu um pouco da força na Europa e no Brasil, e a ditadura militar instaurada em 1964 no país, prejudicou o andamento dos movimentos e das conquistas das mulheres. Mesmo assim, na década de 1970, as lutas foram retomadas e obras literárias importantes liberadas, como o livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir e *A Mística Feminina*, de Betty Friedan. Essas obras expandiram o movimento feminista no país (Pinto, 2010). Mulheres de classe média alta e intelectualizadas passaram a defender a militância em partidos políticos e defendiam a autonomia do movimento frente aos partidos políticos. Com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT), que elegeu Luís Inácio Lula da Silva como presidente da República, foi criada a Secretaria das Mulheres. Com isso, um maior número de mulheres passou a participar do governo.

O período de 1960 marcou o mundo ocidental por diversas razões. Os Estados Unidos entraram na Guerra do Vietnã com um grande número de jovens. Na Califórnia foi iniciado o movimento hippie com o lema paz e amor. A Europa foi marcada pelo “Maio de 68”, em Paris, onde estudantes colocaram em xeque a ordem acadêmica estabelecida há séculos, em Sorbonne. Também foi a década em que foi lançada a pílula anticoncepcional primeiramente nos Estados Unidos e em seguida na Alemanha. Os Beatles e os Rolling Stones disparavam nas paradas de sucesso, e nesse mesmo período foi lançado o livro que seria uma espécie de bíblia do novo feminismo: *A mística feminina*, de Betty Friedan, em 1963. Pela primeira vez as mulheres passaram a falar diretamente sobre relações de poder entre homens e mulheres.

No final do século XX, o movimento feminista no Brasil passou por um processo de profissionalização, onde foram criadas Organizações Não-Governamentais (ONGs), com o intuito de atuar junto ao Estado e assim aprovar medidas protetoras às mulheres e mais

espaços para a sua participação política. A meta era lutar contra a violência, por isso foram criadas Delegacias Especiais da Mulher em todo o país. Para muitos estudiosos, a luta feminista está relacionada à humanidade que pretende ser livre. Samora Machel (1982, p. 18) considera “a libertação da mulher como uma necessidade fundamental da Revolução – que teria por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção de uma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho e a natureza”.

1.4. A democracia no Brasil e as mulheres

O Brasil conquistou a independência de Portugal em sete de Setembro de 1822. Esse novo estado nasce efectivamente (juridicamente) dois anos depois com a Constituição de 1824, tendo por modelo as monarquias liberais europeias. Para uma sociedade escravista e pouco dinâmica a constituição discriminou textualmente os libertos (escravos alforriados) e só concedeu direito de votar e ser votado aos mais ricos. Aqui já nota-se um fato peculiar, de o Brasil continuar a ter o regime monárquico depois da independência, o que foi causado entre outros motivos pela falta de participação popular no processo (Estado antes de sociedade).

A Proclamação da República Brasileira ocorreu em 15 de novembro de 1889. O levante político-militar instaurou a forma republicana federativa presidencialista de governo no Brasil, derrubando a monarquia constitucional parlamentarista e, por conseguinte, pondo fim à soberania do Imperador D. Pedro II. A proclamação ocorreu quando um grupo de militares do exército brasileiro (liderados pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca) destituiu o imperador e assumiu o poder no país, novamente sem participação popular (Estado antes de sociedade).

Esse novo estado nasce efectivamente (juridicamente) dois anos depois, com a Constituição de 1891. De espírito republicano e influenciada pelo positivismo, essa constituição ampliou o direito de voto (já o direito de ser votado continuou reservado à elite agrária) e instituiu o mandato de quatro anos para Presidente da República. Foi a primeira carta do país a gravar a fórmula: “Todos são iguais perante a lei”. Nota-se aqui a presença de traços democráticos no âmbito representativo, tendo em vista inclusive que República teoricamente pressupõe democracia.

O primeiro governo de Getúlio Vargas - de 1930 a 1934 - é considerado como o início de uma era democrática no país, marcado pela Revolução de 1930 que derrubou o ex-presidente Washington Luís e acabou com a República Velha. Em julho de 1932, o Estado de São Paulo se insurgiu contra o governo provisório de Getúlio Vargas para exigir o retorno da ordem constitucional. Daí surgiu a Constituição de 1934, baseada na Constituição alemã da República de Weimar. Essa constituição estabeleceu o voto universal e secreto, o salário mínimo e a jornada de oito horas e, pela primeira vez, assegurou às mulheres o direito a participar das eleições.

Consolidou-se assim uma democracia de baixa intensidade, por se restringir à democracia representativa. Na democracia de alta intensidade, por sua vez, figurariam diversos mecanismos participativos, tendo em vista participação e controle sobre as estruturas administrativas.²A instituição do sufrágio para as mulheres brasileiras se deu a partir de uma reforma no Código Eleitoral, com a assinatura do Decreto-Lei 21.076, de 24 de fevereiro de 1932 pelo então Presidente Getúlio Vargas. Mas somente as mulheres casadas (com autorização dos maridos), viúvas e solteiras que tivessem renda própria podiam votar. Em 1934, as restrições ao voto feminino foram eliminadas do Código Eleitoral, embora a obrigatoriedade do voto fosse um dever masculino – somente em 1946 a obrigatoriedade do voto seria estendida às mulheres.

A Constituição de 1937 foi o marco-fundador do Estado Novo, num retrocesso nesse histórico de democracia. Ela foi escrita sob influência do fascismo e teve semelhanças com a Constituição autoritária da Polônia, de 1935. Centralizou poderes, estendeu o mandato presidencial para seis anos, reintroduziu a pena de morte e eliminou o direito de greve. Por meio dela, o presidente Getúlio Vargas passou a indicar governadores e acumulou poderes para interferir no judiciário. Em 1946, o Brasil ganhou uma nova Constituição reassegurando a livre expressão e os direitos individuais. Mas a democracia duraria pouco.

Com o golpe militar de 1964, o governo de João Goulart foi destituído e os militares assumiram o poder no Brasil. Três anos depois do golpe, em 1967, os militares patrocinaram uma nova constituição e enterraram as previsões democráticas da Carta de 1946. O texto restringiu a organização partidária, concentrou os poderes no Executivo, impôs eleições indiretas para presidente e restabeleceu a pena de morte. O AI-5, decretado em 1968, suspendeu as mais básicas garantias, como o direito ao habeas corpus.

² A classificação se aplica à experiência brasileira (Avritzer e Santos, 2003).

Com o fim da ditadura militar em 1985 faltava ainda o marco legal que livrasse o país do autoritarismo. Em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição. O texto estabeleceu ampla liberdade política e de imprensa, restabeleceu o equilíbrio entre os poderes, fixou direitos individuais e dispôs sobre diversos mecanismos participativos (democracia de alta intensidade em potencial). Atualmente, o Brasil figura como um país bastante participativo, considerando-se os orçamentos participativos, os conselhos, as audiências públicas, as conferências nacionais. Permanecem, porém, desafios no sentido de institucionalização das diversas formas de expressão, bem como de articulação das diferentes formas de participação e dessas formas com a própria representação.

Quanto à participação das mulheres, nesse contexto de retomada democrática, atualmente 30%³ das vagas de cada partido ou coligação no Brasil devem ser preenchidas por candidatas do sexo feminino. E além da experiência de uma primeira presidente do Brasil, com Dilma Rousseff, houve várias governadoras, senadoras, deputadas federais e deputadas estaduais. Com esse histórico, enfim, o Brasil pode ser considerado pioneiro ao ser comparado com outros países. Argentina e França só garantiram o sufrágio feminino na década de 1940 (o Brasil em 1932 como citado acima, embora com restrições), e Portugal na década de 1970. A Nova Zelândia, no entanto, saiu na frente ao instituir o voto feminino em 1893.

Atualmente, no Brasil, há ainda o fato de que em 2009 a reforma eleitoral instituiu novas disposições na Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995), de forma a privilegiar a promoção e a difusão da participação política das mulheres. Uma das disposições é a determinação de que os recursos do Fundo Partidário sejam aplicados na criação e manutenção de programas de promoção da participação feminina na política – mínimo de 5% do total repassado ao partido. A reforma eleitoral exige ainda que a propaganda partidária gratuita promova essa participação, dedicando às mulheres o mínimo de 10% do tempo a ser fixado.

³ A Lei nº 9.100/1995, que regeu as eleições municipais de 1996, representou uma grande conquista feminina ao determinar um mínimo de 20% das vagas de cada partido ou coligação; a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) determinou para as eleições de 1998 o percentual mínimo de 25% para cada sexo e finalmente, já para as eleições posteriores, a lei fixou em 30% esse mínimo.

CAPÍTULO 2 – ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO

Em uma lógica de codificação da realidade, ideologia e poder, Flávia Biroli (2011: 131) compreende os estereótipos de forma geral como “dispositivos cognitivos capazes de facilitar o acesso a novas situações e informações. Isso significa que equivalem a categorias que definem padrões de aproximação e de julgamento, os quais orientam a leitura do novo a partir de referências prévias.” A complexidade das relações concretas é assim reduzida e amplia-se o grau de previsibilidade nas novas interações. De acordo com Biroli (Idem: Ibidem), é importante observar ainda nessa conceituação introdutória que há uma diferença entre simplificação e falseamento da realidade: “é justamente porque os estereótipos estão na base das representações – as quais são internalizadas pelos próprios indivíduos, orientando suas ações – que não existe uma fronteira clara entre o falseamento e a realidade.”

Sendo assim, é preciso compreender que os estereótipos não são meramente “falsos” ou constantemente conscientes, pois definições socialmente aceitas pelos sujeitos têm efeito sobre eles e sobre a forma com que realmente percebem a si próprios e interagem com os outros. Os estereótipos seriam assim uma combinação entre distorção e validade, e Biroli (2011: 134) ainda esclarece que embora “estereótipos, preconceitos e formas de discriminação não possam ser tomados como um único fenômeno, há um *continuum* entre uns e outros na produção social das identidades tipificadas dos grupos e indivíduos.” E é nesse contexto, afinal, que podem ser definidos os estereótipos de gênero.

Os estereótipos de gênero são as representações generalizadas e socialmente valorizadas sobre o que os homens e as mulheres devem ser e fazer, respectivamente traços de gênero e papéis de gênero (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2003: 301). Seriam as crenças associadas à pertença sexual e à diferenciação sexual (Barberá, 2005). Conforme é possível observar, quase todas as sociedades reconhecem a existência de sexos diferentes e acabam agrupando cada ser humano pelo seu sexo por diferentes motivos. Na cultura ocidental, por exemplo, cada pessoa quando nasce é classificada imediatamente a uma categoria sexual específica. Para diversos autores, porém, o conceito de gênero seria distinto do sexo, já que o primeiro estaria relacionado ao domínio da cultura e o segundo à Biologia. Esse caráter cultural acentuou-se na definição surgida na Sociologia no ano de 1972 por Ann Oakley e que serve até hoje de referência para as ciências sociais (Amâncio, 2001).

Em geral, na maior parte das sociedades, espera-se que homens e mulheres se comportem de maneira diferente e assumam diferentes papéis. Esse processo no qual a criança adquire uma identidade de gênero, valores e comportamentos considerados apropriados na sua cultura seria a tipificação ou estereotipificação de gênero. Apesar de muitos estudos tentarem comprovar a inexistência de diferenças sexuais muitos traços ainda são associados a um gênero ou outro (Nogueira e Saavedra, 2007). Por exemplo, atitudes de independência, agressividade e dominância continuam sendo associados a homens, e a sensibilidade, emotividade e gentileza às mulheres (Powell, 1993).

Segundo Crawford, 1995, as pessoas acreditam nas diferenças sexuais, e muitos/as cientistas contribuíram e ajudaram a confirmar essa crença. Além da ciência, os meios de comunicação também criaram a narrativa de que o gênero é diferença e que a diferença seria estática, bipolar e categorial (Nogueira, 2001b). Para Crawford, no entanto, muitas diferenças são apenas construções da interação social.

Na cultura ocidental existem três crenças fundamentais sobre homens e mulheres: que eles/as teriam natureza psicológica e sexuais distintas, que os homens seriam superiores ou dominantes e que essa superioridade masculina seria normal (Sandra Bem, 1993). Para a autora essas lentes de gênero são como suposições ocultas enraizadas nos discursos culturais, e que reproduzem o poder masculino ao longo dos tempos. Os estereótipos sociais podem ser definidos como generalizações de membros de determinados grupos, e devem ser partilhados por uma grande quantidade de pessoas (Tajfel, 1983). Um dos objetivos dos estereótipos é simplificar e organizar um meio social complexo, tornando-o menos indefinido, servindo também assim para justificar a discriminação de grupos e fortalecer preconceitos.

Assim, os estereótipos de gênero seriam um conjunto de crenças partilhadas e organizadas sobre características dos homens e das mulheres (Golombok & Fivush, 1994, citado por Matlin, 2000; Williams & Best, 1900). De acordo com West e Zimmerman (1991) as sociedades produzem e mantêm as diferenças de gênero por meio da socialização, com a ação de instituições e a interação entre as pessoas. Para Denzin (1995), por exemplo, enquanto as diferenças sexuais começam no nascimento, a feminilidade e a masculinidade seriam termos socialmente definidos associados a categorias biologicamente determinadas de indivíduos.

Pesquisadores acreditam que o estudo sobre as diferenças sexuais estaria relacionado ao desejo dos homens de compreenderem a natureza das mulheres (Hare-Mustin & Marecek,

1994). Além disso, desde Aristóteles até os dias atuais, quando se fala sobre distinção entre os sexos, sempre se fala sobre a superioridade masculina e o seu posicionamento como grupo de referência e comparação (Bem, 1993). Acredita-se que a partir da época de Helen Thompson Wooley (1910) começou-se a propagar as diferenças sexuais com o objetivo de sustentar a inferioridade feminina, e assim, limitar a sua esfera de atuação e restringir a sua autonomia e liberdade. As diferenças foram atribuídas a fatores biológicos, considerados naturais e moralmente aceitos. O machismo é exatamente essa crença de que o homem é superior à mulher.

Tempos depois, Terman e Miles passaram a defender a premissa de que ausências de diferenças relacionadas à inteligência apontavam que essas diferenças estavam situadas a outros níveis, tais como interesses, atitudes e comportamentos. Isso oferecia a descrição de uma mulher típica com uma série de oposições ao homem típico (Lorenzi-Cioldi, 1994). A partir desses trabalhos criaram-se as condições para o aparecimento imediato dos temperamentos masculinos e femininos e iniciou-se uma série de pesquisas sobre diferenças sexuais.

Parsons e Bales (1955) integraram as noções de instrumental e expressivo, o que possibilitou a criação de uma teoria da personalidade. Na avaliação de Amâncio (1994) a teoria de Parsons afeta a estrutura da família e a socialização dos papéis sexuais, e a divisão das tarefas na família seria a componente sociológica da teoria. Assim, as esferas privada e pública traçariam a linha divisória dos papéis sexuais, o que resultaria nos temperamentos masculinos e femininos.

Para Amâncio (1994) seria por meio do processo de socialização dos papéis sexuais, feita essencialmente no seio da família que determinados papéis sociais são relacionados a cada um dos sexos. Uma revisão feita em 1400 estudos, Maccoby e Jacklin (1974) constataram que poucos estereótipos de gênero possuíam fundamentação empírica e passaram a defender apenas quatro diferenças com apoio nas investigações: as meninas têm mais capacidade prematura para desenvolver competências verbais a nível de compreensão comparado aos rapazes; os meninos têm mais facilidade nas capacidades visuais e espaciais; na adolescência, os meninos apresentam vantagem em relação ao raciocínio numérico; e ao completar dois anos de idade, os meninos passam a ser mais agressivos verbalmente e fisicamente do que as meninas.

Esses desfechos receberam uma chuva de discordâncias de outros pesquisadores. Shaffer (1994) apontou outras diferenças, tais como os rapazes serem mais ágeis que as moças, as meninas seriam mais cuidadosas e por consequência, sofreriam menos riscos em situações de perigo, os rapazes seriam vulneráveis a acidentes durante o desenvolvimento humano, na adolescência as garotas têm mais facilidade para falar sobre sentimentos, e desde o 4 anos de idade já demonstram maior interesse pelas crianças. São as meninas também que aceitam melhor a ordem dos pais e de autoridades e apresentam métodos diferenciados para conseguir obediência, sendo inclusive mais delicadas e adeptas à negociação por meio da fala.

Para a autora, os homens e as mulheres possuem mais equivalências psicológicas do que diversidade, e quando há diferenças são pequenas e baseadas no comportamento de grupo. Ao analisar o comportamento individual, por exemplo, é possível verificar meninas se divertindo com jogos de rapazes e o inverso, inclusive com garotos a preferir atividades calmas. Há também muitas meninas rebeldes e jovens dóceis e mansos. Sendo assim, muitos apoiam a ideia de que as diferenças encontradas seriam médias, e que haveria uma grande variedade em termos psicológicos ao analisar cada sexo. Acreditam, portanto, que as categorias de gênero são mais parecidas do que diferentes (Jacklin, 1981; Jacklin & Baker, 1993, Maccoby, 1980).

Para Nogueira e Saavedra (2007), é preciso perceber e compreender como os estereótipos se fortaleceram e para que servem. Só assim, será possível entender para que servem e como deve-se atuar para destruí-los. Isso torna-se bastante difícil ao notar como a sociedade está organizada. Faz-se necessário, portanto, evidenciar o que são os estereótipos e o seus efeitos para que todos compreendam a necessidade de sua transformação.

O sexismo é um dos problemas que podem ser gerados a partir dos estereótipos de gênero – atitude de discriminação fundamentada no sexo (Bourhis, Gagnon & Moise, 1996). Se for encarado como a soma de atitudes e crenças negativas e de discriminação pode gerar violência, e problemas profissionais que impedem o crescimento na carreira e ainda depreciação sexual (Pharr, 1988, citado por Adams et al., 2000). Daí, portanto, o machismo, quando o sexismo se dá contra o gênero feminino. E a reação feminista a essa opressão, na linha histórica já apresentada acima, é por vezes encarada como causa da chamada misoginia. Mas na verdade, segundo González (2015: 28), é o inverso:

En nuestra sociedad se olvida, como dice Benoîte Groult, que es la misoginia la que ha suscitado el feminismo y no a la inversa. Su menor fuerza física y le peso del pecado original ha hecho de la mujer la primera esclava, antes de que existiera la esclavitud, pero lo peor de todo es que lo siguió siendo después de la abolición de esta. Bonnie Andersonh sigue a los historiadores de las mujeres para afirmar que aunque los primeros escritos de Grecia, Roma e Israel muestran ya la subordinación femenina, no llegan a ser misóginos. Esto llegó más tarde con la poesía griega de los siglos VI y VII a.d.C., con las sátiras y la poesía de la Roma imperial del siglo primero y con las interpretaciones judías y cristianas del Antiguo Testamento que abarcan desde el siglo II a.d.C. al siglo III. A partir de entonces las mujeres serían asociadas con el mal innato, la mujer será considerada como un castigo para el hombre y será identificada como su enemigo. Considerada como fuente de enfermedad y de problemas, se la llega a equiparar con los animales más abominables y abyectos.

A misoginia, portanto, é essa aversão às mulheres e a associação do gênero feminino a aspectos negativos da raça humana. A androginia, por sua vez, pode ser entendida como a mistura de características do sexo masculino e feminino numa única pessoa, ou para descrever algo que não é nem masculino nem feminino. Na Psicologia, o conceito pode ser usado para reportar-se a um transtorno de identidade de gênero, onde o humano não se reconhece nem como homem, nem como mulher, mas a soma dos dois. Essa ideia ganha mais força no início dos anos 70 e desafia a perspectiva dos sexos (Morawski, 1990). Segundo o autor, o termo não assume ligação entre sexo biológico e gênero psicológico, e tem o objetivo de que as mulheres fujam dos estereótipos a elas atribuídos e considerados adequados ao seu sexo (Amâncio, 1994). Assim, seria perfeitamente possível a cada indivíduo alternar comportamentos a depender da necessidade da situação (Bem, 1981). Uma pessoa andrógina, portanto, teria mais opções para ter comportamentos masculinos e femininos em diversas situações (Saavedra, 1995, p. 46).

Pode-se afirmar de certa forma, enfim, que todas essas variações conceituais circundam justamente a construção dos estereótipos de gênero. Como apresentado, estereótipos e realidade podem alimentar-se um do outro de modo a confirmar papéis, comportamentos e valores socialmente produzidos. E o fenômeno, obviamente, está presente na política, como explica Biroli (2011: 129):

Comumente, a avaliação da competência das mulheres para a política é fundada nas expectativas e padrões convencionais que organizam os papéis na esfera doméstica [...]. Assim, a avaliação das habilidades de mulheres e homens para a política parece ser parte dessa dinâmica complexa, em que

os estereótipos são confirmados ou contestados com base em referências pertencentes a diferentes “camadas” da experiência.

É importante lembrar, porém, que em qualquer âmbito (e o mesmo se dá na política), há ônus e desvantagens materiais e simbólicas aos utilizadores de estereótipos de gênero. E os próprios grupos dominados, inclusive, podem elaborar visões estereotipadas dos grupos dominantes, variando-se as formas de circulação e reprodução de acordo com a posição dos grupos nas relações de poder (Biroli, 2011: 134). Em complemento a isso, completando-se assim as dimensões da questão de gênero, da política e da mídia, essa última aparece como fonte do que grande parte da população entende por política. Os meios de comunicação podem não ser capazes de definir como os indivíduos pensam ou opinam, mas deliberam em grande medida sobre o quê eles pensam.

É nessa linha que Biroli (2011: 137) entende a utilização dos estereótipos de gênero na mídia em relação ao mundo da política, afirmando haver formas de encaminhar o tema para “que um evento ‘novo’ ganhe sentido em narrativas relativamente estáveis, já cristalizadas. Os fatos ganham saliência em uma causalidade e segundo definições e valorações cristalizadas.” E, mais uma vez, essa utilização pode se dar dos dois lados, podendo por exemplo prejudicar ou colaborar com o gênero feminino e mesmo ser empreendida por ele próprio:

[...] a correlação entre o evento abordado e outros eventos (em esferas variadas), bem como os ângulos em que as imagens são produzidas podem ser tributários de padrões que reproduzem não apenas imagens típicas, mas posições que implicam vantagens e desvantagens para os indivíduos e grupos sociais assim caracterizados. Um dos aspectos que diz respeito a esta discussão é, pois, a correlação entre a definição dos temas presentes nos noticiários, as narrativas em que esses temas se inserem e a seleção de quem tem voz nos debates que ganham tempo e espaço nos meios de comunicação. [...] No caso das mulheres presentes no noticiário político, é preciso ter em mente o fato de que os estereótipos – sendo uma via de acesso mais “fácil” ao noticiário, porque não entram em choque com as narrativas e expectativas convencionais – podem levar a estratégias para a conquista da visibilidade. Isso varia, entre outras coisas, de acordo com o peso que o destaque tem para a carreira dos atores específicos em um dado momento. O ponto, no entanto, é que as mulheres políticas podem estar diante de duas alternativas: a exclusão do noticiário ou a inclusão estereotipada (Biroli, 2001: 138 e 139).

Em outras palavras, sabendo que o compartilhamento de referências pelos meios de comunicação pode contribuir para a reprodução dos estereótipos ou para sua reorganização

ou superação, há a possibilidade de que mulheres utilizem os estereótipos dessa forma em seu favor, no âmbito da política. Loureiro e Cardoso (2008), afirmam que apesar de o número de gestoras ter aumentado nas últimas décadas, a gestão e a liderança permanecem relacionadas a características masculinas. E assim, para tentar integrar melhor as culturas organizacionais, muitas mulheres têm se espelhado em comportamentos masculinos.

“A maior conformidade aos estereótipos pode ser compreendida como parte das estratégias das mulheres que atuam na esfera política para a construção de imagens públicas que lhes sejam vantajosas – inclusive na gestão da sua visibilidade na mídia” (Biroli, 2011: 152). Isso se dá tanto em campanhas eleitorais quanto em momentos específicos de governo, podendo consistir num atalho para que mulheres vençam desafios na política. É preciso ter consciência, porém, de que essa utilização proposital e pragmática dos estereótipos “afasta as mulheres das alternativas – restritas, porém existentes – de construção mais autônoma das suas identidades, dentro e fora da esfera política” (Idem, Ibidem).

CAPÍTULO 3 – DILMA E A QUESTÃO DE GÊNERO NAS CAMPANHAS E NA PRESIDÊNCIA

Dilma Rousseff foi duas vezes ministra no governo Lula (Ministério de Minas e Energia e Casa Civil) até ser escolhida por ele e pelo partido numa estratégia de sucessão da presidência. É interessante notar então, já no início dessa trajetória presidencial, como se manifestaram as questões de gênero e os estereótipos nas campanhas eleitorais. Geralmente, para fazer parte do universo político e sua respectiva e histórica predominância masculina, as mulheres negam a feminilidade para assumirem um papel masculinizado – com estereótipos como força, racionalidade e etc. – ou se utilizam dela para se mostrarem sensíveis, emocionais e maternais.

Nas eleições de 2010, como candidata, Dilma foi caracterizada como muito “dura” e “seca” e conseqüentemente como masculinizada, dados os já comentados estereótipos de gênero. E ela, ironicamente, respondia que era uma “mulher dura cercada de homens meigos” (Biroli, 2011: 148). Foram ainda comentados em relação a ela o “temperamento forte” e a intransigência nas negociações, no que parecia ir contra o estereótipo geral do gênero feminino. Ela havia ganho mais visibilidade como ministra a partir de 2008, e a questão de gênero passou a ser ainda mais aventada, numa relação entre competência pública e feminilidade. De qualquer forma, consolidava-se a sua associação a um estilo centralizador, estatizante e autoritário.

Quando a possibilidade de candidatura à presidência apareceu, então, foram trazidos à tona novos estereótipos e questões como aparência e moda apareceram. Cirurgiões plásticos aconselhavam intervenções para rejuvenescê-la e publicitários aconselhavam o reforço da imagem de “mãe”. E, de fato, Dilma se submeteu a cirurgias plásticas e utilizou alguns dos estereótipos que já haviam surgido para a sua candidatura: buscou se aproximar de uma aparência mais “feminina” e assumiu um gestual e uma autoapresentação relacionados à imagem maternal (Biroli, 2011: 149).

Além disso, a estratégia se caracterizou também por um apego exacerbado à imagem de Lula, que na época detinha altos índices de aprovação popular. Se por um lado isso se explicava pela simples lógica política de repasse de votos, porém, por outro reforçava no eleitor a ideia de que Dilma precisava de um “mentor, protetor e orientador político” (Lima

e Oliveira, 2015: 40) – ideia que viria a se reforçar anos depois, já no contexto da ameaça de impeachment, quando Dilma procurou trazer Lula de volta para ser seu ministro.

Por outro lado, com o lema “Mulher também pode!” diante da possibilidade da inédita presidência feminina no Brasil, Dilma evidenciou a importância do papel feminino na sociedade atual e utilizou elementos da singularidade do feminino para se aproximar das eleitoras de forma subjetiva e ampla (Idem, Ibidem), buscando criar uma identificação e um perfil de representatividade de gênero. Enfim, na campanha de 2010 Dilma buscou um equilíbrio entre os estereótipos de ambos os gêneros: uma candidata esteticamente fora dos padrões mas que se apresentava numa figura maternal, sensível e ao mesmo tempo forte e corajosa. Em outras palavras, “todos” os atributos necessários para governar o país.

Já na campanha de 2014, na qual Dilma buscava sua reeleição, houve algumas mudanças. Apesar de mantida a citada ambivalência entre o masculino e o feminino, comum na construção de candidaturas femininas, deu-se uma ênfase maior ou menor de acordo com os adversários. No primeiro turno havia mais duas mulheres concorrendo – Marina Silva e Luciana Genro –, e por isso a campanha utilizou de maneira mais tímida o discurso de gênero baseado nas singularidades do feminino (Idem: 42). No segundo turno, por sua vez, Dilma concorreu ao lado de um homem, Aécio Neves, passando a reforçar as diferenças de gênero e utilizá-las como plano de fundo de todas as outras questões. Dilma passou a se referir mais às “donas de casa”, “trabalhadoras” e “mães”, e desenvolveram-se campanhas como “mulheres com Dilma” (Idem: 43).

O seu viés masculinizado, assim, que se estabelecera em torno de sua aparência física fora dos padrões e sua postura rígida, passou a ser ainda mais suavizado por aparições na figura de mãe e agora também de avó, incluindo cenas em família e mesmo no ambiente de cozinha a preparar pratos cotidianos. Enfim, apesar de ser comum em candidaturas femininas a citada ambivalência entre os estereótipos de ambos os gêneros, Lima e Oliveira (2015: 45) entendem que Dilma é realmente emblemática no âmbito dessa estratégia:

Desse modo podemos afirmar que a candidata Dilma é um personagem político extremamente emblemático no que se refere às questões de gênero, pois quebra com os estigmas femininos como o de mulher frágil, ao mesmo tempo em que reforça outros estigmas como a crença da maternidade como algo intrínseco às mulheres.

Entretanto, apesar de levantar problemas do cotidiano feminino, Dilma não abordou em suas campanhas políticas temas polêmicos como o aborto, tendo inclusive sido criticada por isso pelas outras candidatas e por representantes da causa (Lima e Oliveira, 2015: 46). Sua omissão, porém, não prejudicou o apoio de movimentos sociais de mulheres, mesmo sendo o aborto um dos aspectos centrais da pauta deles. E o próprio governo de Dilma, após sua primeira vitória, acabou correspondendo com importantes medidas em prol das mulheres.

No âmbito do combate à violência contra a mulher, por exemplo, foi expandido o serviço de “Ligue 180” (canal de denúncias) e sancionadas a Lei do Femicídio⁴ (transformando em crime hediondo o assassinato de mulheres pela sua condição feminina) e a Lei 13.239/2015, que torna obrigatória a realização pelo SUS de cirurgias reparadoras das sequelas advindas de violência contra as mulheres. No âmbito do mercado de trabalho foi lançado o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que consiste em disseminar novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional em prol da igualdade entre mulheres e homens. O programa é direcionado a empresas de médio e grande porte, públicas e privadas, mas a adesão ao programa é voluntária. Dilma também adotou medidas simbólicas de posicionamento feminino, fazendo questão de ser chamada de “presidenta” e não de presidente.

E em seu alto escalão governamental, Dilma proporcionou num primeiro momento a participação de diversas mulheres. Em 2011, ela entregou nove ministérios a mulheres: a senadora Gleisi Hoffman assumiu a Casa Civil; Miriam Belchior foi para o Planejamento; Ideli Salvatti passou pela Pesca, Relações Institucionais e Direitos Humanos; Helena Chagas na Secretaria de Comunicação; Tereza Campello em Desenvolvimento Social; Izabella Teixeira em Meio Ambiente; Luiza Bairros na Secretaria da Igualdade Racial; Marta Suplicy foi ministra da Cultura; e Maria do Rosário foi ministra dos Direitos Humanos. No segundo mandato, porém, com as reformas do final de 2015, restaram quatro mulheres nos ministérios: Tereza Campello em Desenvolvimento Social; Kátia Abreu em Agricultura e Pesca; Nilma Gomes em Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e Izabella Teixeira em Meio Ambiente.

⁴ Lei n. 13.104 de 9 de março de 2015, que alterou o Código Penal do Brasil para definir “femicídio” como matar mulher por razões da condição de sexo feminino. A lei foi elogiada, no contexto de tolerância zero à violência contra a mulher, mas também foi criticada no sentido de que, agora, um homem que matar mulher por razões de gênero terá tratamento (em tese) mais drástico do que o dado à mulher que matar um homem pelas mesmas razões.

Enfim, tendo em si mesma como primeira presidente do Brasil uma conquista participativa importante para as mulheres, Dilma foi relevante para o histórico democrático do país. Diante do processo de impeachment, porém, cujo histórico será descrito no capítulo abaixo, esse papel de representatividade feminina poderia ser inserido numa estratégia diferente. Se nas campanhas eleitorais a questão de gênero já havia sido utilizada como um dos trunfos eleitorais, em seu retorno diante do impeachment de que forma viria a ser aventada? A análise dessa questão, cerne do presente estudo, desenvolve-se no capítulo 6. Antes, porém, e para contextualizar essa análise, segue o panorama do citado processo de impeachment.

CAPÍTULO 4 – O PROCESSO DE IMPEACHMENT

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988), o impeachment é um processo instaurado contra altas autoridades do poder executivo, como presidentes, governadores e prefeitos, ou do poder judiciário, cuja sentença é dada pelo poder legislativo. O artigo 85 da Constituição define como crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, em especial, contra: a existência da União; o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos poderes constitucionais das unidades da federação; o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do país; a probidade na administração; a lei orçamentária; o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Todos esses crimes, conforme a constituição, devem ser definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento – a Lei 1.079/1950 (Brasil, 1950). Para que ocorra o impeachment do presidente da República é preciso que haja autorização da Câmara dos Deputados, por 2/3 de seus membros, para a instauração do processo ou admissão da acusação. Ao Senado Federal cabe então processar e julgar o presidente da República pelos crimes de responsabilidade. Nota-se assim que esses crimes de responsabilidade são infrações político-administrativas (improbidade administrativa), e não crimes penais – a Constituição Federal diz que o impeachment deve ser disciplinado por lei especial, que tipifica os crimes de responsabilidade, e não pelo Código Penal.

O julgamento é político-administrativo pela própria previsão constitucional, interessando a verdade material (que resulta do convencimento a respeito dos fatos relacionados aos crimes de responsabilidade, sem rigor extremo nos procedimentos) e não a verdade formal (que resulta do processo e exige portanto extremo rigor nos procedimentos, podendo porém não encontrar exata correspondência com os fatos) (Dallari, 1995). Sendo assim, por se tratar de um processo político-administrativo e não de um processo penal, o impeachment não exige rigor extremo dos procedimentos, devendo-se de qualquer forma garantir a ampla defesa aos acusados. Embora os senadores possam ser a grosso modo equiparados a juízes no julgamento do impeachment, assim, não o são efetivamente – principalmente nos termos da imparcialidade. Pelo contrário, compõem uma casa legislativa para a qual se candidataram por partidos (partes) – sendo impossível associar imparcialidade às partes.

O impeachment teve origem na Inglaterra e reforça a associação entre política e fundamentos jurídicos. O instituto foi criado para punir os ministros do rei, quando eles abusassem e fizessem mau uso de suas funções, dentro do contexto da monarquia. Na prática, o Estado Nacional Britânico não implantou em nenhum momento um rei que exercesse grandes poderes sobre o povo. Assim, o impeachment era adotado quando um ministro ou funcionário utilizava mal as suas prerrogativas políticas, e o processo também incluía outras punições criminais. A punição não podia ser aplicada ao rei pelos privilégios especiais que possuía (Schilling, 2004). Na época, o julgamento era feito na Câmara dos Comuns, uma espécie de Câmara dos Deputados. Similar ao Senado brasileiro, por sua vez, a Câmara dos Lordes realizava o julgamento (Faver, 2008).

Com o tempo, a prática foi substituída por outras penalidades, já que as agitações políticas do impeachment geravam muito desgaste. Logo, os britânicos substituíram o impeachment pelo voto de censura, onde o parlamento fazia uma votação para decidir se o membro do Executivo em análise era digno ou não de confiança. Se ele fosse punido, ficava claro o intuito de substituir o acusado. Assim, eram feitas novas eleições e a população escolhia um novo substituto para a função. Dessa maneira, o processo tornou-se menos desgastante.

Nos Estados Unidos, o governante que sofresse o impeachment não deveria receber nenhum tipo de sanção criminal, apenas perderia o mandato. Na prática, nenhum presidente norte-americano sofreu o processo. Richard Nixon chegou perto, depois de investigações mostrarem ações de espionagem feitas por correligionários contra membros do partido democrata. Quando o Congresso decidiu organizar um processo de impeachment contra ele, porém, Nixon renunciou imediatamente ao cargo. Um escândalo sexual quase resultou no processo de impeachment de Bill Clinton, mas o Senado não reconheceu a validade do processo.

Não demorou muito tempo, assim, para que o processo se consolidasse com um caráter mais político do que criminal desde a sua origem. Quando adotado pelos Estados Unidos, então, passou definitivamente a ter esse aspecto mais político e se disseminou com esse formato pela América Latina. No Brasil, desde o período do primeiro reinado existiam leis para punir ou afastar funcionários públicos que não fossem capazes de exercer bem as suas funções. E hoje, conforme apontado acima, o processo de impeachment tem caráter político e jurídico (exigência de fundamentação técnica na ocorrência de crimes de

responsabilidade) e resulta no afastamento do acusado do cargo, bem como na sua inabilitação para funções públicas por oito anos – conforme o parágrafo único do artigo 52 da Constituição Federal (Brasil, 1988).

4.1. O impeachment de Fernando Collor de Mello

O primeiro processo de impeachment da América Latina aconteceu em 1992. Antes que o processo fosse concluído, o então presidente do Brasil Fernando Collor de Mello pediu a renúncia, mas essa não foi aceita e o impeachment foi efetivado (Stacciarini, 2002). O pivô do processo foi o empresário Paulo César Farias, na época tesoureiro da campanha de Collor e de Itamar Franco, vice-presidente de Collor durante as eleições presidenciais brasileiras de 1989. Apesar da renúncia, os parlamentares do Congresso decidiram que Collor não poderia escapar da cassação do mandato porque entregou a carta de renúncia muito tarde. Assim, Collor sofreu o impeachment e tornou-se inelegível e inabilitado para funções públicas por oito anos.

Os detalhes da história são intrigantes e obscuros e envolvem familiares do ex-presidente Collor. O irmão dele, Pedro Collor de Mello, fez denúncias afirmando que Paulo César Farias seria a pessoa que intermediava transações financeiras fraudulentas, utilizando seu nome para ocultar a identidade de quem realmente contratava as operações. Na época, os noticiários registraram que o esquema Paulo César teria arrecadado mais de oito milhões de dólares em dois anos e meio do governo de Collor, entre 1990 e 1992, e teria movimentado ainda mais de um bilhão de dólares dos cofres públicos.

Collor teria começado o esquema de corrupção logo que assumiu o governo. Criou um pacote econômico e bloqueou o dinheiro depositado nos bancos nas cadernetas de poupança e contas correntes de pessoas físicas e jurídicas. O esquema ficou conhecido como confisco. Anunciou então uma reforma administrativa extinguindo empresas estatais e promoveu privatizações, abrindo o mercado brasileiros às importações. Além disso, congelou os preços dos produtos e prefixou os salários. Dessa maneira, Collor conseguiu reduzir a inflação no país, mas iniciou-se uma grande recessão com o aumento do desemprego.

Diante das denúncias, o Congresso Nacional instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito e começou a investigar o caso. Personagens ligados a Collor prestaram depoimento

e confirmaram as acusações. A Comissão Parlamentar de Inquérito concluiu finalmente que os crimes haviam ocorrido, e foi pedido o impeachment do presidente.

Não demorou muito para o povo brasileiro ir às ruas apoiar a saída de Collor, e os protestos ganharam o apoio da juventude com o movimento dos “caras-pintadas”, que escreviam no rosto “Fora Collor”. O então presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, deu início à abertura do processo de impeachment. Foram 441 votos a favor da abertura e 38 contra. Acuado, Collor pediu a renúncia, mas já era tarde demais e no Senado o impeachment foi efetivado com 76 votos a favor e 3 contra. Ele também se tornou inelegível e inabilitado para funções públicas por oito anos, e o vice-presidente Itamar Franco assumiu definitivamente como presidente efetivo.

4.2. O impeachment de Dilma Rousseff

No caso da presidente brasileira afastada, Dilma Rousseff, o processo teve início com a aceitação pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em 02 de dezembro de 2015, de uma das denúncias por crime de responsabilidade – oferecida pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Depois da aprovação da admissibilidade do processo de impeachment na Câmara dos Deputados (367 votos a favor e 137 contra), o processo que provocou o afastamento de Dilma seguiu para o Senado. Uma comissão especial de senadores foi criada para avaliar o caso e elaborar um parecer prévio sobre o impedimento. O texto foi então aprovado em plenário e foi ratificada a admissibilidade do processo de impeachment, sendo a presidente Dilma Rousseff automaticamente afastada por um período que poderia durar no máximo 180 dias – e tornando-se o vice-presidente Michel Temer o presidente interino. Se até o final desse período o caso não estivesse concluído, a presidente reassumiria o cargo. O presidente do Senado não vota nessa fase do processo.

Com esse afastamento da presidente confirmado pelo plenário, iniciou-se uma nova etapa do processo de impeachment, com nova convocação da comissão especial para a fase de instrução de provas e embasamento do mérito do pedido de deposição da presidente. Agendada a data do julgamento do impeachment, seriam necessários para a consolidação do impeachment dois terços dos votos do plenário do Senado (54 apoios, do total de 81 senadores). No julgamento em questão o presidente da Casa participa da votação, e as

sessões são presididas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, no caso o ministro Ricardo Lewandowski. Na época do ex-presidente Fernando Collor de Mello ele foi afastado em 2 de outubro e julgado em 29 de dezembro. E, como ele, se o impeachment fosse aprovado Dilma ficaria inelegível e perderia o direito de exercer cargos públicos por oito anos. Por outro lado, se os dois terços favoráveis ao impedimento não fossem atingidos, a petista seria absolvida e reassumiria a presidência.

O pedido de impeachment acabou se restringindo às acusações de manobras fiscais que desrespeitavam a lei orçamentária e a lei de improbidade administrativa, de acordo com as especificações jurídicas já brevemente comentadas acima. Foram as chamadas pedaladas fiscais e a edição irregular de decretos de suplementação orçamentária. Na denúncia original constavam também as “pedaladas fiscais” de 2014 e acusações oriundas da Operação Lava Jato, que investiga uma rede de corrupção e propinas envolvendo o setor público, empreiteiras da construção civil e a depauperação da empresa petrolífera brasileira Petrobras. Ocorre que essas outras questões foram descartadas pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, quando ele acatou o pedido de impeachment.

As pedaladas fiscais foram manobras orçamentárias que maquiaram a situação das contas públicas, escondendo-se o deficit real da máquina governamental. Trata-se de atrasos no repasse de recursos a bancos públicos, continuando o dinheiro não repassado a ser contabilizado no orçamento público – no caso em questão foi um atraso no repasse de recursos públicos ao Banco do Brasil. Em outras palavras um empréstimo do governo de seus próprios bancos públicos, e portanto proibido por lei. Houve diversos debates, em parte reflectidos nos discursos e artigos analisados abaixo (embora não sendo o foco das análises), sobre o fato de tais pedaladas terem ou não ocorrido em outros governos.

De qualquer forma, e independentemente dos diversos argumentos relacionados que não fazem parte do presente escopo, o ineditismo e o enquadramento específico do caso de Dilma Rousseff se deram por conta do volume de recursos envolvidos principalmente pela caracterização estratégica e intencional dessas manobras, tendo em vista o período de sua reeleição para um segundo mandato. Foi justamente nesse sentido que em 2015, também de forma totalmente atípica, o Tribunal de Contas da União (TCU) já havia recomendado ao Congresso que rejeitasse as contas do governo federal de 2014, quando as “pedaladas” haviam alcançado 52 bilhões de reais – os atrasos nos repasses a bancos públicos somaram

cerca de 40 bilhões de reais no primeiro semestre de 2015 (Fabrini, Villaverde, Caram, 2015).

Quanto aos créditos suplementares, foram editados pelo governo de Dilma Rousseff seis decretos de suplementação orçamentária sem a aprovação do Congresso Nacional, resultaram em crédito de 2,5 bilhões de reais. Como não conseguiria cumprir a meta de superávit primário, o governo fez essas edições e desrespeitou assim a Lei Orçamentária Anual (LOA), configurando-se crime de responsabilidade fiscal.⁵

Mas, além dessas questões técnicas, a impopularidade de Dilma só aumentou (Aragão, 2015) com a publicação de uma série de notícias negativas relacionadas ao mau desempenho da economia brasileira, a Operação Lava Jato e a tentativa de nomear o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como ministro. Em relação à Petrobras, acusou-se que Dilma não agiu como deveria para punir as irregularidades na empresa. Ela teria agido como se não soubesse de nada e manteve seus assistentes operantes. Denunciou-se também o fato de o governo passar para o Brasil a sensação de que a economia estaria bem. No processo eleitoral de 2014, Dilma negou a situação da Petrobras, da mesma forma que teria sido omissa em relação à compra de uma refinaria sem potencial de produção e diversas outras ações de depauperação da empresa estatal para abastecer o esquema de propinas.

Como já colocado nada disso entrou em análise na comissão especial, pois apenas parte das denúncias foi acolhida pelo então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha. Só na Câmara dos Deputados houve 37 pedidos de impeachment protocolados até Setembro de 2015 contra a presidente. O único pedido acolhido pelo então presidente foi justamente o redigido por Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. E, nesse contexto, as manifestações nas ruas cresceram cada dia mais. Diversos parlamentares e a sociedade civil pró-impeachment aderiram ao requerimento acumulando-o à indignação com todas essas outras questões, como demonstraram as maiores manifestações da história do Brasil (O Estado de S. Paulo, 2016).

Retornando-se ao julgamento do impeachment no Senado Federal, presidido pelo ministro presidente do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, deu-se a fase intermediária do processo, chamada de “pronúncia”. O colegiado ouviu os depoimentos de testemunhas, solicitou documentos para produção de provas, realizou perícias e acompanhou

⁵ Artigo 4º da Lei 13.115/2015, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13115.htm [2 de junho de 2016].

a leitura da defesa pessoal da presidente afastada. Os propositores da ação e advogados de acusação também reiteraram seus fundamentos e abriu-se afinal a elaboração do parecer do relator do caso na comissão especial. Concluído o parecer já em agosto de 2016, o julgamento se encerrou no último dia desse mês – já no final do presente estudo, portanto, por conta dos prazos acadêmicos de entrega.

Os últimos três dias foram os mais intensos. No dia 29 de agosto a então presidente afastada Dilma Rousseff compareceu ao Senado Federal para apresentar pessoalmente sua defesa e foi interrogada durante todo o dia e mesmo noite pelos senadores. No dia 30 de agosto, por sua vez, deram-se principalmente os debates entre acusação e defesa. E no dia 31, por fim, deu-se a votação final sobre o impeachment. O ministro do STF que presidia a casa questionou formalmente, perguntando se Dilma havia cometido ou não os crimes de responsabilidade de que era acusada, e os ministros votaram sim ou não. O resultado foi a aprovação do impeachment e o afastamento definitivo de Dilma por 61 votos contra 20 (sendo que eram necessários no mínimo 54).

Logo em seguida o então presidente interino Michel Temer foi empossado presidente efetivo do Brasil. Mas, além da promessa da defesa de ainda ajuizar a questão no Supremo Tribunal Federal, iniciou-se uma polêmica a respeito de uma manobra política realizada na votação – e conseqüentemente promessas de recursos também por parte dos apoiadores do impeachment. Tratou-se de uma divisão da votação em duas partes, contrariando a jurisprudência do afastamento de Fernando Collor e a correlata interpretação jurídica do próprio STF. Na primeira parte se deu a citada votação que efetivou o impeachment, e na segunda uma outra em que os senadores acabaram permitindo que Dilma Rousseff não fosse punida com a inegibilidade e a inabilitação para assumir cargos públicos por oito anos. Foi uma espécie de amenização que teria sido solicitada pela própria Dilma, e que assim tornaria contraditória sua tese de que tudo teria sido um golpe (Camarotti, 2016a).

CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA

O problema de pesquisa do presente estudo, como já apontado no capítulo introdutório, é o seguinte: Como a questão de gênero foi abordada durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff? Sendo assim, há o respectivo reflexo no objetivo geral e nos objetivos específicos:

Objetivo Geral:

Analisar como a questão de gênero foi abordada durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Objetivos Específicos:

- Analisar o conteúdo de discursos oficiais da presidente Dilma Rousseff que abordaram ou citaram a questão de gênero durante o processo de seu impeachment.
- Analisar artigos de imprensa que abordaram a questão de gênero em relação a Dilma Rousseff durante o processo de seu impeachment.

Trata-se assim de uma análise de conteúdo. Quanto ao nível de análise trata-se do conteúdo de discursos oficiais de Dilma Rousseff, figurando em nível macro tais discursos e em nível micro os respectivos conteúdos específicos. A abordagem, portanto, foi predominantemente qualitativa e o método predominantemente indutivo. Sobre as unidades de análise, e configurando-se assim a primeira fase da análise de conteúdo, os discursos de Dilma Rousseff foram inicialmente selecionados de acordo com o período do processo de impeachment, que foi da abertura em 2 de dezembro de 2015 (recebimento do requerimento jurídico pela Câmara dos Deputados) a 31 de agosto de 2016 (julgamento final no Senado Federal).

As bases para a seleção foram o arquivo oficial⁶ do site presidencial, para o período em que Dilma ainda estava no cargo, e os meios de comunicação, para o período em que já estava afastada (o afastamento se deu em 12 de maio de 2016). Sendo assim, e selecionando-se a princípio todos os discursos proferidos neste período, foram obtidas 79 entradas a partir do referido arquivo oficial – de 2 de dezembro de 2015 a 12 de maio de 2016 (data do último

⁶ Discursos oficiais disponíveis em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta> [29 de agosto de 2016].

discurso disponível no arquivo, dado o afastamento da presidente neste dia) – e 4 entradas⁷ a partir dos meios de comunicação – de 13 de maio a 31 de agosto de 2016.

Sendo os discursos extremamente heterogêneos, refletindo a rotina da presidente em diversas ações que apesar do recorte temporal do processo de impeachment nada tinham a ver com ele ou com a questão de gênero, foi necessário um segundo recorte. A partir das primeiras entradas, foram selecionados para análise os discursos que apresentavam alguma abordagem ou mesmo citação da questão de gênero, num recorte mais amplo para posterior aplicação das categorias de análise. A seleção foi pautada nesse caso pela presença das seguintes palavras-chave, conforme o quadro teórico já desenvolvido no presente estudo: gênero; mulher(es); feminismo (feminista, feminino(a)); homem(ns); masculino(a); machismo (machista); misoginia (misógino, misógina); sexismo (sexista); estereótipo(s); preconceito (preconceituoso, preconceituosa); violência; desigualdade (desigual) e igualdade (igual).

As palavras-chave, nessa relação com o quadro teórico, foram consideradas em seus respectivos contextos, não sendo selecionados por exemplo os trechos em que “mulheres” aparece apenas em conjunto com “homens” como mera referência a seres humanos ou como saudação aos presentes (“homens e mulheres”) e não no sentido de aventar a questão de gênero. Da mesma forma, os termos (e derivações) “preconceito” e “igualdade” ou “desigualdade” foram considerados apenas quando referentes à dualidade “homens e mulheres”, e não quando aplicados no sentido socioeconômico. Sendo assim, dos 12 termos (e derivações) utilizados foram identificados 8 nos discursos, e de acordo com eles foram afinal selecionados 19 discursos da base do arquivo oficial da Presidência e 3 da base dos meios de comunicação (Quadro 1 e Quadro 2).

⁷ Nesse período, já afastada, Dilma se manteve mais reclusa e a maioria de suas defesas foi realizada pelo advogado, junto ao Senado Federal. Contabilizam-se apenas, assim, os seguintes discursos: o depoimento de defesa de Dilma Rousseff na Comissão Especial de Impeachment do Senado Federal, em 6 de julho de 2016, que foi na verdade lido por seu advogado e que se encontra em sua versão integral apenas no site de notícias do próprio Senado Federal, conforme indicado nas transcrições anexas; a carta intitulada “Mensagem ao Senado e ao povo brasileiro”, apresentada por Dilma no dia 16 de agosto de 2016 em uma entrevista coletiva realizada na residência oficial da Presidência da República, e transmitida na página do Facebook da então presidente afastada; o discurso de defesa de Dilma Rousseff no Senado Federal, em 29 de agosto de 2016; e finalmente o pronunciamento de Dilma após o julgamento final do impeachment, em 31 de agosto de 2016.

Quadro 1

DISCURSOS DE DILMA ROUSSEFF DURANTE O PROCESSO DE IMPEACHMENT		
Bases para a seleção dos discursos	Arquivo oficial da Presidência (2/12/15 – 12/5/16)	Meios de Comunicação (13/5/16 – 31/8/16)
Total de discursos	79	4
Discursos que abordaram/citaram a questão de gênero	19	3

Quadro 2

NÚMERO DE DISCURSOS COM PRESENÇA DE PALAVRAS-CHAVE REFERENTES À QUESTÃO DE GÊNERO		
Bases para a seleção dos discursos	Arquivo oficial da Presidência (2/12/15 – 12/5/16)	Meios de Comunicação (13/5/16 – 31/8/16)
Totais de discursos	19	3
Mulher	16	2
Preconceito	6	3
Violência	7	1
Igualdade/Desigualdade	5	2
Gênero	5	1
Misoginia	2	2
Machismo	2	1
Feminilidade/feminista	2	

Encerrada essa primeira etapa deu-se a segunda fase da análise de conteúdo, ou a exploração propriamente dita do material. Estando neste caso os discursos selecionados já marcados pelas palavras-chave utilizadas na primeira etapa, os parágrafos em que elas ocorreram já se destacavam como unidades de registro (os trechos estão dispostos no anexo, estando cada discurso referenciado para consulta da versão integral). Como primeiras

impressões dessas unidades ou trechos, então, e mais uma vez de acordo com o quadro teórico desenvolvido, foram elaboradas as categorias iniciais de análise: perspectiva de gênero; igualdade de gênero; preconceito de gênero; direitos de gênero; violência de gênero; feminilidade e força; resistência contra o machismo e a misoginia (Quadro 3).

Quadro 3

ELABORAÇÃO DAS CATEGORIAS INICIAIS DE ANÁLISE		
Palavras-chave utilizadas na seleção do material	Elaboração das categorias iniciais de análise	Categorias iniciais de análise
Mulher		Perspectiva de gênero
Preconceito		Igualdade de gênero
Gênero		Preconceito de gênero
Igualdade/Desigualdade		Direitos de gênero
Misoginia		Violência de gênero
Machismo		Feminilidade e força
Feminilidade/feminista		Resistência contra o machismo e a misoginia
Violência		

A categoria “perspectiva de gênero” evidencia a existência de ao menos dois posicionamentos com relação à questão de gênero, destacando-se no caso o posicionamento consciente e ativo de defesa da mulher (Quadro 4). Trata-se assim de uma categoria inicial que de certa forma permeia todas as outras categorias iniciais. Seu destaque, entretanto, se deu no sentido de juntamente com outra categoria inicial (resistência contra o machismo e a misoginia) formar uma categoria intermediária (mulher como mais tolerante e mais democrática) que diz respeito justamente a um posicionamento específico sobre a questão de gênero – ao passo que as outras categorias iniciais dizem mais respeito a realidades que envolvem a questão de gênero, formando-se os estereótipos de gênero aqui enquadrados como as outras categorias intermediárias. Para além do sentido imediato da perspectiva de gênero, portanto, os discursos em questão também revelaram um alcance maior ou peculiar (Rousseff, 2016l), como será analisado no próximo capítulo.

A categoria “resistência contra o machismo e a misoginia”, por sua vez, indica o histórico de luta feminina em busca da igualdade de gênero, que se destaca no contexto de construção da democracia, e mais especificamente a luta em geral contra as atitudes de discriminação da mulher fundamentadas no sexo (Bourhis, Gagnon & Moise, 1996) e contra a aversão às mulheres e sua associação a aspectos negativos da raça humana (González, 2015). Já a categoria “preconceito de gênero” denota a existência de noções de superioridade e inferioridade associadas à condição de gênero, fundindo-se à própria ideia dos respectivos estereótipos num processo que leva à discriminação (Biroli, 2011).

“Igualdade de gênero” e “direitos de gênero”, por sua vez, refletem um afinamento em termos de abrangência – a igualdade indicando uma equiparação genérica e ampla entre os gêneros, buscada pelo feminismo (Humm, 2003), e os direitos indicando as equiparações e conquistas específicas no âmbito jurídico, como fruto também de movimentos sociais com objetivos determinados (Pasquino; Bobbio and Mateucci, 2004). A categoria “violência de gênero” referencia a agressão e a opressão de um gênero sobre outro, na linha do machismo (sexismo contra a mulher) e respectiva soma de crenças e atitudes de desprezo pelo gênero feminino (Adams, 2000). A categoria “feminilidade e força”, por fim, denota uma relação que pode ser vista como contraditória, segundo os estereótipos de gênero (Biroli, 2011), ou como natural. Tais correlações preponderantes (há certamente outras ligações indiretas e periféricas que podem ser aventadas) das categorias iniciais de análise com o desenvolvimento teórico estão indicadas no Quadro 7.

Em seguida, então, as categorias iniciais foram agrupadas em categorias intermediárias, sempre em conformidade ao quadro teórico. Foram elaboradas assim três categorias intermediárias, de acordo com a análise sobre os estereótipos de gênero: mulher como mais tolerante e mais democrática; mulher como vítima; mulher como frágil (Quadro 4).

Quadro 4

ELABORAÇÃO DAS CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS DE ANÁLISE		
Categoria inicial	Descrição	Categoria intermediária
Perspectiva de gênero	Evidencia a existência de ao menos dois posicionamentos com	Mulher como mais tolerante e mais democrática

	relação à questão de gênero, destacando-se no caso o posicionamento consciente e ativo de defesa da mulher.	
Resistência contra o machismo e a misoginia	Indica o histórico de luta feminina em busca da igualdade de gênero, que se destaca no contexto de construção da democracia.	
Preconceito de gênero	Denota a existência de noções de superioridade e inferioridade associadas à condição de gênero.	Mulher como vítima
Direitos de gênero	Dizem respeito aos mecanismos de equiparações e conquistas, diante de um histórico de opressão de um gênero sobre outro.	
Violência de gênero	Referencia a agressão e a opressão de um gênero sobre outro.	
Igualdade de gênero	Indica a equiparação entre os gêneros.	Mulher como frágil
Feminilidade e força	Denota uma relação que pode ser vista como contraditória, segundo os estereótipos de gênero, ou como natural.	

A categoria “mulher como mais tolerante e mais democrática” referencia a perspectiva de gênero segundo a qual a tolerância e o pendor democrático também estão associados ao gênero (Quadro 5). Trata-se de uma associação entre virtudes democráticas e características femininas, valendo-se tanto dos próprios estereótipos de gênero se vantajosos nesse sentido (Biroli, 2011) quanto de um afastamento deles (Lima e Oliveira, 2015). “Mulher como frágil” denota o estereótipo de gênero segundo o qual a força é uma qualidade ou característica mais masculina (Nogueira e Saavedra, 2007), e “mulher como vítima” indica o resultado da opressão de gênero do homem sobre a mulher, mas num viés aberto a ambas as possibilidades: a de efetiva opressão de gênero e a de utilização dessa realidade para vitimização nas situações em que a “mulher como vítima” se torna um estereótipo intencional, vantajoso à própria mulher que o utiliza (Biroli, 2011). Tais correlações preponderantes (há certamente outras ligações indiretas e periféricas que podem ser aventadas) das categorias intermediárias de análise com o desenvolvimento teórico estão indicadas no Quadro 7.

Por fim, foi elaborada a categoria final de análise (Quadro 5), como progressão das categoriais iniciais e intermediárias (Quadro 6) e nos seguintes termos: “tentativa de relação entre a questão de gênero e derrotas de mulheres na política.” Como destaca Biroli (2011), a maior conformidade aos estereótipos pode ser compreendida como parte das estratégias de mulheres que atuam na esfera política, tendo em vista a construção de imagens públicas que lhes sejam vantajosas. Teria Dilma se postado nesse sentido, diante do processo de impeachment?

Enfim, trata-se aqui de uma construção metodológica que, além de representar a síntese das significações buscadas e identificadas no decorrer da análise de conteúdo, tem também o objetivo de apresentar os critérios (categorias de análise) utilizados para a sua finalização – buscando-se alcançar os resultados com o máximo de objetividade possível. No próximo capítulo, assim, segue a análise de conteúdo propriamente dita dos 22 discursos selecionados tendo por base as categorias de análise aqui apresentadas e o seu respectivo percurso analítico, abrangendo as iniciais, as intermediárias e a final. Cada grupo de categorias iniciais e respectiva categoria intermediária, inclusive, bem como a categoria final (Quadro 6), terá um quadro resumo da análise de conteúdo correlata com os seguintes campos: a categoria em si (enunciado); a descrição (definição da categoria que foi utilizada); o(s) exemplo(s) (trechos selecionados dos discursos de acordo com as categorias); e a

codificação (justificativa para a seleção dos referidos exemplos sob as categorias em questão). A análise inclui também artigos de imprensa que abordaram a questão de gênero em relação a Dilma Rousseff durante o processo de seu impeachment, conforme o segundo objetivo específico apresentado acima.

Quadro 5

ELABORAÇÃO DA CATEGORIA FINAL DE ANÁLISE		
Categoria intermediária	Descrição	Categoria final
Mulher como mais tolerante e mais democrática	Referencia a perspectiva de gênero segundo a qual a tolerância e o pendor democrático também estão associados ao gênero.	Tentativa de relação entre a questão de gênero e derrotas de mulheres na política
Mulher como vítima	Indica o resultado da opressão de gênero do homem sobre a mulher.	
Mulher como frágil	Denota o estereótipo de gênero segundo o qual a força é uma qualidade ou característica mais masculina.	

Quadro 6

PROGRESSÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE		
Categorias iniciais	Categorias intermediárias	Categoria final
Perspectiva de gênero	Mulher como mais tolerante e mais democrática	Tentativa de relação entre a questão de gênero e derrotas de mulheres na política
Resistência contra o machismo e a misoginia		
Preconceito de gênero	Mulher como vítima	
Direitos de gênero		
Violência de gênero		
Igualdade de gênero	Mulher como frágil	
Feminilidade e força		

Quadro 7

CORRELAÇÕES PREPONDERANTES ENTRE O DESENVOLVIMENTO TEÓRICO E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE				
Conceitos	Dimensões	Categorias		
		Iniciais	Intermediárias	Final
Democracia e gênero	Conceito de democracia, participação de mulheres na política	Perspectiva de gênero, resistência contra o machismo e a misoginia, direitos de gênero, igualdade de gênero	Mulher como mais tolerante e mais democrática	Tentativa de relação entre a questão de gênero e derrotas de mulheres na política
Movimentos sociais e gênero	Feminismo, lutas e conquistas femininas	Perspectiva de gênero, resistência contra o machismo e a misoginia, direitos de gênero, igualdade de gênero	Mulher como vítima	
Esterótipos de gênero	Machismo, misoginia, discriminação, preconceitos	Preconceito de gênero, violência de gênero, feminilidade e força	Mulher como mais tolerante e mais democrática, mulher como vítima, mulher como frágil	

CAPÍTULO 6 – A QUESTÃO DE GÊNERO DURANTE O IMPEACHMENT

Como detalhado acima, foram primeiramente elaboradas categorias iniciais de análise: perspectiva de gênero; igualdade de gênero; feminilidade e força; resistência contra o machismo e a misoginia; perspectiva de gênero; preconceito de gênero; direitos de gênero; e violência de gênero. Posteriormente, mas também em paralelo, desenharam-se as categorias intermediárias: mulher como frágil, mulher como mais tolerante e mais democrática; e mulher como vítima. E por fim, como consequência desse fluxo metodológico (Quadro 6), a categoria final de análise – tentativa de relação entre a questão de gênero e derrotas de mulheres na política – que norteará o próximo item do presente estudo.

De forma geral, preconceito, igualdade e direitos apareceram relacionados (Rousseff, 2016m), mas seguem abaixo de acordo com o citado fluxo metodológico de categorias para organizar a análise de conteúdo. A igualdade de gênero, primeiramente, era segundo Dilma Rousseff (2015f) uma de suas prioridades e mesmo uma questão estratégica de seu governo. Ela considerou, inclusive, que o enfrentamento das correlatas desigualdades contribui para a “saúde da democracia” (Rousseff, 2015a), ou para é a base para o seu fortalecimento (Idem, 2016f). Numa visão otimista e motivadora, Rousseff (2016k) comemorou a importância crescente das mulheres com as conquistas das últimas décadas e afirmou em relação ao futuro que “cada vez mais, numa sociedade como a nossa, as mulheres serão chamadas para participar, para ter posições e para representar o conjunto de seus interesses” (Idem, 2016a).

Sob a categoria “feminilidade e força”, é interessante observar como Dilma destacou a importância do papel da mulher na família e na sociedade. Para Rousseff (2015d), a mulher desempenha os papéis de “companheira, amiga, apoiadora e esposa”, além dos que alcança paulatinamente com as conquistas em igualdade e direitos. Segundo ela (Idem, 2015g), ainda nesse sentido, “a família se organiza em torno da mãe” e essa “é a responsável no nosso país, muitas vezes por criar sozinha seus filhos” (Idem, 2016c).

Por outro lado, combatendo os estereótipos de gênero, Rousseff (2016d) defendeu a “inteireza” das mulheres, capazes “de ser erguer e afirmar o seu caminho, os seus interesses, a sua personalidade, contra todos os preconceitos que sempre as reduziram à cozinha ou ao quarto de serviço.” Exaltando constantemente o caráter “guerreiro” da mulher brasileira, Dilma tocou então na questão do estereótipo da fragilidade feminina, alcançando-se aqui a

categoria de análise intermediária “mulher como frágil”. Ela diferenciou fragilidade de sensibilidade na mulher, se apresentando como forte o suficiente para combater o que sugeria ser um golpe:

Segundo, pelo fato de que acham que, não sei se ainda continuam achando, mas acham que as mulheres são frágeis. Nós, de fato, somos sensíveis, mas não somos frágeis. Há uma diferença entre isso, entre uma coisa e outra. Nós não somos frágeis. Ninguém que cuida da família, cuida de filho, ninguém que trabalha e ninguém que é cidadã é muito frágil. Então, eu sei que a mulher brasileira não é nada frágil. E eu honro o fato de ser uma mulher e ter nascido aqui no Brasil (Rousseff, 2016d).

Haveria assim, para ela (Idem 2016j), uma confusão entre sensibilidade e fraqueza, sendo a distinção entre ambas visível na força de mães e seus sacrifícios em prol da família. No contexto de declarações que serão analisadas no próximo item sob a categoria de análise final, em que Dilma critica uma reportagem que a descreve como descontrolada, é interessante adiantar também certos trechos relacionados à categoria “mulher como frágil”:

Ninguém nunca pergunta a um homem: “você está sob pressão?”, “você está nervoso?” Não perguntam. E é interessante sinalizar... [...] Acho que é um desconhecimento imenso da capacidade da mulher resistir à pressão, às dificuldades, às dores e enfrentar os desafios. [...] Constitui, além disso, um machismo extremamente banal. Eu não aceito isso; nenhuma mulher deve aceitar isso. Todas as mulheres devem reagir a isso. [...] Eu não perco o controle, não perco o eixo, não perco a esperança, porque eu sou mulher; é por isso: porque eu sou mulher. [...] Tomo emprestadas as palavras da Cora Coralina. A Cora Coralina diz o seguinte: “*sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores*”. Sou mulher, sim, com muito orgulho. Sou feminina e sou forte; sou sensível e sou firme; sou doce e sou decidida; sou o que tenho de ser, sou o que for, o que preciso for, eu serei (Rousseff, 2016f).

Para a então presidente, o estereótipo de gênero segundo o qual a mulher é frágil seria uma tentativa de desvalorização e de diminuição da mulher, colocando-a como alguém que não tem força para resistir à pressão. O erro estaria, como já apontado, no fato de não se restringir a fragilidade à capacidade feminina de sentir, expandindo-a para o caráter e para a resiliência (Rousseff, 2016h). Para Dilma as mulheres do Brasil seriam fortes e isso estaria comprovado pela história de conquistas e também pelo presente de mulheres anônimas que enfrentam uma pesada rotina de trabalhar fora do lar, de criação de filhos e de luta constante

sem desistência. Em outras palavras, valendo-se de adjetivo frequentemente utilizado nos discursos, as mulheres brasileiras seriam “guerreiras”.

E para além da mera igualdade, nesse caso, é interessante notar que Dilma entende serem as mulheres ainda mais fortes e que “uma parte muito importante da minha capacidade de resistir decorre do fato de eu ser mulher.” Para ela (Idem, 2016l), a força das mulheres não se confunde com brutalidade, ferocidade, ira e raiva, estando na verdade no fato de serem lutadoras, “extremamente sensíveis e capazes de amar, até porque temos essa imensa capacidade que é dar a vida.” O quadro 8, abaixo, resume essa primeira parte da análise de conteúdo de acordo com duas das categorias iniciais e a respectiva categoria intermediária.

Quadro 8

Categorias iniciais	Descrição	Exemplo	Codificação
Igualdade de gênero	Indica a equiparação entre os gêneros.	“A igualdade é a base para o fortalecimento da democracia. Uma democracia é sempre mais forte, mais robusta, mais cheia de vida, quando consagra a igualdade. Refiro-me a todos os tipos de igualdade: a igualdade de oportunidades, a igualdade de direitos, a igualdade de gênero, a igualdade diante da lei” (Rousseff, 2016f).	A igualdade de gênero é apresentada num rol de igualdades, fazendo parte assim, segundo o trecho, da base da própria democracia.
Feminilidade e força	Denota uma relação que pode ser vista como contraditória, segundo os estereótipos de gênero, ou como natural.	“E eu quero dizer para vocês que uma parte muito importante da minha capacidade de resistir decorre do fato de eu ser mulher. [...] Nós temos uma força que não se confunde com a brutalidade. A	Dilma enfrenta claramente aqui a aparente contradição entre feminilidade e força, oriunda de um estereótipo de gênero, e em seguida caracteriza a força feminina de forma distinta do

		nossa força não está em sermos ferozes, em sermos irascíveis, raivosas. A nossa força está em sermos lutadoras, guerreiras e extremamente sensíveis e capazes de amar [...]” (Rousseff, 2016l).	conceito de força atrelado ao referido estereótipo.
Categoria intermediária	Descrição	Exemplo	Codificação
Mulher como frágil	Denota o estereótipo de gênero segundo o qual a força é uma qualidade ou característica mais masculina.	“Nós, de fato, somos sensíveis, mas não somos frágeis. Há uma diferença entre isso, entre uma coisa e outra. Nós não somos frágeis” (Rousseff, 2016d).	Nota-se a explícita e enfática negação desse estereótipo de gênero, que consiste na própria categoria intermediária em questão.

Quanto aos direitos de gênero, Rousseff (2015b) frequentemente agrupou as mulheres às necessidades de diversas minorias, enfatizando que precisam se reconhecidas e respeitadas. Ela (Idem, 2016i) considerou “que essa democracia só se constrói em cima dos direitos de todas as pessoas: direitos de gênero, direitos...” E no âmbito de apresentação das ações de seu governo, foi citada a proposta de criação da “Casa da Mulher Brasileira” em todas as capitais do país, para unificação dos serviços de apoio, atenção, proteção e suporte à mulher vítima de violência, além de treinamentos para inserção profissional.

Foram citadas também a expansão do “Ligue 180”, a partir do qual se recebem denúncias sobre violência contra as mulheres, e principalmente a “Lei Maria da Penha” e a recente “Lei do Feminicídio”, que transformou em crime hediondo o assassinato de mulheres pela sua condição feminina. Foi destacada ainda a Lei 13.239/2015, que torna obrigatória a realização pelo SUS de cirurgias reparadoras das sequelas advindas de violência contra as mulheres. Para Dilma, tratava-se de uma reivindicação histórica dos movimentos feministas e de um resgate da autoestima da mulher vítima de violência. E, tanto como direito como igualdade, Rousseff (2016b) destacou também a presença das mulheres no ensino técnico profissionalizante.

No âmbito das categorias “preconceito de gênero” e “violência de gênero”, a importância nos discursos estaria na perspectiva de que a democracia também seria “uma questão de luta contra o preconceito de gênero” (Rousseff, 2016h). Dilma procurou enfatizar as ações de seu governo e considera que essas formariam uma “rede cada vez mais ampla e efetiva de enfrentamento à violência e assistência às vítimas” (Idem, 2015c), numa política de “violência zero”. Para ela (Idem, 2016a) as duas categorias estão intrinsecamente relacionadas, já que “um dos mais fortes preconceitos é a violência que recai sobre a mulher, pelo fato dela ser mulher”.

Numa gradação, para além da relação, Rousseff (2016f) considerou que “o desprezo pelas diferenças está na origem do preconceito. [...] O preconceito é o motivador da intolerância. [...] A intolerância é o ambiente em que nascem todas as formas de violência [...]”. Violências que atingem os negros, atingem as mulheres [...]. A então presidente destacou também que o racismo atingiria as mulheres de forma ainda mais incisiva, afirmando que “a juventude negra e as mulheres negras são as maiores vítimas do racismo” (Idem, 2015e) e que tais mulheres são “atingidas simultaneamente pelo preconceito de raça e por serem mulheres” (Idem, 2016e).

Entra em cena, assim, a categoria intermediária “mulher como vítima”. Em seus discursos, como apontado acima, Dilma apresenta uma realidade a ser reconhecida e superada. Mas o interessante também, nessa linha, é o seu próprio posicionamento como vítima, justamente em associação ao preconceito e à violência de gênero – e já adiantando o que será pormenorizado na análise sob a categoria final, bem como sob a categoria intermediária “resistência contra o machismo e misoginia”:

A história ainda vai dizer quanto da violência contra a mulher, quanto de preconceito contra a mulher tem nesse processo de impeachment golpista. Nós sabemos que um dos componentes desse processo tem sempre uma base no fato de eu ser a primeira presidenta eleita pelo voto popular, a primeira presidenta eleita do Brasil. [...] Nós sabemos o quanto existe, o quanto existe de misoginia, o quanto existe de machismo em algumas visões. Nós vamos reafirmar a nossa perspectiva de gênero. [...] Eu quero finalizar dizendo o seguinte para vocês: eu me sinto injustiçada, sim. Eu sou vítima de uma injustiça. Mas eu sou um tipo de vítima como nós brasileiros e brasileiras somos, principalmente nós brasileiras, vítimas, porém lutadoras, vítimas que não desistem, vítimas com consciência, vítimas com capacidade de luta (Rousseff, 2016l).

O quadro 9, abaixo, resume essa segunda parte da análise de conteúdo de acordo com três das categorias iniciais e a respectiva categoria intermediária.

Quadro 9

Categorias iniciais	Descrição	Exemplo	Codificação
Direitos de gênero	Dizem respeito aos mecanismos de equiparações e conquistas, diante de um histórico de opressão de um gênero sobre outro.	“Nós sempre acreditamos que o Brasil só mudaria de verdade se fosse um país em que os brasileiros tivessem mais direitos, tivessem mais igualdade de oportunidades e que as mulheres tivessem mais direitos, mais autonomia e mais poder. Eu quero dizer para vocês que eu me orgulho muito de ter, em toda e cada uma das nossas políticas, implementadas nos últimos anos, essa marca” (Rousseff, 2016f).	O trecho trata justamente de direitos de gênero como conquistas, associando-as à trajetória de Dilma no poder.
Preconceito de gênero	Denota a existência de noções de superioridade e inferioridade associadas à condição de gênero.	“Foi isso, foi por isso e para isso que nós lutamos: nós queríamos um Brasil democrático, mais justo, com uma capacidade imensa de combater preconceitos, intolerâncias e visões que querem reduzir o ser humano a uma única dimensão. Todos os preconceitos de gênero, todos os preconceitos de raça e todos preconceitos	Dilma associa aqui os preconceitos, incluso o de gênero, à tentativa de redução do ser humano a uma única dimensão. Em outras palavras, a intolerância que resulta nas noções de superioridade e inferioridade relacionadas ao gênero.

		contra opções sexuais” (Rousseff, 2016d).	
Violência de gênero	Referencia a agressão e a opressão de um gênero sobre outro.	“O desprezo pelas diferenças está na origem do preconceito, a gente sabe disso. O preconceito é o motivador da intolerância. A gente também sabe disso. A intolerância é o ambiente em que nascem todas as formas de violência – o insulto, a ofensa, a agressão física, o espancamento, o estupro, o assassinato... Violências que atingem os negros, atinge as mulheres, os jovens, a comunidade LGBT, sobretudo, as mulheres negras, os jovens negros, os indígenas e os diferentes” (Rousseff, 2016f).	O trecho, mais do que descrever e exemplificar a opressão de um gênero sobre outro, dentre outras, relaciona numa gradação crescente o preconceito, a intolerância e por fim a violência.
Categoria intermediária			
	Descrição	Exemplo	Codificação
Mulher como vítima	Indica o resultado da opressão de gênero do homem sobre a mulher.	“Eu quero finalizar dizendo o seguinte para vocês: eu me sinto injustiçada, sim. Eu sou vítima de uma injustiça. Mas eu sou um tipo de vítima como nós brasileiros e brasileiras somos, principalmente nós brasileiras, vítimas, porém lutadoras,	Dilma se apresenta aqui como vítima diante no contexto do impeachment, que configuraria assim a opressão relacionada ao gênero – opressão que ela inicialmente generaliza aos brasileiros para logo em seguida enfatizá-

		vítimas que não desistem, vítimas com consciência, vítimas com capacidade de luta” (Rousseff, 2016l).	la no caso das brasileiras.
--	--	---	-----------------------------

E, como apontado acima de acordo com a transcrição de mais um dos discursos, chega-se também à categoria referente à resistência contra o machismo e a misoginia. Dilma buscou, de forma geral, associar sua trajetória de lutas pela democracia ao processo de lutas em prol da mulher:

E nós aprendemos o valor da democracia da pior forma possível, que é de dentro de um presídio vendo as pessoas sofrerem, vendo as pessoas tentarem resistir à imensa força da tortura. [...] Enfim, nós sabemos porque nós lutamos. Nós lutamos pela democracia e aí nós lutamos por uma democracia que tinha muita densidade. Nós queríamos uma democracia que fosse capaz de resolver as questões da estabilidade, como disse aqui o nosso cientista político, a estabilidade da economia. Que nos ajudasse a combater a absoluta desigualdade que existia no nosso País. Nós lutamos por isso. Nós lutamos porque sabíamos o nível de abandono e de marginalidade que uma parte imensa da nossa população vivia. Foi isso, foi por isso e para isso que nós lutamos: nós queríamos um Brasil democrático, mais justo, com uma capacidade imensa de combater preconceitos [...]. Todos os preconceitos de gênero, todos os preconceitos de raça e todos os preconceitos contra opções sexuais (31/3/16).

Numa mistura assim entre luta contra a ditadura, estabilidade econômica, inclusão social e a própria questão de gênero, Rousseff (2016f) evidencia claramente a estratégia de angariar e fortalecer apoiantes pelas mais diversas causas, polarizando a oposição em torno de um estereótipo conservador e machista (como será pormenorizado no próximo item): “Por isso, neste momento, a luta pela legalidade e pela democracia e contra o golpismo também é uma luta contra a misoginia, o machismo e a violência de gênero”. Nesse contexto, valendo-se da categoria de análise “perspectiva de gênero”, é interessante notar primeiramente a clara relação com todas as outras categorias. A perspectiva evidencia a existência de ao menos dois posicionamentos com relação à questão de gênero, destacando-se nos discursos de Dilma o posicionamento consciente e ativo de defesa da mulher:

Nós temos um lado, o nosso lado é o lado que garante que as mulheres hoje sejam aquelas que recebem o cartão do Bolsa Família, que dá prioridade à titularidade da mulher no Minha Casa Minha Vida, que combate a

violência contra a mulher, que aprovou a Lei do Feminicídio. Nós somos aquelas que queremos a casa da mulher brasileira porque queremos uma forma eficaz, efetiva, de garantir acolhimento, proteção às mulheres vítimas de violência. [...] E no nosso caso específico, no caso da desigualdade de gênero, nenhum fundamentalismo vai impedir que a nossa perspectiva de gênero se afirma cada vez mais (Rousseff, 2016l).

Para além desse sentido imediato da perspectiva de gênero, porém, os discursos em questão também revelam um alcance maior. Se é natural e saudável estimular uma identificação feminina e um sentimento de “pertencimento” ao respectivo gênero, como quando Rousseff (2016a) defendeu que as mulheres deveriam ter orgulho e alegria por serem mulheres, a então presidente acabou por demarcar tal pertencimento em contextos que abarcam indistintamente homens e mulheres.

Apesar do fato de certas falas estarem inseridas no contexto de eventos para mulheres, supondo-se que naturalmente Dilma se referiria a elas de forma especial, é interessante notar como a então presidente foi além. Segundo ela (Idem, 2016a), por exemplo, a inflação estaria reduzindo novamente e isso beneficiaria em especial as mulheres, da mesma forma que as mulheres precisariam de um processo de ampliação das exportações e de uma recuperação do mercado interno. Para além de mera adaptação do vocativo, portanto, de acordo com o público alvo imediato dos discursos, Dilma vinculou sua permanência no governo ao bem das mulheres em especial e conseqüentemente passou a sugerir que o inverso também era válido, ou seja, que sua saída seria contra as mulheres em especial – conforme pormenorização que será feita no próximo item, na análise sob a categoria final “tentativa de relação entre a questão de gênero e derrotas de mulheres na política”.

Mais do que sugerir, Rousseff (2016n) chegou a ser explícita, ao comentar: “Conquistas importantes para as mulheres, os negros e as populações LGBT estarão comprometidas pela submissão a princípios ultraconservadores.” Em outras palavras, a associação entre a ameaça do impeachment e os efeitos da crise econômica sentidos pelas mulheres em especial, ou uma associação entre os “provocadores” do impeachment e futuros prejuízos a essas mesmas mulheres.

Quanto à vinculação da igualdade de gênero à “saúde democrática”, já comentada acima, Rousseff (2016f) acabou induzindo uma fusão entre a própria ideia de democracia e sua representatividade feminina no poder. Primeiramente, conforme analisado acima e neste caso com razão, para ela a democracia também seria uma questão de luta contra o

preconceito de gênero e só se construiria a partir de direitos, inclusos os de gênero. Mais do que meramente fundamentar a defesa contra o impeachment em sua legitimidade eleitoral e indo além da importância da questão de gênero para a democracia, porém, Dilma se posicionou de forma a justificar uma análise de seus discursos sob outra categoria intermediária do presente estudo: “mulher como mais tolerante e mais democrática”.

Para ela, há uma capacidade diferenciada das mulheres em “se dedicar à sociedade, de ter essa imensa generosidade na construção de uma sociedade” (Rousseff, 2016a). E Marcia Tiburi, no contexto justamente do evento “Encontro Com Mulheres em Defesa da Democracia” – cujo discurso de Dilma foi aqui analisado –, captou e reforçou bem esse viés. Tiburi (2016), num forte senso de empatia e de identificação de gênero, traz uma série de expressões fortes e de impacto que depois não serão sequer fundamentadas ou relacionadas a fatos concretos:

Nesse momento em que a violência contra a mulher Dilma se confunde com a violência à democracia não é um erro falar em estupro político. A democracia é feminina e, assim como as mulheres, foi historicamente manipulada e violentada, tratada como objeto, como coisa a serviço dos homens. Nesse momento brasileiro mais do que nunca. Estupro político é o nome do golpe.

De imediato, assim, o reforço da ideia da mulher como vítima. Ela presume num sofisma rápido ou mera retórica que, sendo feminina a democracia, toda e qualquer oposição e condenação a mulheres políticas será um estupro político. De imediato, portanto, o reforço da ideia segundo a qual a mulher é sempre vítima diante de oposição, independentemente de seu posto ou profissão e das próprias circunstâncias dessa oposição. E Dilma, assim, poderia se considerar como a democracia em pessoa – ou afirmar algo do tipo “a democracia sou eu”.

O quadro 10, abaixo, apresenta essa terceira parte da análise de conteúdo de acordo com duas das categorias iniciais e a respectiva categoria intermediária. E chega-se, enfim, à categoria final do presente estudo, havendo ainda num próximo item algumas considerações sobre artigos de imprensa relacionados – na linha desse primeiro exemplo adiantado e contextualizado acima, de Tiburi (2016).

Quadro 10

Categorias iniciais	Descrição	Exemplo	Codificação
----------------------------	------------------	----------------	--------------------

Resistência contra o machismo e a misoginia	Indica o histórico de luta feminina em busca da igualdade de gênero, que se destaca no contexto de construção da democracia.	“As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, a machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar” (Rousseff, 2016o).	Dilma identifica no trecho o machismo e a misoginia como causas do impeachment, mas logo em seguida reforça sua postura de resistência num viés de continuidade ao seu histórico de lutas democráticas.
Perspectiva de gênero	Evidencia a existência de ao menos dois posicionamentos com relação à questão de gênero, destacando-se no caso o posicionamento consciente e ativo de defesa da mulher.	“Nós temos um lado, o nosso lado é o lado que garante que as mulheres hoje sejam aquelas que recebem o cartão do Bolsa Família [...]. E no nosso caso específico, no caso da desigualdade de gênero, nenhum fundamentalismo vai impedir que a nossa perspectiva de gênero se afirma cada vez mais” (Rousseff, 2016l).	A polarização em relação à questão de gênero é explícita no trecho, reforçando-se ainda a perspectiva de gênero contrária à desigualdade em oposição ao que Dilma denomina de “fundamentalismo”.
Categoria intermediária			
Descrição	Exemplos	Codificação	
Mulher como mais tolerante e mais democrática	Referencia a perspectiva de gênero segundo a qual a tolerância e o pendor democrático estão associados ao gênero.	“E, sobretudo, pela capacidade das mulheres de se dedicar à sociedade, de ter essa imensa generosidade na construção de uma sociedade” (Rousseff, 2016a). “Nós temos uma força que não se confunde com a	Nota-se nos trechos, para além da natural identificação de uma presidente com as mulheres de seu país, uma perspectiva ampla de qualificação sobre valores democráticos em torno do gênero feminino.

		<p>brutalidade. A nossa força não está em sermos ferozes, em sermos irascíveis, raivosas. A nossa força está em sermos lutadoras, guerreiras e extremamente sensíveis e capazes de amar [...]” (Rousseff, 2016l).</p> <p>“Parceiras incansáveis de uma batalha em que a misoginia e o preconceito mostraram suas garras, as brasileiras expressaram, neste combate pela democracia e pelos direitos, sua força e resiliência” (Rousseff, 2016n).</p>	
--	--	--	--

Conforme analisado acima, praticamente todas as categorias iniciais e intermediárias figuraram nos discursos de Dilma Rousseff em associação à própria essência da democracia. E, como também disposto, figuraram muitas vezes em associação ao processo de impeachment, como se esse representasse um atentado machista e misógino à própria democracia. Em complementação ao Quadro 2, inclusive – que na descrição metodológica acima quantificou o número de discursos com presença de cada uma das palavras-chave utilizadas na seleção do material de análise –, nota-se que essa tentativa de associação esteve presente em 5 discursos anteriores ao afastamento de Dilma e em 2 posteriores (Quadro 11). Interessante observar ao menos quantitativamente, a propósito, como essa estratégia se intensificou na fase final do processo de impeachment, já que foram 5 de 19 discursos num primeiro momento (26%) e 2 de 3 discursos no segundo momento (66%).

Quadro 11

NÚMERO DE DISCURSOS COM TENTATIVA DE ASSOCIAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO AO IMPEACHMENT		
Bases para a seleção dos discursos	Arquivo oficial da Presidência (2/12/15 – 12/5/16)	Meios de Comunicação (13/5/16 – 31/8/16)
Totais de discursos	19	3
Tentativa de associação ao impeachment	5	2

Se tais tentativas de associação foram pontualmente adiantadas e contextualizadas acima, porém, são agora especialmente analisadas sob a categoria final: “tentativa de relação entre a questão de gênero e derrotas de mulheres na política”. Sobre o início ou ideação dessa tentativa, Rousseff (2016h) indicou que teria sido aventada por uma jornalista canadense:

E eu quero reconhecer, hoje até reconheci, foi uma pergunta de uma jornalista canadense, que me perguntou se eu acreditava que neste processo todo tinha havido, também, algo... Que tinha a ver com o preconceito pelo fato de eu ser mulher. Acho que tem uma parte significativa disso. Tem um certo tratamento, que é uma tentativa de desvalorizar, de diminuir, de colocar como sendo a mulher uma pessoa que não tem força para resistir à pressão, a mulher como um ser frágil [...].

Evidencia-se, assim, que Dilma aproveitou a sugestão de correlação feita por uma jornalista e daí em diante a utilizou constantemente, em conjunto desconexo e desordenado com outros aspectos técnicos de defesa que não constituem objeto do presente estudo. Numa fusão da questão da igualdade e dos direitos com a questão de gênero, passando até mesmo pelo histórico de escravidão do país (Rousseff, 2016f), Rousseff sugeria que o impeachment seria contrário às conquistas femininas: “O golpe é contra, é contra o fato que as pessoas, as Suzanas, começaram a andar de avião, sim. As Suzanas passaram a cursar a universidade e, o cúmulo do absurdo, as Suzanas entraram no Palácio do Planalto” (Rousseff, 2016g).

Dilma teria sucedido a Lula nos esforços contra os problemas socioeconômicos do país e destacou seu papel como sua ministra e como presidente, apresentado as já comentadas conquistas de gênero em estatísticas que estariam ameaçadas pelo impeachment: “Por isso, neste momento, a luta pela legalidade e pela democracia e contra o golpismo também é uma luta contra a misoginia, o machismo e a violência de gênero” (Rousseff, 2016f). E uma das

evidências dessa associação entre o impeachment e a questão de gênero, segundo Dilma, era uma reportagem recentemente publicada:

Tenho inteira consciência disso e, por essa razão, digo a vocês que como vocês, até um pouco mais, estou indignada com a matéria da revista Isto É da semana passada. Demandeí que a revista seja processada por crimes contra a honra e exigi direito de resposta. Essa revista vem sistematicamente mentindo, inventando, incitando o ódio e a intolerância. Produziu uma peça de ficção para ofender a mulher e a presidenta. Na verdade, com o propósito de me ofender como presidenta justamente por ser mulher. É um texto muito baixo, que reproduz um tipo perverso de misoginia, para dizer que, quando uma mulher está sob pressão, costuma perder o controle. Vem tentando, aliás, isto vem tentando ser feito há muito tempo, há muito tempo (Rousseff, 2016f).

Trata-se de uma reportagem de Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco (2016) – “Uma presidente fora de si” –, analisada no próximo item. Antecipe-se, porém, como será detalhado adiante, que se tratou de uma análise do contexto de iminência do afastamento da presidente e não das causas de seu afastamento. E, assim, os estereótipos de gênero da reportagem não deveriam ser utilizados em confusão ao processo de impeachment em si e aos seus fundamentos. Dilma, porém, aproveitou de imediato tudo o que pudesse embasar a tentativa de correlação entre tal processo e a questão de gênero, ignorando que a reportagem explorava as reações a ele e não as suas bases. Não havendo, enfim, elementos concretos para a tentativa de associação, que figura nos discursos sem um encadeamento lógico ou ao menos argumentativo, a questão foi delegada à História num dos trechos já adiantados acima. Uma estratégia que repassa subjetivamente ao futuro – sem possibilidade de contestação racional, portanto – uma suposta comprovação dessa relação:

A história ainda vai dizer quanto da violência contra a mulher, quanto de preconceito contra a mulher tem nesse processo de impeachment golpista. Nós sabemos que um dos componentes desse processo tem sempre uma base no fato de eu ser a primeira presidenta eleita pelo voto popular, a primeira presidenta eleita do Brasil [...] Eles, portanto, quando propõem a minha renúncia, têm dois objetivos. O primeiro deles: eles querem, de todas as formas, evitar que eu continue falando com vocês e denunciando o golpe. Querem também disseminar uma ideia: “Ah, ela é mulher, ela não tem capacidade de resistir” [...] E no nosso caso específico, no caso da desigualdade de gênero, nenhum fundamentalismo vai impedir que a nossa perspectiva de gênero se afirma cada vez mais. Nós sabemos o quanto existe, o quanto existe de misoginia, o quanto existe de machismo em algumas visões. Nós vamos reafirmar a nossa perspectiva de gênero. (Rousseff, 2016l).

O trecho também revela, assim, que a presidente insistia na confusão entre uma suposta expectativa machista ou estereótipo de gênero sobre sua resiliência diante da ameaça de impeachment com as próprias causas e fundamentos desse impeachment. E revela também a tentativa de polarização a respeito do impeachment, colocando o seus adversários como fundamentalistas misóginos e machistas.

Nesse contexto de análise sob a categoria final do presente estudo – tentativa de relação entre a questão de gênero e derrotas de mulheres na política –, Dilma se restringiu ao seu próprio enquadramento e vitimização nesse sentido, como adiantado também na análise acima sob a categoria intermediária “resistência contra o machismo e a misoginia”: “As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, a machismo e a misoginia mostraram suas feias faces” (Rousseff, 2016o). Para além do Brasil, porém, é interessante notar como Carla Rodrigues (2016) – “Pode uma mulher governar?” –, conforme também detalhado no próximo item, estende o raciocínio para a América Latina.

De fato, para mapear e analisar a abordagem da questão de gênero durante o processo de impeachment e a respectiva tentativa de associação entre ambos, fez-se importante observar também artigos de imprensa, para além da presente análise de conteúdo dos discursos de Dilma Rousseff. E ela, inclusive, reconheceu o apoio estampado em parte desses artigos, justamente no contexto de tal tentativa de associação e caracterização do impeachment como misógeno:

As mulheres brasileiras têm sido, neste período, um esteio fundamental para minha resistência. Me cobriram de flores e me protegeram com sua solidariedade. Parceiras incansáveis de uma batalha em que a misoginia e o preconceito mostraram suas garras, as brasileiras expressaram, neste combate pela democracia e pelos direitos, sua força e resiliência. Bravas mulheres brasileiras, que tenho a honra e o dever de representar como primeira mulher presidenta do Brasil (Rousseff, 2016n).

Em outro trecho, que resume bem tal confusão ou estratégia, Dilma Rousseff (2016o) apresenta em associação ao impeachment (chamado por ela de golpe) todos os comportamentos socialmente aversivos e politicamente incorrectos que ela conseguiu enumerar: “O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógeno. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da

violência”. O quadro 12, abaixo, resume essa última parte da análise de conteúdo dos discursos de acordo com a categoria final.

Mas por fim, na mesma linha do já comentado repasse subjetivo (e sem possibilidade de contestação racional) ao futuro – quando Rousseff (2016l) afirmou em tom de despedida e de possível martirização após a derrota que a História ainda provaria sua tese de impeachment machista e misógino –, é interessante pontuar a frase emblemática que serviu de epígrafe ao presente estudo. Já no discurso de despedida definitiva (após a votação final a favor do impeachment), e mesmo que descontextualizada, a frase se enquadra bem na estratégia de associação entre gênero e impeachment que foge a qualquer possibilidade de discussão racional ou evidencição fática: “Eu vivi a minha verdade” (Rousseff, 2016o).

Quadro 12

Categoria final	Conceito norteador	Exemplos	Codificação
Tentativa de relação entre a questão de gênero e derrotas de mulheres na política	Diz respeito à utilização da questão de gênero na política por mulheres, como estratégia de manutenção do poder ou de vitimização em caso de derrotas.	<p>“O golpe é contra, é contra o fato que as pessoas, as Suzanas, começaram a andar de avião, sim. As Suzanas passaram a cursar a universidade e, o cúmulo do absurdo, as Suzanas entraram no Palácio do Planalto”(Rousseff, 2016g).</p> <p>“Por isso, neste momento, a luta pela legalidade e pela democracia e contra o golpismo também é uma luta contra a misoginia, o machismo e a violência de gênero” (Rousseff, 2016f).</p> <p>“A história ainda vai dizer quanto da violência contra a mulher, quanto de preconceito contra a mulher tem nesse processo de impeachment golpista. Nós sabemos que um dos componentes desse processo tem sempre uma base no fato de eu ser [...] a primeira presidenta eleita do Brasil” (Rousseff, 2016l).</p> <p>“As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, a machismo e a misoginia mostraram suas feias faces” (Rousseff, 2016o).</p> <p>“Parceiras incansáveis de uma batalha em que a misoginia e o preconceito mostraram suas garras, as brasileiras expressaram, neste combate pela democracia e pelos direitos, sua força e resiliência” (Rousseff, 2016n).</p>	Os trechos ou exemplos apresentados são explícitos na afirmação de que o impeachment, chamado pela então presidente de golpe, teve como um de seus fundamentos a misoginia e o machismo e teria sido portanto uma violência de gênero em si próprio.

		<p>“O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência” (Rousseff, 2016o).</p>	
--	--	---	--

6.1. A tentativa de relação entre a questão de gênero e o impeachment em artigos de imprensa

Em caráter complementar à análise dos discursos feita acima, e especialmente em relação à categoria final (tentativa de relação entre a questão de gênero e derrotas de mulheres na política), seguem observações sobre artigos de imprensa relacionados – não se tratando portanto de análise de conteúdo nos moldes metodológicos utilizados acima. Quanto às manifestações na mídia, de forma geral, é interessante notar a ausência de editoriais relacionados ao tema – fato que por si só já é um indicativo da fragilidade da correlação entre o impeachment e o fato de Dilma Rousseff ser mulher –, restringindo-as assim aos artigos de opinião, pelos quais respondem os respectivos autores.

Encontrados assim três artigos representativos nesse sentido, foram então buscados outros três contrários – além de observações sobre duas matérias que alimentaram a polêmica e foram citadas nos referidos artigos, mesmo sem terem abordado a tentativa de associação entre o impeachment e a questão de gênero. Sobre tais matérias, recorde-se a citação de uma delas por Dilma, conforme transcrição já analisada acima. Para ela, uma das evidências da associação entre o impeachment e a questão de gênero era uma matéria recentemente publicada (Rousseff, 2016f).

Trata-se da reportagem de Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco (2016), intitulada “Uma presidente fora de si” e com o seguinte subtítulo: “Bastidores do Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país”. De imediato, assim, destacam-se dois aspectos extremamente importantes. Em primeiro lugar, dá-se o tom agressivo que guiou toda a reportagem. Em segundo lugar, por sua vez, nota-se que se tratou de uma análise do contexto de iminência do afastamento da presidente, e não das causas de seu afastamento.

Com relação ao primeiro aspecto, a reportagem desenvolve uma narrativa dos últimos dias de Dilma Rousseff antes de seu afastamento, apontando diversas e detalhadas declarações de bastidores sobre o seu comportamento. Utilizando expressões como

“explosões nervosas”, “absoluta desordem” e “destempero”, são citados de acordo com supostas fontes palacianas episódios de fúria e xingamentos, quebra de móveis e uso de medicamentos psiquiátricos. Os autores ainda citam teóricos da Psiquiatria para enquadrar a presidente em estágios geralmente relacionados à perda, concluindo que ela estaria em processo de negação e de raiva.

O texto é realmente incisivo e conclui que Dilma “desmantelou-se emocionalmente”, não fazendo jus a uma verdadeira líder no momento da derrota. Aponta ainda o fato de que, apesar da tentativa de disfarçar a tensão, Dilma estaria transparecendo sua verdadeira situação pessoal em seus últimos discursos oficiais. Os autores revelam, inclusive, que a arregimentação da presidente para esses discursos estaria sendo um fracasso, com prefeitos e governadores se recusando em massa ao comparecimento.

São também criticadas as falas de aliados do então governo no sentido de incutir medo à população, propagando ameaça de fim dos programas sociais e literalmente ameaçando a ordem pública caso a presidente fosse realmente afastada. Por fim, sob a assinatura de Antonio Carlos Prado e sob o título “As diabruras de ‘Maria, a Louca’”, a reportagem traz uma comparação entre Dilma e a famosa monarca portuguesa, no sentido do ensurdecimento e da negação da realidade diante da perda do poder. Curiosamente, assim, uma comparação entre a primeira presidente e a primeira rainha do Brasil, já que Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança (que a história registra como “Maria I, a Louca”), foi a primeira mulher a sentar-se no trono de Portugal e, por decorrência geopolítica, a primeira pioneira “política” do Brasil.

Enfim, dado todo esse tom justamente de estereótipo do gênero feminino, bem como a falta de comprovação de algumas declarações, a reportagem chegou a ser criticada por ambos os lados da disputa política em torno do impeachment e recentemente a revista foi condenada a conceder direito de resposta. Para Rousseff⁸, nesse contexto, a reportagem teria agredido a todas as mulheres:

O texto, a edição e a escolha das fotos revelam uma estória falsa, eivada de agressões misóginas e machistas [...]. A ‘reportagem’ de capa desta revista me ofende, sem dúvida, por me atribuir comportamento que não condiz com minha atitude pessoal e meu temperamento. Insulta a figura institucional da Presidência da República. Estende a agressão a todas as mulheres brasileiras, guerreiras que, no seu dia a dia, enfrentam duras

⁸ Informações disponíveis em: <http://dilma.com.br/istoe-condenada-pela-justica-por-causa-de-dilma/> [30 de julho de 2016].

batalhas, muitas vezes em jornadas de trabalho duplicadas pela necessidade de cuidar da família e dos filhos, em busca de sua autonomia e de seu justo espaço na sociedade.

É fato que ainda haverá desdobramentos (no sentido da possível comprovação das declarações, por exemplo), mas de fato a reportagem mereceu muitas críticas. O que é preciso observar, porém, retomando o segundo aspecto notado desde o subtítulo da reportagem, é que se tratou de uma análise do contexto de iminência do afastamento da então presidente, e não das causas de seu afastamento. Sendo assim, a presença na reportagem de estereótipos de gênero e o seu enquadramento como misógina e machista não pode ser associado aos fundamentos do processo de impeachment, que é justamente o foco da presente análise em sua associação à questão de gênero.

E até mesmo com relação a esse enquadramento é preciso observar que a reportagem compara (independentemente aqui de serem fidedignas ou não as descrições) o caráter explosivo de Dilma no contexto de crise e pressão ao de Lula, do gênero masculino. E, principalmente, traz uma comparação (ignorada pelas diversas críticas) entre Dilma Rousseff e Fernando Collor (cujo processo de impeachment já foi descrito no presente estudo). Se a comparação com “Maria I, a Louca” realmente reforça um estereótipo agressivo de gênero, o paralelo com Collor demonstra um lado objetivo (e alheio à questão de gênero) das comparações. Em paralelos bem detalhados, os autores da reportagem demonstram que a citada negação da realidade acometeu o homem presidente e a mulher presidente:

Durante seguidas manhãs de setembro de 1992, enquanto o tema impeachment fervia no Congresso e a população lotava as ruas pedindo a saída do então presidente Fernando Collor, o chefe do Executivo parecia alheio a tudo. Mesmo com índices de avaliação chegando aos 68% de “péssimo e ruim”, ele vestia camiseta com frases de efeito e saía para correr nas redondezas da Casa da Dinda, onde morava, cercado de seguranças. Em discursos, Collor se dizia vítima do “sindicado do golpe” e tinha o apoio de advogados que diziam que não havia crime de responsabilidade contra ele. A presidente Dilma Rousseff segue o mesmo script. Enquanto o País vive uma crise sem precedentes, a petista se comporta como se nada estivesse acontecendo. Ela parece dar de ombros ao seu índice de reprovação que chega aos 69%, números semelhantes ao de Collor no período pré-impeachment. Também repetindo o ex-presidente, chama opositores de “golpistas”, recorre a juristas parceiros e sai para se exercitar, só que de bicicleta, nos arredores do Planalto (Pardellas e Bergamasco, 2016).

Nota-se, enfim, que os estereótipos de gênero da reportagem não deveriam ser utilizados em confusão ao processo de impeachment em si e aos seus fundamentos. Dilma, porém, aproveitou de imediato tudo o que pudesse embasar a tentativa de correlação entre tal processo e a questão de gênero, ignorando que a reportagem explorava as reações a ele e não as suas bases.

Tratando-se dos artigos de opinião, por sua vez, poder-se-ia ao menos esperar alguma novidade argumentativa ou a apuração de algum fato concreto no seio político do processo que embasasse a correlação entre a questão de gênero e o impeachment. O que se verificou, porém, foi novamente uma seleção de expressões retóricas e de manifestações marginais ao processo político. Conforme já adiantado e comentado como primeiro artigo complementar à análise de conteúdo, Marcia Tiburi (2016), no contexto do evento “Encontro Com Mulheres em Defesa da Democracia” – cujo discurso de Dilma já foi analisado – designou o impeachment de “estupro político”.

De imediato, assim, o reforço do estereótipo de gênero segundo o qual a mulher é sempre vítima diante de oposição, independentemente de seu posto ou profissão e das próprias circunstâncias dessa oposição. O texto é efetivamente iniciado com um relato de sua participação no citado evento, no Palácio do Planalto, e adota o discurso do golpe. Mais do que isso, porém, o qualifica de golpe “machista, capitalista, fundamentalista religioso, preconceituoso, autoritário, coronelista, plutocrata e oligárquico, um golpe fascista em cada detalhe de suas técnicas judiciárias, legislativas e midiáticas” (Tiburi, 2016).

O título do artigo de Clarice Cardoso (2106), publicado na revista Carta Capital, segue na mesma linha: “Quando a misoginia pauta as críticas ao governo Dilma”. Esperar-se-ia assim, já que o texto foi publicado no contexto do processo de impeachment, a apresentação de declarações de lideranças políticas ligadas ao processo ou a presença capciosa de elementos machistas nos discursos oficiais favoráveis ao impeachment. O que ocorre, porém, como já sugerido no subtítulo, é a seleção (que chega a ser contraditória) de manifestações marginais ao processo político: “Capa sexista de ‘Isto É’ coroa momento em que o machismo é a regra para atacar a presença de mulheres na política”.

Se a reportagem em questão seria o coroamento do machismo e da oposição à presença de mulheres na política, esperar-se-ia ao menos uma referência a tal sucessão de fatos nesse sentido. Na verdade, justamente por se tratar do governo de Dilma Rousseff e de seus proclamados avanços nessa questão, a sucessão histórica recente estaria justamente na

direção contrária: avanços e não ameaças. E, ainda, se suposto fosse que o impeachment de Dilma representaria um orquestrado retrocesso em relação a essas últimas conquistas, esperar-se-ia a identificação da questão de gênero nos primórdios desse processo de afastamento.

No entanto, Cardoso (2016) inicia confirmando seu foco na matéria da revista *IstoÉ*, que “confunde” com o “jornalismo político brasileiro” (embora não cite outros exemplos). Ela critica as já reproduzidas expressões utilizadas pela reportagem e defende que não haveria dados factuais, colocando em xeque até mesmo as declarações cujas fontes foram identificadas: “Fontes apócrifas discorrem sobre surtos de mal comportamento, grosseria e destemperamento da presidenta nos últimos meses de crise política.” Caracteriza assim os relatos não como condenação de Dilma enquanto presidente, mas como “agressão a uma mulher em posição de poder que acaba se refletindo num ataque a todas as mulheres, estejam elas na política ou não.”

A mesma tônica dos discursos de Dilma em defesa contra o impeachment, numa confusão entre os limites da figura ou da responsabilidade de presidente e da representatividade de seu gênero. Cardoso continua nessa linha, citando o baixo número de mulheres na política e afirmando que o preconceito de gênero disfarçado de visão política uniria os dois polos. Sobre o polo do próprio governo de Dilma Rousseff, o tal disfarce seria a defesa do retorno de Lula como ministro para controlar a situação. Para ela, o machismo (e o estereótipo de gênero) estaria estampado na suposição de que Lula, por ser homem, resolveria os problemas de Dilma.

Ocorre ironicamente, porém, como a própria autora observa (citando inclusive a crítica de Luiza Erundina⁹), que esse plano de retorno de Lula foi publicamente arquitetado e defendido pelo próprio partido da presidente e por ela própria. Foi arquitetado também – nesse caso sem o reconhecimento do partido e da presidente, mas conforme gravações interceptadas (Camarotti, 2016b) – para tentar livrar Lula da prisão. Sendo assim, Cardoso acaba por criticar sem querer a própria presidente por uma atitude machista e pelo reforço de um estereótipo de gênero, ou por fazer parte do “preconceito de gênero disfarçado de visão política”. Trata-se, portanto, de um indício das próprias conclusões a que este estudo chegou.

⁹ Informações disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=P9KI8PJ8PcU> [21 de agosto de 2016]. A deputada afirmou ainda que, se a presidenta Dilma Rousseff “tivesse feito uma aliança com a sociedade civil organizada, se tivesse de fato governado com o povo, ela não estaria hoje na situação em que se encontra.”

O terceiro artigo nessa linha, por fim, amplia o já comentado enquadramento de Dilma na categoria final de análise – tentativa de relação entre a questão de gênero e derrotas de mulheres na política – e sua vitimização nesse sentido, como adiantado também na análise sob a categoria intermediária “resistência contra o machismo e a misoginia”. Para além do Brasil, é interessante notar como Carla Rodrigues (2016) publicou “Pode uma mulher governar?” no blog do jornal Folha de S. Paulo #AgoraÉQueSãoElas. A autora explica que o título foi inspirado numa questão sobre pós-colonialismo e gênero da filósofa indiana Gaiatri Spivak: “Pode o subalterno falar?” Assim como a filósofa, e em virtude do que considera retrocessos de gênero no Brasil e na América Latina, com destaque para impeachment de Dilma Rouseff, Rodrigues responde negativamente ao seu título.

Para ela, “Dilma não é a única mulher no continente a ser posta diante de crises políticas entrelaçadas por discriminação de gênero, misoginia, e preconceito contra o exercício de poder feminino” (Rodrigues, 2016). Dilma, Cristina Kirchner e Michele Bachelet, assim, teriam sofrido ataques por terem representado uma chance de superação das “arraigadas hierarquias entre homens e mulheres na América Latina.” Tratar-se-ia portanto de uma articulação nacional e internacional de forças conservadoras para impedir o avanço de forças progressistas, “como um jogo de forças ativas e reativas em movimento permanente.” Citando alguns estudos nesse sentido, a autora destaca nesse contexto outra matéria para tentar fundamentar a associação do impeachment à questão de gênero:

A recente campanha #belarecatadaedolar expressou, de certa forma, esse jogo de forças ativas e reativas. Em contraposição à presidência da República exercida por uma mulher, uma revista semanal veiculou perfil da mulher do presidente interino Michel Temer, cujos atributos eram os mesmos que nos fariam voltar alguns séculos ao passado. Beleza para agradar o marido, comportamento domesticável, em ambiente familiar e caseiro.

Trata-se da matéria (a segunda a ser aqui observada, conforme previsão acima) “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”, publicada na revista Veja por Juliana Linhares (2016) com o seguinte subtítulo: “A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice.” Linhares inicia considerando Marcela Temer uma “mulher de sorte”, descrevendo então o romantismo do casal com diversos detalhes e num claro viés de aproveitamento textual das características peculiares e inusitadas da situação. Ela narra um jantar especial e

exclusivo num restaurante caro de São Paulo, cita os apelidos carinhosos e familiares do casal e reforça a desproporção de idades, revelando que Marcela conheceu Temer quando tinha 20 anos e ele 62, sendo Temer o seu primeiro namorado.

A autora passa então a descrever nos mínimos detalhes o filho do casal e até mesmo o episódio de uma possível segunda gravidez de Marcela, que ainda pretenderia uma filha com Temer. São também detalhados um plano de férias em família, a formação em Direito dela e seus dois segundos lugares em concursos de miss no interior do estado de São Paulo. Surge, então, um dos trechos que explicam o título e que alvoroçaram as críticas: “Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele).” Detalhando ainda mais a rotina de beleza da moça, Linhares cita declarações do cabeleireiro dela, de sua irmã e de uma estilista.

Por fim, a autora afirma que Marcela seria o braço digital do vice, por auxiliá-lo no acompanhamento das redes sociais, e detalha a rotina de encontros entre os dois, por acabarem morando em cidades diferentes. Descreve ainda a sogra de Temer, que teria acompanhado a filha no primeiro encontro, e também a rotina pessoal dele diante da distância, que inclui vinho, charuto e poesias – a autora associa uma delas, presente em livro que ele publicou, à relação do casal. É realmente notório, portanto, o viés provocativo e até mesmo cômico do texto de Juliana Linhares, que abusa dos estereótipos de gênero e da amarração de detalhes íntimos e comumente associados a relações de interesse para apresentar um texto supostamente divertido e mesmo polêmico. A propósito, se ela inicia afirmando ser Marcela uma mulher de sorte encerra afirmando que “Michel Temer é um homem de sorte.”

Uma narrativa visivelmente caricaturada e que busca ser surpreendente, na medida em que muitas das “caricaturas” se revelam fatos concretos segundo a autora. É evidente o viés jocoso e o abuso aparentemente premeditado dos estereótipos de gênero, de modo a polemizar e a disseminar o artigo na mídia. Se a já comentada reportagem da revista *IstóÉ* se deu muito depois das causas do processo de impeachment, e muito depois do início efetivo desse processo – além de ter trazido o olvidado paralelo com o impeachment de Fernando Collor, que afastou parcialmente o viés estereotipado –, essa matéria da revista *Veja* revelou um aproveitamento intencional e midiático dos estereótipos de gênero, objetivando-se a polêmica e a visibilidade num tom que chegou a ser cômico.

Não parece razoável, portanto, se valer de manifestações exploratórias da realidade de um impeachment em curso para avaliar a própria validade desse impeachment, e ainda menos utilizar essas manifestações para desenhar um quadro conspiratório de nível internacional. Mas Rodrigues (2016) continua e considera que os mínimos avanços conseguidos no Brasil e na América Latina produzem “reações muito violentas”. E assim, procurando mesclar artificialmente o contexto do impeachment com lutas das mulheres, lamenta que ainda não foi alcançada a descriminalização do aborto e cita a ameaça ao fim da obrigatoriedade do registro de boletim de ocorrência para interrupção de gravidez em caso de estupro. E – note-se a mescla artificial por não haver relação entre os fatos – a ameaça vem da “ação danosa do deputado Eduardo Cunha”, que por acaso deu início ao processo de impeachment na Câmara dos Deputados. Ela ainda lamenta a necessidade de uma grande mobilização, no âmbito estadual do Rio de Janeiro, para “impedir a aprovação de uma lei que obrigaria profissionais de saúde do Estado do Rio de Janeiro a notificar a polícia sempre que uma mulher chegasse a um hospital com complicações pós-aborto.”

E assim, como se houvesse relação entre os fatos, Rodrigues retorna ao contexto do impeachment e observa o seguinte, ignorando o histórico brasileiro de apelidos pejorativos a todos os presidentes e associando novamente (e artificialmente) as escolhas do presidente interino para o seu alto escalão com os fundamentos do impeachment:

Dilma esteve sob ataque desde o início do seu primeiro mandato. Sofreu críticas por não se adequar ao estereótipo do feminino e deputados acharam cabível chamar a chefe de estado por denominações grosseiras como “jararaca”. De certa forma, é como se sua figura austera tivesse encarnado a abjeção da sociedade brasileira em relação a uma mulher no poder. Insistentemente, ela buscou responder “sim, pode uma mulher governar”, e a cada sim produziu mais e mais reações contrárias ao seu lugar de poder. Talvez ainda estivéssemos num jogo de forças menos desigual, num retrocesso menos perturbador do que esse com o qual nos ameaçam os homens brancos que tomaram o poder.

Ela ainda aponta acusações de corrupção de membros no novo governo, procurando ao menos equipará-los às revelações de corrupção em massa do governo anterior, e conclui que a origem de tudo seria o “ódio à democracia”. E assim, resgatando as considerações já comentadas acima de Márcia Tiburi (2016), como num eco, pode-se verificar a tentativa de polarização da virtude democrática. Uma polarização não mais focada no partido político, nesse caso (dado o desgaste do PT com todas as descobertas de corrupção), mas justamente

no gênero: a virtude da democracia seria feminina e portanto exclusiva, rejeitando-se de imediato (e sem correlações lógicas e racionais) qualquer acusação contra uma presidente mulher – ou classificando tais acusações como o outro pólo, o pólo do ódio à democracia.

No âmbito dos três artigos contrários a Dilma, por sua vez, é interessante notar que dois também foram escritos por mulheres. E, nesse contexto, faz-se oportuno pontuar uma declaração da advogada de acusação Janaína Paschoal, feita no dia 30 de agosto de 2016 (na abertura da fase dos debates entre acusação e defesa do julgamento do impeachment no Senado Federal, já nas vésperas da decisão final). Disse a advogada que lhe foi muito “penoso” propor o processo contra a primeira mulher presidente, sendo ela mulher também. Após muita reflexão, porém, teria concluído que se o acusado fosse homem ela com certeza prosseguiria com a acusação, e assim não faria sentido agir diferente pelo fato de se tratar de uma mulher. Segundo ela, ninguém deve ser perseguido por ser mulher, mas tampouco protegido por ser mulher (2016 apud Jungblut e Éboli, 2016).

Quanto aos artigos propriamente ditos, “As ‘verdades’ ditas por Dilma estão pela metade” foi publicado por Míriam Leitão (2016) em seu blog no jornal O Globo, e é um texto em que a autora avalia de forma mais abrangente as diversas alegações da presidente contra o impeachment. A alegação da questão de gênero, assim, é inserida nessa visão de conjunto. Leitão inicia contextualizando seu título, ao explicar que Dilma disse a jornalistas estrangeiros que estaria sendo vítima de “meias verdades”, dando a seguir sua versão sobre diversos assuntos e desmentindo declarações da então presidente afastada. A autora defende que as “meias verdades” são a estratégia de defesa de Dilma Rousseff e não uma injustiça contra ela, ocorrendo o mesmo com relação à questão de gênero:

Dilma acha que está sendo vítima de machismo. É claro que o machismo é um problema no Brasil, mas esse fato não tem a ver com o processo de impeachment. Dilma continua sem admitir os erros de seu governo. Durante a coletiva, se colocou na condição de vítima de um golpe. Mas a verdade completa é que o STF está ditando o rito, o Congresso está ouvindo a defesa do governo e a imprensa está acompanhando, como acontece em uma democracia (Leitão, 2016).

E assim, numa visão de conjunto, Míriam Leitão coloca a utilização da questão de gênero contra o impeachment como apenas mais um dos pontos de uma defesa que trabalharia com meias verdades, buscando a todo custo e a qualquer preço uma reversão do processo. Reforça-se a percepção, portanto, que se tratava de fato de uma banalização dessa

questão e também da crítica aos estereótipos de gênero, e banalizações ou utilizações meramente pragmáticas tendem a enfraquecer uma causa ao invés de fortalecê-la.

Reinaldo Azevedo (2016) na revista *Veja*, apesar do tom agressivo e combativo que lhe é peculiar nesta bipolarização ideológica que tomou conta do país nos últimos anos, também coloca a questão no eixo objetivo das críticas (não na subjetividade do oportunismo midiático) e levanta algumas questões interessantes. Ele inverte o problema e pergunta ironicamente, no próprio título do artigo, se o fato de Dilma ser mulher pode ser relacionado ao mal desempenho de seu governo: “Dilma levou o Brasil à falência porque é mulher e tinha em seu ministério negros e outras mulheres?” A resposta é imediata (já no subtítulo) e clara, afastando possíveis críticas da parte de quem pode não ter compreendido ou não querer compreender o argumento: “Eu não estou interessado em saber o que as pessoas têm entre as pernas quando em pauta estão assuntos de estado. Ou qual é a cor de sua pele. Eu estou interessado em saber o que elas têm dentro da cachola”.

Assim, apesar de focar o aspecto do desempenho governamental – menos para o peso jurídico e mais para o peso político do impeachment –, ele colabora com a questão ao racionalizá-la. Já no contexto das citadas críticas ao governo interino de Michel Temer, no sentido de não abranger mulheres e negros nos ministérios, Azevedo (2016) desenvolve seu pensamento no sentido de que gênero, etnia e orientação sexual não podem ser encaradas como categorias de pensamento. E, portanto, também não podem ser associadas a níveis distintos de competência. Sendo assim, ele critica a militância que centraliza essas questões em seus discursos e análises específicas sobre os desempenhos governamentais, lembrando que seria preciso reconhecer as implicações dessa linha de pensamento: “Os que pretendem dizer que o ministério Temer é ruim porque nele não há mulheres e negros teriam de admitir, então, que o Brasil só foi à breca porque governado por uma mulher, com o auxílio de negros e de outras mulheres.”

Novamente de forma imediata e clara, então, afastando possíveis críticas da parte de quem pode não ter compreendido ou não querer compreender o argumento, ele reforça a abominação a essa associação e esclarece sua ironia: “Um raciocínio como esse seria aceitável? Não! Um raciocínio como esse seria apenas um lixo moral, como lixo moral é a gritaria promovida agora por feministas, racialistas e intelectuais.” Azevedo continua, procurando demonstrar que seu raciocínio seria imparcial independentemente do caso concreto em questão, e afirma como exemplo “inverso” que considerava (então) uma mulher

a melhor chefe de estado e de governo da atualidade: Angela Merkel. Para ele, apesar das certas discordâncias que provenham atualmente (principalmente da Europa), o raciocínio se aplica no sentido de que Merkel não pensaria como homem ou como mulher, e sim como governante da Alemanha.

Enfim, e retomando o citado subtítulo, Azevedo (2016) afirma estar interessado no que as pessoas têm em suas mentes independentemente do gênero, e encerra comparando mais uma vez Dilma a Merkel: “Com os miolos que tem, Merkel faz o governo que faz. Com os miolos que tem, Dilma fez o governo que fez.” Ressalvadas as possíveis discordâncias de sua opinião política, portanto, e de uma forma coloquial mas muito lúcida e racional, o autor demonstra que os estereótipos de gênero podem não fazer sentido em avaliações sobre governantes. Mais do que isso, demonstra que a utilização da questão de gênero contra o impeachment e contra a ausência de mulheres no governo sucessor é na verdade um reforço dos estereótipos de gênero, por sugerir que essa caracterização reflete nos resultados sentidos pela população.

Eliane Cantanhêde (2016), em sua coluna no jornal O Estado de S. Paulo, se vale também de seu gênero, embora de forma mais discreta, e intitula algumas considerações no contexto deste estudo como “Nós, mulheres”. Mais do que opinar simplesmente sobre a questão de gênero frente ao afastamento de Dilma Rousseff, e no âmbito da categoria final ora em análise, ela faz um balanço nacional e mesmo internacional sobre o desempenho atual das mulheres na política. Começa, assim, elencando recentes pioneirismos femininos na política brasileira e seus desfechos:

Primeira governadora eleita, Roseana Sarney não foi reeleita (voltou com a cassação do primeiro colocado) e anda às voltas com a Justiça. Primeira prefeita eleita numa capital, Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle foi uma tragédia e comeu o pão que o diabo amassou. Primeira prefeita eleita em São Paulo, Luiza Erundina engoliu muito sapo do seu próprio partido à época, o PT (Cantanhêde, 2016).

Nota-se que a autora não faz a princípio nenhum juízo de valor, e questiona sobre o possível término de uma época em havia nas pesquisas de opinião uma preferência por mulheres na política. Segundo Cantanhêde, elas “eram consideradas mais honestas, mais confiáveis, mais trabalhadoras, enquanto a lei das cotas simplesmente não deslanchava – nem as cotas eram preenchidas nem as bancadas femininas encorpavam.” A conclusão para ela, assim, é de que se mesmo com essa preferência popular não se verificavam tais avanços,

a situação piorará. E são na sequência, de fato, listados alguns fatos nesse sentido, dentre eles os seguintes: a discussão sobre a “incompetência de Dilma”, a ausência de mulheres no primeiro escalão do governo Michel Temer, o fenômeno da “bela, recatada e do lar primeira-dama interina” e os protestos contra o alegado estupro coletivo de uma adolescente do Rio de Janeiro.

E a autora estende a identificação de problemas para a América do Sul, onde segundo ela “Cristina Kirchner já foi tarde na Argentina”, a “sensata Michele Bachelet” é denunciada em seu governo e Keiko Fujimori caminhava então para a derrota na disputa pela presidência do Peru – com razão, segundo a autora, dada não só a ascendência do condenado Alberto Fujimori (violação de direitos humanos e corrupção) mas principalmente a sua participação ativa naquele governo. Alongando ainda mais sua contextualização, Cantanhêde ainda aponta alguns fatos positivos: a realidade de as mulheres serem a maioria da população brasileira; o fato de Dilma, Marina Silva e Luciana Genro terem concorrido nas eleições presidenciais de 2014; a expectativa para a presidência do Supremo Tribunal Federal por Cármen Lúcia; o “brilho” na iniciativa privada das mulheres; o seu papel como chefes de família em milhões de lares; a existência de 400 delegacias para a violência contra a mulher; a Lei Maria da Penha; e a equivalência de direitos para as empregadas domésticas.

Em contraposição a tais fatos positivos, porém, a autora retorna aos problemas: a anteriormente citada exclusão das mulheres do primeiro escalão de Temer, mas também a troca do primeiro gabinete de Dilma, de mulheres, por outro de homens; o fato de as mulheres serem minoria na cúpula das grandes empresas; a diferença salarial em relação aos homens; e novamente a baixa representatividade do gênero no Congresso (em torno de 10% na Câmara dos Deputados e menos de 15% no Senado). Finalmente, então, para além da exposição informativa, Cantanhêde se posiciona de forma mais explícita e considera que Dilma, num balanço final, acabou mais prejudicando do que contribuindo para a imagem da mulher na política:

Economista, com sua fama de “gerentona” e com todas suas boas intenções de inclusão social, Dilma acabou se confirmando uma inapetente na política e uma incompetente na economia, corroendo os ganhos sociais da era Lula. Com isso, fez um mal tão grande à esquerda no País quanto à imagem da mulher na política. Milhões que votavam no PT estão deixando de votar. Milhões que comemoraram a chegada de uma mulher à Presidência estão com um pé atrás. Um estrago e tanto. Aliás, duplo estrago (Cantanhêde, 2016).

E a esses dois estragos, conclui-se, poderia ser acrescentado um terceiro de acordo com as análises de conteúdo feitas acima: o estrago no âmbito dos estereótipos de gênero, que ao serem banalmente utilizados e artificialmente confundidos com outras questões, num pacote defensivo e desesperado contra o impeachment, acabaram fortalecidos pela ex-presidente.

6.2. Observações teóricas a partir da análise de conteúdo

Conforme analisado, os discursos de Dilma afirmaram que a igualdade de gênero contribui para a “saúde da democracia” (Rousseff, 2015a), ou é a base para o seu fortalecimento (Idem, 2016f). Quanto aos direitos de gênero, Rousseff (2015b) frequentemente agrupou as mulheres às necessidades de diversas minorias, enfatizando que precisam se reconhecidas e respeitadas, e considerou (Idem, 2016i) que a democracia só se construiria sobre tais direitos. No âmbito do preconceito e da violência de gênero, por sua vez, a democracia também seria sinônimo de lutas em prol de conquistas relacionadas (Rousseff, 2016h). E no âmbito dessas lutas, numa visão otimista e motivadora, Rousseff (2016k) comemorou a importância crescente das mulheres com as conquistas das últimas décadas e afirmou em relação ao futuro que a participação das mulheres seria cada vez mais crescente na democracia (Idem, 2016a). Essa foi, no âmbito da presente amarração teórica, a tônica identificada pelas categorias iniciais de análise “igualdade de gênero”, “preconceito de gênero”, “direitos de gênero” e “violência de gênero”.

De fato, como visto por sua vez nos capítulos teóricos acima, Eckersley (1989) já considerava que o crescimento dos novos movimentos em geral aumentaria rapidamente por visar à melhora da vida de todos. E os movimentos sociais colocariam em destaque assuntos sociais complexos como a questão de gênero, para serem discutidos pela sociedade e para propiciar realmente uma reinvenção da democracia. Para David Held (2006), na mesma linha e especificamente com relação aos mecanismos de participação, a democracia nesses moldes seria efetivamente o caminho para a igualdade e a liberdade. A participação, nas palavras de Leonardo Avritzer e Boaventura de Souza Santos (2005), elevaria a intensidade da democracia.

Entende-se que essa evolução ou mesmo reinvenção da democracia, porém, especificamente aqui no tocante à questão de gênero, precisa ser considerada justamente como evolução e não como uma desconstrução. Resgatando-se o desenvolvimento teórico do item 1.2 (A questão de gênero e o conceito de democracia), é fato que colocar a questão de gênero diante do conceito de democracia é uma problematização primeira e central no âmbito dessa relação. Se o princípio da participação está incluso na definição de democracia, por exemplo, mas com a menção feminina no sufrágio simplesmente ignorada em pesquisas que apontam as datas iniciais dos regimes democráticos, as ondas democráticas de Huntington (1991) precisariam ser repensadas.

Como já concluído, porém, se a construção conceitual e efetiva da democracia é entendida como processo gradual, caracterizado justamente por sucessivas agregações e aperfeiçoamentos, parece razoável que não se exija a completude do conceito atual para a primeira identificação da democracia em determinado país. Esse recorte abrupto impediria a visualização do desenvolvimento histórico, e de certa forma ocultaria a própria conquista da participação feminina como parte do processo. Possíveis recálculos das ondas democráticas de Huntington, em outras palavras, não beneficiariam a visualização adequada da evolução que o próprio conceito de ondas pressupõe. Além disso, exercícios como esse provocariam recálculos sucessivos com a ampliação do conceito de democracia, que certamente ainda se encontra em construção.

Quando Dilma sugere, assim, uma autopercepção das virtudes democráticas por sua condição feminina (Rousseff, 2016a) e uma apropriação do próprio conceito de democracia, nota-se um viés menos de evolução e mais de desconstrução, como se tudo o que contrariasse a autodesignada representante do gênero feminino fosse por consequência alheio e externo à democracia (Rousseff, 2016f). É esse o viés, como visto, do conteúdo analisado sob as categorias iniciais “perspectiva de gênero” e “resistência contra o machismo e a misoginia”, bem como sob a categoria intermediária “mulher como mais tolerante e mais democrática”.

Enfim, entende-se na relação de tais categorias com os aspectos teóricos desenvolvidos que a relação entre a questão de gênero e a democracia precisa ser cuidadosamente analisada e aventada desde as próprias delimitações e conceituações, evitando-se exercícios ou posturas políticas de apropriação da própria essência democrática em nome de causas ou movimentos relacionados.

Retornando-se ao panorama teórico apresentado, é interessante notar que Dilma compreende bem a relação entre preconceito, discriminação ou intolerância e violência. Para ela, numa gradação, o desprezo pelas diferenças ocasionaria o preconceito, o preconceito a intolerância e a intolerância a violência (Rousseff, 2016f). Segundo Biroli (2011), por sua vez, os estereótipos em geral estariam relacionados a essa gradação. Ele esclarece que, apesar de não poderem ser encarados como um fenômeno único, estereótipos, preconceitos e formas de discriminação mantêm uma relação de continuidade entre si na produção social de identidades tipificadas de grupos e indivíduos – contexto no qual são então definidos os estereótipos de gênero. Mas há outros aspectos, nesse espectro teórico, nos quais cabe a presente amarração com os resultados da análise de conteúdo.

Relembre-se que a maior conformidade aos estereótipos pode ser compreendida como parte das estratégias de mulheres que atuam na esfera política, tendo em vista a construção de imagens públicas que lhes sejam vantajosas (Biroli, 2011). Além disso, relembre-se também a avaliação do comportamento de Dilma Rousseff nas campanhas eleitorais, no tocante à ambivalência entre os estereótipos de ambos os gêneros. Para Lima e Oliveira (2015), apesar de tal ambivalência ser comum na estratégia de mulheres candidatas, Dilma seria realmente emblemática ao romper os estigmas femininos como o de mulher frágil ao mesmo tempo em que reforçava outros, como o de associação intrínseca da maternidade às mulheres.

E realmente, nos discursos analisados, Dilma destacou o papel da mulher na família e na sociedade como mãe, companheira, amiga, apoiadora e esposa (Rousseff, 2015d), afirmando também que a família se organiza em torno da mãe (Idem, 2015g). Por outro lado, combatendo os estereótipos de gênero, Rousseff (2016d) criticou a redução estereotipada das mulheres à cozinha e ao quarto de serviço. Exaltando o caráter “guerreiro” da mulher brasileira, ela criticou também o estereótipo da fragilidade feminina, diferenciou fragilidade de sensibilidade e afirmou que as mulheres (bem como ela própria) são na verdade muito fortes (Rousseff, 2016d). Foi esse o viés, assim, do conteúdo analisado sob a categoria inicial “feminilidade e força” e sob a categoria intermediária “mulher como frágil”.

E se, nessa linha, Loureiro e Cardoso (2008) reforçam o reconhecimento da possibilidade de que mulheres utilizem os estereótipos em seu favor, no âmbito da política, foi possível identificar esse comportamento na análise sob a categoria intermediária “mulher como vítima” e sob a categoria final “tentativa de relação entre a questão de gênero e derrotas

de mulheres na política”. A ex-presidente se enquadrrou explicitamente como vítima do processo de impeachment (Rousseff, 2016l), e vítima sendo um dos motivos, segundo ela, justamente o fato de ser mulher (Rousseff, 2016o). Em outras palavras, e de acordo com todos os trechos selecionados e já analisados acima, uma vitimização de gênero e uma utilização do respectivo estereótipo em benefício próprio.

Para Nogueira e Saavedra (2007), é preciso perceber e compreender como os estereótipos se fortaleceram e para que servem, só sendo possível assim entender como atuar para combatê-los. Ora, se o desafio já é grande dessa forma – dado o modo como a sociedade está organizada e a dificuldade para sensibilizar a todos sobre os efeitos dos estereótipos e respectiva necessidade de transformação –, se torna ainda maior quando potenciais protagonistas dessa transformação caminham em sentido contrário e se valem dos próprios estereótipos que deveriam combater. Segundo Biroli (2011), tal utilização proposital e pragmática dos estereótipos pode acabar afastando as mulheres das reais alternativas de construção mais autônoma da identidade feminina, não só dentro como fora da esfera política.

Especificamente sobre essa utilização em prol da associação entre a questão de gênero e o impeachment de Dilma no âmbito da mídia, recorde-se a ausência de editoriais relacionados ao tema, o que por si só já é um indicativo da fragilidade da correlação. Restringindo-se então a artigos de opinião para complementar a análise de conteúdo (não fazendo parte dela, em termos metodológicos), notou-se o que Biroli (2011) explica na linha de ganhos oportunistas de sentido. Segundo ele, na utilização midiática dos estereótipos de gênero em relação ao mundo da política há formas de encaminhar o tema para que eventos novos ganhem sentido em narrativas estáveis e já cristalizadas. Em outras palavras, os fatos ganham saliência em causalidades de acordo com definições e valorações já estabelecidas. E esse mecanismo oportunista, afinal, pode se dar dos dois lados, podendo por exemplo prejudicar ou colaborar com o gênero feminino e mesmo ser empreendida por ele próprio.

Se a reportagem de Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco (2016) – “Uma presidente fora de si” – se aproveitou dos estereótipos de gênero para analisar como Dilma lidava com a ameaça do impeachment em curso, por exemplo, Dilma utilizou esse pretexto para confundi-lo ao processo de impeachment em si e aos seus fundamentos. Buscando aproveitar de imediato tudo o que pudesse embasar a tentativa de correlação entre tal processo e a questão de gênero, ignorou completamente que a reportagem explorava as reações a ele e

não as suas bases (Rousseff, 2016f). E, assim, a ex-presidente acabou acrescentando mais um elemento ao seu reforço da caracterização da mulher como vítima, agradecendo inclusive o apoio em geral de mulheres militantes nesse sentido (Rousseff, 2016n), dentre as quais figuraram as autoras dos artigos observados acima.

Sendo assim, e considerando como a própria Dilma que a saúde democrática depende da igualdade de gênero (Rousseff, 2015a) e de todos os direitos correlatos, é preciso que também na política e nos mecanismos jurídicos todos sejam responsabilizados e tratados igualmente. Na linha do que afirmou a advogada de acusação Janaína Paschoal (2016 apud Jungblut e Éboli, 2016), ninguém deve ser perseguido por ser mulher, mas tampouco protegido ou autovitimizado incondicionalmente por ser mulher. E isso, reforce-se, para a própria saúde da democracia e em prol das próprias conquistas de gênero.

CONCLUSÕES

Diante do impeachment de Dilma Rousseff, que afastou definitivamente do cargo a primeira presidente do Brasil, analisou-se como a questão de gênero foi abordada durante o respectivo processo. Focando o conteúdo de discursos que ela proferiu nesse período e também, de forma complementar, o de artigos de imprensa que igualmente abordaram a questão de gênero em relação à ex-presidente, o trabalho não se debruçou sobre os debates técnico-jurídicos relacionados e priorizou a alegação de uma possível correlação entre impeachment e gênero. Nesse sentido, dentre as categorias de análise (categorias intermediárias), foram destacados os estereótipos de gênero e investigou-se nos discursos em que medida esses estereótipos teriam de fato figurado como fatores influenciadores ou se na verdade teriam sido meramente utilizados como parte de uma estratégia de defesa.

Previamente, no âmbito teórico, dedicou-se atenção à relação entre democracia e gênero – abordando-a principalmente no âmbito da conceituação de democracia e no de movimentos sociais relacionados –, à configuração genérica do processo de impeachment e aos estereótipos de gênero. E para a concretização do trabalho de campo, enfim, as unidades de análise ou discursos selecionados foram recortados de acordo com a disponibilidade oficial (base da Presidência da República) e posteriormente espontânea (veiculações em meios de comunicação quando a presidente já estava afastada), todos no período do processo de impeachment. Dada aí uma das dificuldades metodológicas enfrentadas, diante de um número alto de discursos obtidos nesse intervalo (muitos dos quais sem qualquer relação com o foco da pesquisa), foram selecionados aqueles que apresentavam alguma abordagem ou mesmo citação da questão de gênero.

Conformou-se assim um quadro que atendia bem ao objetivo do estudo: discursos que passaram pela questão de gênero justamente no momento em que Dilma enfrentava o processo de impeachment. No desenvolvimento da análise de conteúdo, por sua vez, foram aplicadas categorias iniciais e intermediárias (essas últimas com base nos estereótipos de gênero), num afinilamento gradual das argumentações identificadas que por fim desaguou na categoria final de análise: “tentativa de relação entre a questão de gênero e derrotas de mulheres na política.” Sob ela, então, já num contexto de diversas insinuações identificadas sob as categorias anteriores, deu-se o desfecho analítico e se concluiu que a questão de gênero foi utilizada como mera estratégia de defesa.

Uma defesa, porém, que nesse aspecto não apresentou quaisquer evidências ou fatos. Da mesma forma, os artigos de imprensa que também procuraram associar a questão de gênero ao impeachment não apresentaram fundamentação para tanto, revelando apenas um espírito de identificação que, para além do elogiável e necessário engajamento feminino em busca de emancipação, acabou transparecendo um espírito de parcialidade cega de gênero. Em outras palavras, a ideia de que Dilma deveria ser sempre e incondicionalmente apoiada pelas mulheres, numa veneração e intransigência que reforçam a divisão de gêneros ao invés de combatê-la.

Mesmo sem apresentar evidências, Dilma insistiu no argumento de que o impeachment também foi motivado por machismo e misoginia. E concluiu-se que tal insistência, afinal, acabou por reforçar a ideia ou mesmo o estereótipo segundo o qual a mulher é sempre vítima diante de oposição, independentemente de seu posto ou profissão e das próprias circunstâncias dessa oposição. Os discursos revelaram, nesse contexto, diversas tentativas de confundir os brasileiros ao se misturar a questão de gênero a diversos outros pontos da defesa, sendo que apesar de o machismo ser um problema no Brasil não foram apresentados quaisquer indícios que o associassem ao impeachment.

A utilização da questão de gênero contra o impeachment, portanto, de acordo com o conteúdo dos próprios discursos de Dilma Rousseff, foi apenas mais um dos pontos de uma defesa que buscou a todo custo e a qualquer preço uma reversão do processo. E conclui-se, assim, que se tratou de uma banalização dessa questão e também da crítica aos estereótipos de gênero, reforçando-se que banalizações ou utilizações meramente pragmáticas tendem a enfraquecer uma causa ao invés de fortalecê-la.

Se os outros argumentos de defesa utilizados foram ou não válidos e legítimos – o que não coube analisar no presente estudo e que de qualquer forma não evitou a aprovação do impeachment pelo Senado Federal –, o fato é que o acréscimo da questão de gênero sem causas objetivas não os fortaleceu. Pelo contrário, entende-se que tal confusão os prejudicou e também enfraqueceu o combate aos estereótipos de gênero. Sendo assim, em prol da própria promoção da igualdade de gênero, da luta contra os estereótipos e da reflexão e sensibilização sobre todos os aspectos relacionados, conclui-se ser oportuno evitar o apego desesperado à questão de gênero como mera tentativa de angariar apoio ou se defender politicamente. Dessa forma, e num viés preventivo, conclui-se também que tal questão deve ser tratada com cuidado, e primando-se pela correlação clara e objetiva entre sua evocação

e quaisquer outros aspectos que surjam na complexa convivência humana.

REFERÊNCIAS

Adams, M., Blumenfeld, W., Castaneda, R., Hackman, H. W., Peters, M., e Zúniga, X. (2000). *Readings for diversity and social justice*. London: Routledge.

Álvares, Maria Luzia Miranda (2011) “O direito do voto e a participação política: a formação da cidadania feminina na intervenção democrática” in Paiva, Denise (org.) *Mulheres, política e poder*. Goiânia: Cênone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás.

Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: a construção social da diferença*. Lisboa: Edições Afrontamento.

Aragão, Alexandre (2015) “Reprovação de Dilma cresce e supera a de Collor em 1992” *Folha de S. Paulo*. 6 de agosto, <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1665135-reprovacao-de-dilma-cresce-e-supera-a-de-collor-em-1992.shtml> [12 de junho de 2016].

Paulo, São Paulo, 06 ago. 2015. Disponível em: . Acesso em: 13 mai. 2016.

Avritzer, Leonardo; Santos, Boaventura de Sousa (2003) “Para ampliar o cânone democrático” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Disponível em www.eurozine.com.

_____. (2007) “Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação” *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, pp. 443 a 464.

_____. (2000) “Teoria democrática e deliberação pública”. *Lua Nova*, São Paulo, v 49: 25-46, 2000.

Azevedo, Reinaldo (2016) “Dilma levou o Brasil à falência porque é mulher e tinha em seu ministério negros e outras mulheres?” *Revista Veja*. 13 de maio, <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/dilma-levou-o-brasil-a-falencia-porque-e->

[mulher-e-tinha-em-seu-ministerio-negros-e-outras-mulheres/](#) [13 de junho de 2016].

Barberá, E. (2005). “Perspectiva sócio-cognitiva: esterótipos y esquemas de género”. In E. Barberá e I. Martínez (Coord.), *Psicología y género* (pp. 55-80). Madrid: PEARSON/Prentice-Hall.

Bem, S. (1981). *Bem sex-role inventory: professional manual*. Palo Alto: CA Consulting Psychologist.

Biroli, Flávia (2011) “Mulheres e política na mídia brasileira: estereótipos de gênero e marginalidade do “feminino” na política” in Paiva, Denise (org.) *Mulheres, política e poder*. Goiânia: Cãnone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás.

Blumer, Herbert (1969) *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. Prentice-Hall: Englewood Cliffs.

Bobbio, Norberto (1997) *Democracy And Dictatorship: The Nature And Limits Of State Power*. Cambridge: Polity Press.

_____. et al. (1986), *Dicionário de Política*. Brasília: UNB.

_____. (2000) *O futuro da democracia*. 9. ed. (Marco Aurélio Nogueira, Trad.). São Paulo: Paz e Terra.

Bourhis, R. Y, Gagnon, A. e Moise, L. C. (1996). “Discriminacion y relaciones intergrupales”. In R. Y Bourhis, e J. Leyens (1996). *Estereotipos, discriminacion y relaciones entre grupos* (pp. 139-169). Madrid: MacGraw-Hill.

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico.

_____. (1950). *Lei 1.079, de 10 de abril de 1950*. Rio de Janeiro, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm [12 de junho de 2016].

Camarotti, Gerson (2016a) “A gênese da articulação de Renan e do PT em favor de Dilma” *Portal G1*. 31 de agosto, <http://g1.globo.com/politica/blog/blog-do-camarotti/post/genese-da-articulacao-de-renan-e-do-pt-em-favor-de-dilma.html> [31 de agosto de 2016].

_____. (2016b) “Gravação explícita estratégia de fazer Lula ministro para escapar da prisão” *Portal G1*. 18 de março, <http://g1.globo.com/politica/blog/blog-do-camarotti/post/gravacao-explicita-estrategia-de-fazer-lula-ministro-para-escapar-da-prisao.html> [12 de junho de 2016].

Jungblut, Cristiane; Éboli, Evando (2016) “Janaína chora e pede desculpas a Dilma, mas diz que não podia se omitir”. *O Globo*. 30 de agosto, <http://oglobo.globo.com/brasil/janaina-chora-pede-desculpas-dilma-mas-diz-que-nao-podia-se-omitir-20017303> [31 de agosto de 2016].

Cantanhêde, Eliane (2016) “Nós, mulheres” *O Estado de S. Paulo*. 7 de junho, <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nos-mulheres,10000055646> [13 de junho de 2016].

Cardoso, Clarice (2016) “Quando a misoginia pauta as críticas ao governo Dilma” *Revista Carta Capital*. 2 de abril, <http://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/quando-a-misoginia-pauta-as-criticas-ao-governo-dilma> [13 de junho de 2016].

Castelo-Branco, José Tomaz (2014) “Conservadorismo” in: Rosas, João Cardoso; Ferreira, Ana Rita. *Ideologias Políticas Contemporâneas*. Coimbra: Edições Almedina.

Coppedge, Michael; Gerring, John (2011). *Conceptualizing and measuring democracy: a new approach*. Cambridge: University Press.

Dagnino, Evelina “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” (2004) in: Mato, Daniel (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela.

Dallari, Adilson Abreu (1995) “Crime de responsabilidade não é infração penal” *Revista de Direito Administrativo Aplicado*. Vol.4, p.49-56.

Doorenspleet, Renske (2000) “Reassessing the Three Waves of Democratization” *World Politics*. V. 52. p. 384-406.

Eckersley R. (1989), *Regreening Australia - the environmental, economic and social benefits of reforestation*. Occasional paper no. 3, CSIRO, Canberra.

Fabrini, Fábio; Villaverde, João; Caram, Bernardo (2015) “Em decisão unânime, TCU rejeita contas do governo Dilma em 2014” O Estado de S. Paulo. 7 de outubro, <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tcu-rejeita-contas-de-dilma-por-pedaladas-fiscais,1776349> [13 de junho de 2016].

Faria, Cláudia Feres (2000) “Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman” *Lua Nova*. V. 49. P. 47-68.

Giddens, Anthony (2013), *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

González, Salome Carballo (2015) “La misoginia a través de la historia” (2015) “Pirineos: Revista de la Consejería de Educación en Andorra Ministerio de Educación” *Cultura y Deporte*. N. 11. p. 28-31.

Gosnell, H.F. (1930), *Why Europe Votes?*. Chicago: University of Chicago Press.

Held, David (1987), *Models of democracy*. Cambridge: Polity Press.

Huber, Evelyne; Rueschemeyer, Dietrich; Stephens, John E. (1997) “The Paradoxes of Contemporary Democracy: Formal, Participatory, and Social Dimensions” *Comparative Politics*. Vol. 29, No 3.

Humm, Maggie (2003), *The dictionary of feminist theory*. Columbus: Ohio State University Press.

Huntington, Samuel (1991) *The Third Wave: Democratization in the late 20th Century* Norman, OK: University of Oklahoma Press.

Inglehart, Ronald (1990), *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press.

_____. (1997), *Modernization and postmodernization: Cultural, economic, and political change in 43 societies*. Princeton: University Press.

Kingdon, J. W. (1995), “Agendas, Alternatives, and Public Policies. 2nd Edition” *Harper Collins College Publishers*, in: Saravia, E.; Ferrarezi, E. (2007). *Políticas Públicas – Coletânea*. Volume 1.

Kriesi, Hanspeter; Bochsler, Daniel (2013). “Varieties of democracy”, in *Democracy in the age of globalization and mediatization*. New York: Palgrave Macmillan.

Leitão, Míriam (2016) “As ‘verdades’ ditas por Dilma estão pela metade” *O Globo*. 19 de abril, <http://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/verdades-ditas-por-dilma-estao-pela-metade.html> [13 de junho de 2016].

Lijphart, A. (1994), *Electoral systems and party systems: A study of 27 democracies 1945-1990*, Oxford: Oxford University Press.

_____. (1997), “Unequal participation: democracy’s unresolved dilemma” *American Political Science Review*. 91. pp.1-14.

Lima, Elizabeth Christina de Andrade; Oliveira, Jessica Thais Pereira (2015) “Relações de gênero e misoginia na construção da imagem pública de Dilma Rousseff” *REIA – Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*. Ano 2. V. 2(2).

Linhares, Juliana (2016) “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’” *Revista Veja*. 18 de abril, <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/> [13 de junho de 2016].

Linz, Juan J. (2000), *Totalitarian and Authoritarian Regimes*, Rienner.

Lüchmann, Lígia Helena Hahn (2007) “A representação no interior das experiências de participação” *Lua Nova*. v 70. P. 139-170.

Maccoby E. E. e Jacklin, C. N. (1974). *The psychology of sex differences*. Stanford CA: Stanford University Press.

Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (2003). *Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade entre Mulheres e Homens*. Lisboa: Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

Markoff, John (1999) “Where and When Was Democracy Invented?” *Comparative Studies in society and history*. Vol. 41, No. 4. p. 660-690.

McAdam, Douglas; Tarrow, Sidney; Tilly, Charles (2001) *The Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press.

Melucci, A. (1996), *Challenging Codes: Collective Action in the Information Age*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____.; Leonardo Avritzer (2000) ‘Complexity, Cultural Pluralism and Democracy: Collective Action in the Public Space’. *Social Science Information* 39 (4): 507–27.

Melucci, A. (1989) "Social movements and the democratization of everyday life" in KEANE, J. (ed.). *Civil society and the state*. London: Verso.

Mendonça, Ricardo Fabrino; Ogando, Ana Carolina (2013) "Discursos sobre o feminismo: um mapeamento dos programas eleitorais de Dilma Rousseff." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 28, nº83. pp. 195-216.

Merl Storr (2001) "New Labour, New Britain, New Sexual Values?" *Social Epistemology* 15 (2):113 – 126.

Meyer, David S. and Tarrow Sidney (1997) *The social movement Society*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield.

Miguel, Luis Felipe (2003) "Representação política em 3-D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política". *RBCS*. v 18 n. 51. P. 123-193.

Morawski, J. G. (1990). "Toward the unimagined: feminism and epistemology in psychology". In R. Hare-Mustin & J.

Nogueira, Conceição e Saavedra, Luísa (2007), "Estereótipos de Género. Conhecer para os transformar", *Cadernos Sacauf III*, pp. 10-30.

O Estado de S. Paulo (2016) "Maior manifestação da história do País aumenta pressão por saída de Dilma". 13 de março, <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-em-todos-os-estados-superam-as-de-marco-do-ano-passado,10000021047> [6 de junho de 2016].

Onara, O'Neill (2002) *A Question of Trust: The BBC Reith Lectures Hardcover*.

Pardellas, Sérgio; Bergamasco, Débora (2016) "Um presidente fora de si" *Revista IstoÉ*. 1º de abril, http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/ [13 de junho de 2016].

Parsons, T. e Bales, R. F. (1955). *Family, socialization and interaction process*. New York: Free Press.

Paxton, Pamela (2000) “Women’s Suffrage in the Measurement of Democracy: Problems of Operationalization” *Studies in Comparative International Development*. V. 35, N. 3. P. 92-111.

Rodrigues, Carla (2016) “Pode uma mulher governar?” *Folha de S. Paulo*. 24 de maio, <http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/05/24/pode-uma-mulher-governar/> [13 de junho de 2016].

Rousseff, Dilma (2015a) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a 15ª Conferência Nacional de Saúde. 4 de dezembro, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-15a-conferencia-nacional-de-saude> [29 de agosto de 2016].

_____. (2015b) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de abertura da X Conferência Nacional de Assistência Social. 7 de dezembro, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-da-x-conferencia-nacional-de-assistencia-social-brasilia-df> [29 de agosto de 2016].

_____. (2015c) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia do Prêmio Direitos Humanos 2015 - 21ª Edição. 11 de dezembro, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-do-premio-direitos-humanos-2015-21a-edicao-17min33s> [29 de agosto de 2016].

_____. (2015d) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de cumprimentos aos oficiais-generais. 16 de dezembro,

<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-cumprimentos-aos-oficiais-generais-brasilia-df> [29 de agosto de 2016].

_____. (2015e) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de abertura da 3ª Conferência Nacional de Juventude. 16 de dezembro, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-cerimonia-de-abertura-da-3a-conferencia-nacional-de-juventude-brasilia-df> [29 de agosto de 2016].

_____. (2015f) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a XLIX Cúpula dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados. 21 de dezembro, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-xlix-cupula-dos-estados-partes-do-mercosul-e-estados-associados-assuncao-paraguai> [29 de agosto de 2016].

_____. (2015g) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega de unidades habitacionais em Camaçari/BA e entregas simultâneas em Simões Filho/BA, em Juazeiro/BA, em Brasília/DF, em Campo Grande/MS, em Ponta Grossa/PR e em Santa Cruz do Sul/RS. 22 de dezembro, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-entrega-de-unidades-habitacionais-em-camacari-ba-e-entregas-simultaneas-em-simoes-filho-ba-em-juazeiro-ba-em-brasilia-df-em-campo-grande-ms-em-ponta-grossa-pr-e-em-santa-cruz-do-sul> [29 de agosto de 2016].

_____. (2016a) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura de Portaria Interministerial que institui as diretrizes para a implementação da Lei nº 13.239 que dispõe sobre a realização, pelo Sistema Único de Saúde, de cirurgias reparadoras de sequelas causadas por atos de violência contra a mulher. 8 de

março, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-de-portaria-interministerial-que-institui-as-diretrizes-para-a-implementacao-da-lei-no-13-239-que-dispoe-sobre-a-realizacao-pelo-sistema-unico-de-saude-de-cirurgias> [29 de agosto de 2016].

_____. (2016b) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de anúncio de medidas de fortalecimento para a Formação Técnica e Profissional do Pronatec. 9 de março, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-anuncio-de-medidas-de-fortalecimento-para-a-formacao-tecnica-e-profissional-do-pronatec-palacio-do-planalto> [29 de agosto de 2016].

_____. (2016c) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida 3. 30 de março, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-de-lancamento-do-programa-minha-casa-minha-vida-3> [29 de agosto de 2016].

_____. (2016d) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia. 31 de março, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-artistas-e-intelectuais-em-defesa-da-democracia-brasilia-df> [29 de agosto de 2016].

_____. (2016e) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura de Atos para a Reforma Agrária e Comunidades Quilombolas. 1º de abril, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-de-atos-para-a-reforma-agraria-e-comunidades-quilombolas-brasilia-df> [29 de agosto de 2016].

_____. (2016f) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Encontro com Mulheres em Defesa da Democracia. 7 de abril, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-mulheres-em-defesa-da-democracia-palacio-do-planalto> [29 de agosto de 2016].

_____. (2016g) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Encontro da Educação pela Democracia. 12 de abril, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-da-educacao-pela-democracia-palacio-do-planalto> [29 de agosto de 2016].

_____. (2016h) Fala da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com organizadoras do evento Abraço da Democracia - Mulheres com Dilma. 19 de abril, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/fala-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-organizadoras-do-evento-abracaco-da-democracia-mulheres-com-dilma-palacio-do-planalto> [29 de agosto de 2016].

_____. (2016i) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de abertura da Conferência Nacional de Direitos Humanos e encerramento das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa, de LGBT e da Pessoa com Deficiência - Centro de Convenções do Brasil. 27 de abril, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-da-conferencia-nacional-de-direitos-humanos-e-encerramento-das-conferencias-nacionais-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-da-pessoa-idosa-de-lgbt-e-da-pessoa-com> [29 de agosto de 2016].

_____. (2016j) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega de unidades habitacionais do Residencial Salvação e entregas simultâneas em Uberaba/MG, em Camaçari/BA, em Campos dos Goytacazes/RJ e em

Itapipoca/CE. 5 de maio, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-entrega-de-unidades-habitacionais-do-residencial-salvacao-e-entregas-simultaneas-em-uberaba-mg-em-camacari-ba-em-campos-dos-goytacazes-rj-e-em-itapipoca-ce-santarem-pa> [29 de agosto de 2016].

_____. (2016k) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de inauguração da Embrapa Pesca e Aquicultura 7 de maio, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inauguracao-da-embrapa-pesca-e-aquicultura-palmas-to> [29 de agosto de 2016].

_____. (2016l) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de abertura da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. 10 de maio, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-da-4a-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres-brasilia-df> [29 de agosto de 2016].

_____. (2016m) Depoimento de defesa de Dilma Rousseff na Comissão Especial de Impeachment do Senado Federal. 6 de julho, <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/07/06/integra-do-depoimento-de-defesa> [29 de agosto de 2016].

_____. (2016n) Discurso de defesa de Dilma Rousseff no Senado Federal. 29 de agosto, <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/veja-e-leia-integra-do-discurso-de-dilma-no-senado.html> [29 de agosto de 2016].

_____. (2016o) Pronunciamento após o julgamento final do impeachment. 31 de agosto, <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de>

[dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html](http://www.gazetadopovo.com.br/dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html) [31 de agosto de 2016].

Saavedra, L. (1995). *Identidade do gênero e escolha da carreira em adolescentes*. Dissertação de Mestrado. Braga: Instituto de Educação da Universidade do Minho.

Santos, Boaventura de Sousa; Avritzer, Leonardo (2005), "Opening Up the Cãnon of Democracy", in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Democratizing Democracy. Beyond the Liberal Democratic Canon*. Londres: Verso.

Scott, Joan (1996) "Gênero: uma categoria útil de análise histórica" *Educação e Sociedade*. v. 20. n.2. p. 71-99.

Stacciarini, José Henrique Rodrigues (2002) "Ética, humanidade e ações por cidadania: do impeachment de Collor ao Fome Zero do governo Lula" *Terra Livre*. Ano 18. N. 19. p. 273-284. Disponível em:
<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/172> [29 de agosto de 2016].

Tiburi, Marcia (2016) "Dima feminista – Por que nenhuma mulher está sozinha diante do feminismo" *Revista Forum*. 8 de abril, <http://www.revistaforum.com.br/2016/04/08/dilma-feminista-por-que-nenhuma-mulher-esta-sozinha-diante-do-feminismo/> [13 de junho de 2016].

Touraine, A. (1981), *The voice and the eye: an analysis of social movements*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (1971), *The post-industrial society*. New York: Random House.

Urbinati, Nadia (2004) "Condorcet's Democratic Theory of Representative Government European" *Journal of Political Theory*. Vol. 3. No. 1. pp 53-75.

Vanhanen, Tatu (2000) “A New Dataset for Measuring Democracy 1810-1998” *Journal of Peace Research*. v. 37. n. 2. p. 251-265.

Waylen, Georgina (1994) “Women and Democratization: Conceptualizing Gender Relations” *Transition Politics World Politics*. v. 46. n. 3. P. 327-354.

ANEXO – UNIDADES DE REGISTRO DA ANÁLISE DOS DISCURSOS

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a 15ª Conferência Nacional de Saúde - 4/12/15¹⁰

Essa questão exige que as necessidades de cada um dos usuários devam ser reconhecidas, respeitadas, tratadas com humanidade: morador da periferia, morador de rua, negros, mulheres, ciganos, homens, crianças, quilombolas, populações indígenas, povos da floresta.

E eu acho que elas são bastante, mas bastante corretas: a questão dos idosos, a questão dos deficientes, o tratamento... o tratamento dos mortos por acidentes, a questão da prioridade e a vigilância sanitária, o tratamento de mulheres, negros, LGBT, a saúde, a Aids.

Primeiro, para saúde da democracia, a gente tem de enfrentar as desigualdades. Para a saúde da democracia, a gente tem de enfrentar o preconceito. O preconceito contra mulheres, negros, populações LGBT, indígenas, quem quer que seja.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de abertura da X Conferência Nacional de Assistência Social - 7/12/15¹¹

Valorizamos mulheres, negros, ciganos, quilombolas, indígenas. Nós valorizamos os homens, as crianças, as pessoas portadoras, a juventude. Eu quero dizer também as pessoas com deficiências. Todas essas pessoas são portadoras de futuro.

¹⁰ Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-15a-conferencia-nacional-de-saude> [29 de agosto de 2016].

¹¹ Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-da-x-conferencia-nacional-de-assistencia-social-brasilia-df> [29 de agosto de 2016].

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia do Prêmio Direitos Humanos 2015 - 21ª Edição - 11/12/15¹²

Para superar e eliminar a violência contra as mulheres, estruturamos uma rede cada vez mais ampla e efetiva de enfrentamento à violência e assistência às vítimas coroada na Casa da Mulher Brasileira.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de cumprimentos aos oficiais-generais - 16/12/15¹³

Aproveitar e dizer que, de fato, esse é um momento especial nas nossas cerimônias de cumprimento aos oficiais-generais e almoço de confraternização, uma vez que aqui nós vemos que é reconhecida a presença das senhoras, das mulheres dos oficiais-generais do nosso País. Isso é muito importante porque se trata de um reconhecimento ao papel que, não só no Exército, na Marinha e na Aeronáutica, mas sobretudo aí a mulher desempenha, tanto como companheira, amiga, apoiadora, esposa, mas também, e agora cada vez mais, como integrante das Forças Armadas. Então, eu acredito que, de fato, essa é uma comemoração especial.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de abertura da 3ª Conferência Nacional de Juventude - 16/12/15¹⁴

Repito: os que buscam atalhos para o poder não querem derrubar apenas uma mulher, querem derrubar um projeto. Um projeto que, nos últimos 13 anos, incluiu o povo brasileiro nas rubricas orçamentárias. Por isso, sabem que têm de usar de artifícios, porque não

¹² Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-do-premio-direitos-humanos-2015-21a-edicao-17min33s> [29 de agosto de 2016].

¹³ Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-cumprimentos-aos-oficiais-generais-brasilia-df> [29 de agosto de 2016].

¹⁴ Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-cerimonia-de-abertura-da-3a-conferencia-nacional-de-juventude-brasilia-df> [29 de agosto de 2016].

conseguirão nada atacando minha biografia, que é conhecida. Sou uma mulher que lutou, amo meu País e eu sou honesta.

Eu queria aproveitar, e a Nilma me pediu umas três vezes antes, duas vezes durante, para falar o seguinte: hoje, a partir de hoje, o Disque 100 terá módulos especiais para receber denúncias contra crimes de racismo. E nós sabemos que a juventude negra e as mulheres negras são as maiores vítimas do racismo. Que o Disque 100 seja um portal de denúncia, para ampliarmos nossa capacidade de apoiar a sociedade num enfrentamento desta chaga que ainda nos aflige.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a XLIX Cúpula dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados - 21/12/15¹⁵

Saúdo a posição do Mercosul quanto a questão da igualdade de gênero. Para todos nós é estratégica.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega de unidades habitacionais em Camaçari/BA e entregas simultâneas em Simões Filho/BA, em Juazeiro/BA, em Brasília/DF, em Campo Grande/MS, em Ponta Grossa/PR e em Santa Cruz do Sul/RS - 22/12/15¹⁶

E uma coisa que a gente nota e que é verdade: vocês já viram que a maioria das pessoas que sobe nesse palco, dos adultos para receber a chave são mulheres? São mulheres. Por que são mulheres? Porque nós sabemos que a família brasileira - e isso vale para os homens e para nós, mulheres adultas -, que mãe é uma coisa fundamental em uma família. A família se organiza em torno da mãe.

¹⁵ Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-xlix-cupula-dos-estados-partes-do-mercosul-e-estados-associados-assuncao-paraguai> [29 de agosto de 2016].

¹⁶ Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-entrega-de-unidades-habitacionais-em-camacari-ba-e-entregas-simultaneas-em-simoes-filho-ba-em-juazeiro-ba-em-brasilia-df-em-campo-grande-ms-em-ponta-grossa-pr-e-em-santa-cruz-do-sul> [29 de agosto de 2016].

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura de Portaria Interministerial que institui as diretrizes para a implementação da Lei nº 13.239 que dispõe sobre a realização, pelo Sistema Único de Saúde, de cirurgias reparadoras de sequelas causadas por atos de violência contra a mulher - 8/3/16¹⁷

Quando eu tomei posse, em 2011, no meu primeiro mandato, eu afirmei que um dos meus objetivos era garantir que todas as mulheres brasileiras sentissem orgulho e alegria de ser mulher.

Desde então, nós, na nossa ação, temos traduzido este compromisso com as mulheres através da adoção de políticas para ampliar a autonomia das mulheres, gerar mais oportunidades e, sobretudo, combater o preconceito. E, nesse item, um dos mais fortes preconceitos é a violência que recai sobre a mulher, pelo fato dela ser mulher.

Nós assumimos, então, o compromisso de violência zero contra as mulheres, lutar para que as mulheres não sejam objeto de violência, seja doméstica, seja fora de casa, é uma das prioridades do nosso governo. Como é, também, uma prioridade do governo a luta contra toda forma de preconceito. É completamente inaceitável que uma pessoa, pelo fato de suas características, seja submetida a atos de violência de qualquer espécie. Especialmente por ser mulher.

Nós, para de fato combater e não deixar isso apenas no discurso, nós expandimos, de uma forma muito efetiva, a rede de proteção à mulher, principalmente assegurando apoio e assegurando condições de sobrevivência para aquelas mulheres que fossem vítimas de violência e que precisassem de um apoio do Estado, para poder recomeçar a sua vida. Mas não apenas isso, para punir também os responsáveis.

Nós implantamos, em cada momento do governo, um conjunto de serviços. E isso desembocou numa proposta, que é a Casa da Mulher Brasileira, que nós pretendemos implantar em cada uma das capitais, dos 26 estados e do Distrito Federal. A Casa da Mulher Brasileira tem um sentido, ela unifica no mesmo espaço, garantindo portanto, um grau de

¹⁷ Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-de-portaria-interministerial-que-institui-as-diretrizes-para-a-implementacao-da-lei-no-13-239-que-dispoe-sobre-a-realizacao-pelo-sistema-unico-de-saude-de-cirurgias> [29 de agosto de 2016].

concentração muito forte de serviços. Ela concentra todos os serviços de apoio, atenção, proteção e suporte à mulher vítima de violência. E, também, inserção na sociedade através de treinamentos, de projetos específicos na área do trabalho.

Nós também expandimos o Ligue 180. Porque *[foi]* através do Ligue 180 que nós passamos a receber, a partir de um determinado momento, denúncias dessa ação extremamente reprovável contra as mulheres. O passo principal foi dado antes, com a Lei Maria da Penha. Mas a gente acrescentou, à Lei Maria da Penha, a Lei do Femicídio, transformando em crime hediondo o assassinato de mulheres pela sua condição feminina.

A lei que nós estamos, através de portaria interministerial, regulando hoje e aqui assinada, ela torna obrigatória - a lei é a Lei 13.239, do ano passado. A portaria que nós estamos regulamentando, ela torna obrigatória a realização, pelo SUS, de cirurgia reparadoras das sequelas advindas de violência contra as mulheres.

É certo que o caráter absolutamente universal do SUS trazia, dentro dele, um direito implícito de todas as mulheres a ter acesso ao atendimento. Mas nós achamos importante, e inclusive colocamos isso numa legislação, tornar obrigação do Estado incluir o dever de informar as mulheres sobre seus direitos e proceder especificamente a essas cirurgias reparadoras.

A portaria estabelece os procedimentos para o funcionamento da rede de cirurgia plástica reparadora para mulheres vítimas de violência, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

E, aqui, eu quero fazer um agradecimento. Um agradecimento à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. Porque esse agradecimento decorre do envolvimento, nesta ação fundamental, desta associação de cirurgiões plásticos, para que nós possamos garantir os direitos das mulheres no Brasil.

É uma reivindicação, sem dúvida nenhuma, histórica dos movimentos feministas. É uma reivindicação histórica que, hoje nós estamos cumprindo, esse desejo das mulheres. Porque se trata de uma espécie de resgate da autoestima da mulher, vítima de violência, não ficar com uma sequela irreparável, que decorre de uma ação - que nós todos repudiamos, que é hoje crime. E, que portanto, nada mais justo que a mulher tenha sua condição integral reparada. De forma que seu corpo não fique marcado, nem deformado, por uma violência completamente injustificada.

Então, Tolerância Zero em relação à violência contra as mulheres é, para nós, um compromisso que eu diria, inabalável. Até o final do meu governo, em 2018, eu vou continuar estabelecendo políticas e viabilizando as medidas, para que o pesadelo da

violência, que se abate sobre mulheres - e que torna, inclusive, as famílias comprometidas. Porque é um péssimo exemplo dentro de uma família quando a violência doméstica recai sobre a mulher. É um péssimo exemplo para as crianças, é um péssimo exemplo. E é, de uma certa forma, um fator de corrupção interna da família. E para que essas mulheres, que são vítimas da covardia, do preconceito e da discriminação, encontrem também o apoio que elas precisam no Estado brasileiro.

Hoje é dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. E, nesse dia, nós escolhemos, sobretudo, essa ação, porque ela é simbólica de todo um processo que nós temos de combater. E que se expressa no preconceito que muitas vezes a mulher, a menina jovem, enfim, mulher de todas as idades sofre.

E eu queria reafirmar, aqui, a absoluta disposição do meu governo, das ministras e dos ministros, de lutar todos os dias para fazer do Brasil um país que tem na igualdade, na tolerância e no respeito a homens - mas também, sobretudo, às mulheres - um dos pilares da nossa sociedade e da nossa cultura.

Nós somos um país que tem a reputação de ser um país tolerante. Um país que não foi afeito nem a guerras nem a conflitos armados. Mas um país tolerante. E no momento em que nós vivemos, mais uma vez, é necessário que a gente repita a importância da tolerância. A tolerância e a pacificação numa sociedade é algo muito importante. Não haver a violência, sob a forma que ela eventualmente possa assumir, mas ter um quadro de paz é fundamental, principalmente para os governos. Governos precisam de paz, para que nós possamos ter condições de enfrentar a crise e de retomar o crescimento.

Hoje o Brasil passa por uma fase em que fica claro que não é possível que a gente não veja que um dos componentes que atrasa a retomada do crescimento é a sistemática crise política em que o Brasil, de forma episódica, vem sendo submetido. Episódica por quê? Porque ela vai e vem, porque ela se acentua e depois, recua.

Na verdade, nós estamos vendo, já, sinais que a economia pode se recuperar. Um desses sinais é a redução da inflação, que beneficia todo mundo, e as mulheres em especial. Nós temos, hoje, um quadro, uma perspectiva de ter uma inflação cada vez menor. Nós já vimos que podemos - porque temos hoje um câmbio que facilita - termos uma ampliação das exportações. E, tradicionalmente, o Brasil sempre se recuperou através de um processo que amplia as exportações. Mas nós precisamos recuperar o nosso mercado interno. As mulheres precisam disso.

E por isso, nesse momento e nesse dia, que é um dia, sobretudo, de luta contra o preconceito, de luta contra a intolerância, nada melhor do que um apelo ao diálogo, à compreensão e à unidade do nosso País.

E eu queria finalizar a minha fala dizendo que as mulheres são mulheres guerreiras no nosso País. Aliás, eu acho que as mulheres elas têm essa característica no mundo, mas as brasileiras são mulheres guerreiras. Mulheres que lutam de sol a sol por suas famílias, por seus filhos, pela sua afirmação, pela sua realização profissional. E, sobretudo, pela capacidade das mulheres de se dedicar à sociedade, de ter essa imensa generosidade na construção de uma sociedade.

Por isso, eu queria finalizar dizendo que nesse 8 de março nós homenageamos as milhões de mulheres anônimas no nosso País, que no dia a dia dão a sua contribuição para a construção da nossa nacionalidade e da nossa cidadania. Porque, cada vez mais, numa sociedade como a nossa, as mulheres serão chamadas para participar, para ter posições e para representar o conjunto de seus interesses.

Então, eu queria agradecer a presença aqui de todas as mulheres, homenageá-las. E agradecer também aos nossos parceiros homens, que dão apoio a uma luta que é uma luta cidadã. Então, essa é minha palavra, minha homenagem às milhões de mulheres brasileiras anônimas que fazem deste País um país maior.

Muito obrigada.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de anúncio de medidas de fortalecimento para a Formação Técnica e Profissional do Pronatec - 9/3/16¹⁸

Por isso, cada brasileiro e cada brasileira, porque muitas brasileiras, os dados do Pronatec são muito importantes no que se refere à presença das mulheres no ensino técnico profissionalizante. Então, cada vez que um brasileiro ou uma brasileira se forma, busca um ensino técnico, o Brasil também se torna melhor e mais competitivo.

¹⁸ Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-anuncio-de-medidas-de-fortalecimento-para-a-formacao-tecnica-e-profissional-do-pronatec-palacio-do-planalto> [29 de agosto de 2016].

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida 3 - 30/3/16¹⁹

E aí, o nosso companheiro aqui falou uma coisa: muitas delas dirigidas por mulheres. E, portanto, a importância do Minha Casa Minha Vida, não só a mulher que tem noção da importância da qualidade da construção, mas é também porque ela é a responsável no nosso País, muitas vezes por criar sozinha seus filhos.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia - 31/3/16²⁰

Que nos ajudasse a combater a absoluta desigualdade que existia no nosso País. Nós lutamos por isso. Nós lutamos porque sabíamos o nível de abandono e de marginalidade que uma parte imensa da nossa população vivia. Foi isso, foi por isso e para isso que nós lutamos: nós queríamos um Brasil democrático, mais justo, com uma capacidade imensa de combater preconceitos, intolerâncias e visões que querem reduzir o ser humano a uma única dimensão. Todos os preconceitos de gênero, todos os preconceitos de raça e todos os preconceitos contra opções sexuais.

E aí é que entram as “Jéssicas” - femininas e masculinas - deste país, porque são as “Jéssicas” que mudariam radicalmente a questão da desigualdade; que é o acesso à educação de qualidade para milhões e milhões de brasileiros. Daí, para mim, a importância imensa desse filme, que é uma forma comovente de mostrar o que é a inteireza de uma Jéssica, uma pessoa que é capaz de ser erguer e afirmar o seu caminho, os seus interesses, a sua personalidade, contra todos os preconceitos que sempre as reduziram à cozinha ou ao quarto de serviço.

¹⁹ Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-de-lancamento-do-programa-minha-casa-minha-vida-3> [29 de agosto de 2016].

²⁰ Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-artistas-e-intelectuais-em-defesa-da-democracia-brasilia-df> [29 de agosto de 2016].

Esse país nunca teve esse lado fascista. Nós temos preconceitos, porque não somos santos. Nós temos preconceitos, e a gente tem de lutar contra eles. Nós sabemos que tem hora que surge, aqui e ali, um fundamentalismo, que é muito grave.

Segundo, pelo fato de que acham que, não sei se ainda continuam achando, mas acham que as mulheres são frágeis. Nós, de fato, somos sensíveis, mas não somos frágeis. Há uma diferença entre isso, entre uma coisa e outra. Nós não somos frágeis. Ninguém que cuida da família, cuida de filho, ninguém que trabalha e ninguém que é cidadã é muito frágil. Então, eu sei que a mulher brasileira não é nada frágil. E eu honro o fato de ser uma mulher e ter nascido aqui no Brasil.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura de Atos para a Reforma Agrária e Comunidades Quilombolas - 1/4/16²¹

Muito do que nós somos, da alegria que temos, nós devemos a essa matriz africana. Infelizmente, é verdade que a importância do sangue afrodescendente na formação do povo brasileiro ainda é ultrajada pela injustiça social, pelo preconceito e pela violência contra mulheres negras, jovens negros, contra pessoas negras.

Sabemos também que essas parcelas da nossa população sofrem uma intensa discriminação. É o caso dos negros perseguidos em sua fé, das mulheres atingidas simultaneamente pelo preconceito de raça e por serem mulheres.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Encontro com Mulheres em Defesa da Democracia - 7/4/16²²

Queria dizer para vocês que as minhas primeiras palavras só podem ser de agradecimento pelo apoio, pela energia e pelo carinho que vocês hoje estão me transmitindo.

²¹ Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-de-atos-para-a-reforma-agraria-e-comunidades-quilombolas-brasilia-df> [29 de agosto de 2016].

²² Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-mulheres-em-defesa-da-democracia-palacio-do-planalto> [29 de agosto de 2016].

Sem dúvida nenhuma, essa será uma cerimônia cheia de emoção. Emoção, como disse uma das nossas palestrantes aqui, uma emoção a nosso favor, uma emoção que enche o coração de alegria e força.

Eu tenho consciência que esse encontro - e todos os outros encontros dos quais eu tenho participado, mas esse em especial -, o que está em questão não é o apoio a mim, um apoio de caráter pessoal, mas aquilo que eu represento: a democracia e o Estado de direito, mas, sobretudo, é um apoio a nós mulheres.

Na semana passada, algumas mulheres estiveram aqui. Eu digo algumas para não dizer que era a maioria de mulheres. Mas estiveram aqui várias mulheres. Veio uma artista que disse que não apoiava o governo, mas que trazia sua solidariedade a mim, ao meu mandato, à legalidade, e, repito, mesmo fazendo oposição ao governo. Era a Letícia Sabatella.

Veio também, eu queria destacar aqui, a Anna Muylaert, a diretora daquele filme “Que horas ela volta?”. Esse para nós é todo um filme muito especial, muito especial. Ele fala da inclusão social, do acesso de homens e mulheres mas, sobretudo, nós sabemos, das mulheres à educação superior. E ela, a Jéssica, é filha de uma empregada doméstica. Não só ela demonstra o acesso, a importância do acesso ao ensino universitário - conquistado ao longo do meu governo e do presidente Lula -, mas ela mostra também algo que para nós é muito importante: ela mostra a autoestima, a dignidade, a força de uma pessoa que tem, não só consciência que o seu direito lhe é devido, mas que está correndo e percorrendo um caminho de oportunidades. Essa é a Jéssica, a Jéssica que representa Jéssicas masculinas e Jéssicas femininas. E eu recebi simbólicos, fortes abraços, calorosos, que me encheram de confiança. Vocês hoje também, com as declarações, com a essa energia, com essa força que esse plenário demonstrou, vocês me trazem confiança, muita confiança.

Nós sabemos que vivemos um tempo muito estranho. Um momento em que, na clara, na evidente ausência de justificativa jurídica e legal que ampare qualquer processo de impeachment, aqueles que tentam promover um golpe de Estado no Brasil devem saber que são imensos os riscos a que submeterão o País. É verdade que muitos deles percebem, têm clareza da fragilidade de todo esse processo. Por isso, defendem que eu renuncie ou apresentam outras soluções, como soluções, como se fossem um grande pacto pela governabilidade. Eu nunca me opus a pactos que podem oferecer saídas para situações de crise. Aliás, acredito que o Brasil, hoje, precisa de um grande pacto. O Brasil já superou

momentos difíceis fazendo pactos, mas nenhum pacto ou entendimento prosperará se não tiver com premissa o respeito à legalidade e à democracia.

A primeira premissa deve ser a defesa da vontade popular manifesta pelo voto. Nenhum pacto, mas nenhum pacto mesmo, pode ser sequer discutido se não se respeitar os mais de 54 milhões de brasileiros e brasileiras que votaram em mim. É preciso ainda mais: devem ser respeitados, também, os milhões que não votaram em mim, mas que participaram das eleições, que acreditaram nas eleições e que honram e acreditam nas regras da democracia. Eles também têm de ser respeitados porque o que está em questão é respeitar as regras democráticas previstas na Constituição.

Tentar derrubar uma presidente eleita sem que tenha cometido crime de responsabilidade, que justifique o impeachment, é um insulto a todos os eleitores. É um insulto aos 110 milhões de brasileiras e brasileiros que reconhecem a eleição direta como maneira certa e legal de eleger os governantes. É isso que caracteriza o golpe. Não será apenas o governante eleito que estará sendo destituído, mas a própria eleição que estará sendo desmoralizada como método de escolha. Ficará para sempre uma nódoa e uma ameaça para todos e sempre haverá os que dirão: “ah, não gosta do presidente, é? Derrube-o”. Leva a isto: leva à perda completa de seriedade, responsabilidade e fé nas instituições. Nós precisamos, sim, de um pacto, eu quero um entendimento nacional, tenho certeza que vocês querem um entendimento nacional. Eu quero o entendimento nacional porque governo para todos os 204 milhões de cidadãos e cidadãs.

Portanto, a intolerância e o ódio não servem a um governo responsável. Eu tenho responsabilidade, tenho responsabilidade com o País, com a democracia, com o desenvolvimento e o crescimento econômico, com a geração de empregos, com a inclusão social. Desde que assumi o segundo mandato, desde a primeira hora, busco, busquei e buscarei consensos capazes de nos fazer superar toda e qualquer crise. Mas o entendimento, ou o pacto, têm como ponto de partida algumas condições: primeira condição - e todas as demais têm peso similar: respeito ao voto; o fim das “pautas-bombas” no Congresso, pautas que não contribuem para o País; unidade pela aprovação de reformas; a retomada do crescimento econômico; a preservação de todos os direitos conquistados pelos trabalhadores e pelo povo brasileiro; e a necessária, imprescindível e urgente reforma política. Esse é o pacto que eu busco: trabalhar para superar a crise, voltar a crescer e agir para entregar ao meu sucessor um Brasil muito melhor, no dia 1º de janeiro de 2019.

Minhas queridas Margaridas, mulheres, minhas amigas e também os meus amigos aqui presentes,

O desprezo pelas diferenças está na origem do preconceito, a gente sabe disso. O preconceito é o motivador da intolerância. A gente também sabe disso. A intolerância é o ambiente em que nascem todas as formas de violência – o insulto, a ofensa, a agressão física, o espancamento, o estupro, o assassinato... Violências que atingem os negros, atinge as mulheres, os jovens, a comunidade LGBT, sobretudo, as mulheres negras, os jovens negros, os indígenas e os diferentes. Dependendo de quem olha, porque a diferença não está na pessoa, está em quem olha para a pessoa. O preconceito, a intolerância e a violência não podem vencer. Queremos viver em um país em que as diferenças sejam aceitas, os direitos sejam respeitados e as leis sejam cumpridas. Uma lei não pode ser boa porque me beneficia e se tornar ruim porque beneficia o outro. As leis são a garantia de que podemos viver e conviver em sociedade. É óbvio que podemos mudar as leis, mas para isso temos de conquistar a maioria para poder mudá-las; até lá, elas têm de ser respeitadas. A maior de todas as leis no Brasil é a nossa Constituição: é o resultado grandioso, justo, generoso, das lutas dos brasileiros contra a ditadura.

A Constituição diz que a retirada do presidente eleito do cargo somente poderá ocorrer se ficar comprovado que foi cometido crime de responsabilidade. Não está escrito na nossa Constituição que o presidente eleito pode sofrer impeachment porque o país passa por dificuldades na economia, ou porque parte dos cidadãos não gosta dele por qualquer razão, ou por o que seja; podem tirar um presidente se ele cometer um crime de responsabilidade. Em um regime presidencialista, como o nosso, é necessário ter base jurídica e política para tirar um presidente. Submeter-me ao impeachment ou exigir minha renúncia, ou tentar quaisquer expedientes que comprometam o mandato que me foi conferido é um golpe de Estado sim. Um golpe dissimulado, com um pretenso verniz de legalidade, mas um golpe. Pura e simplesmente isso, um golpe.

Na trama golpista, eu gostaria de destacar, também, o uso de vazamentos seletivos. A nossa Constituição, que garante a privacidade, mas, sobretudo, a legislação vigente, proíbem vazamentos que hoje, na verdade, constituem vazamentos premeditados, vazamentos direcionados, com o claro objetivo de criar ambiente propício ao golpe. Vazar porque não é necessário provar, basta noticiar, basta acusar, basta usar de testemunhos falsos; basta, repito, vazar. Nada disso é problema porque sempre se aposta na impunidade. Isto não

transforma o Brasil em um país que respeita instituições, respeita a liberdade de informação, nem tampouco respeita a democracia.

Quero dizer isto porque queria destacar que nós poderemos ter, nos próximos dias, muitos vazamentos oportunistas e seletivos. Eu determinei ao senhor ministro da Justiça a rigorosa apuração de responsabilidades por vazamento recentes, bem como tomar todas as medidas judiciais cabíveis. Passou de todos os limites a seleção muito clara de vazamentos em nosso país.

Minhas amigas e meus amigos,

A igualdade é a base para o fortalecimento da democracia. Uma democracia é sempre mais forte, mais robusta, mais cheia de vida, quando consagra a igualdade. Refiro-me a todos os tipos de igualdade: a igualdade de oportunidades, a igualdade de direitos, a igualdade de gênero, a igualdade diante da lei. Enfim, essa palavra, que enche uma democracia de força, de fé e de esperança. A redução das desigualdades em nosso País, aliás, um país historicamente marcado pela exclusão, um país que nós sabemos tem a marca indelével na sua história e nas suas consequências sociais, culturais e políticas, da escravidão. Essa questão da construção e da redução das desigualdades foi uma das prioridades, e eu tenho a honra de ter sucedido também um presidente, que foi o presidente Lula, que também deu ênfase a esse caminho. Eu tive a honra de servir ao presidente Lula como ministra, e espero também ter a honra de tê-lo como meu ministro.

Nós sempre acreditamos que o Brasil só mudaria de verdade se fosse um país em que os brasileiros tivessem mais direitos, tivessem mais igualdade de oportunidades e que as mulheres tivessem mais direitos, mais autonomia e mais poder. Eu quero dizer para vocês que eu me orgulho muito de ter, em toda e cada uma das nossas políticas, implementadas nos últimos anos, essa marca.

Alguns números falam por si. São mulheres 59% dos estudantes que usam o FIES para financiar suas faculdades; são mulheres 53% dos que têm bolsas do ProUni; 59% dos matriculados no Pronatec; são mulheres 92% dos titulares do Bolsa Família; 90% dos beneficiados da faixa de menor renda do Minha Casa Minha Vida; estão em nome das mulheres 94% das cisternas instaladas pelo meu governo no Semiárido nordestino. Esses números fazem parte de toda uma estratégia, uma estratégia que também combate a violência contra as mulheres. A Lei Maria da Penha, primeiro, e agora a Lei do Femicídio, que

transformou em crime hediondo a violência contra a mulher pelo fato dela ser mulher. E a estruturação de uma rede de âmbito nacional de proteção à mulher contra a violência.

Por isso, neste momento, a luta pela legalidade e pela democracia e contra o golpismo também é uma luta contra a misoginia, o machismo e a violência de gênero. Tenho inteira consciência disso e, por essa razão, digo a vocês que como vocês, até um pouco mais, estou indignada com a matéria da revista Isto É da semana passada. Demandeí que a revista seja processada por crimes contra a honra e exigi direito de resposta. Essa revista vem sistematicamente mentindo, inventando, incitando o ódio e a intolerância. Produziu uma peça de ficção para ofender a mulher e a presidenta. Na verdade, com o propósito de me ofender como presidenta justamente por ser mulher. É um texto muito baixo, que reproduz um tipo perverso de misoginia, para dizer que, quando uma mulher está sob pressão, costuma perder o controle. Vem tentando, aliás, isto vem tentando ser feito há muito tempo, há muito tempo. Ninguém nunca pergunta a um homem: “você está sob pressão?”, “você está nervoso?” Não perguntam. E é interessante sinalizar... Mas é muito interessante notar, que, em relação à pressão, há duas hipóteses que eles levantam contra mim: a primeira é que sou autista, autista porque eu não reajo à pressão perdendo o controle. A segunda hipótese é essa que a revista levantou: que eu reajo com descontrole. Então, a mulher só tem duas hipóteses: ou ela é autista ou ela é descontrolada. Acho que é um desconhecimento imenso da capacidade da mulher resistir à pressão, às dificuldades, às dores e enfrentar os desafios.

Eu tenho muito orgulho de ser mulher e de ser mulher brasileira. Não me acho diferente das mulheres que, nesse País, resistem, batalham e lutam para criar os seus filhos; que lutam muitas vezes sozinhas, enfrentando todas a sorte de problemas e que não se descontrolam nem são autistas. Eu quero dizer, ainda, que eu tenho imenso respeito pelos autistas. Conheço, tenho na minha família, e sei perfeitamente que uma criança autista tem todo o mundo dela; não vejo isso como uma acusação, vejo isso como um desrespeito a certa condição. E queria dizer que esse tipo de tratamento em relação às mulheres, em que, quando estão sob pressão, costumam perder o controle, é, além de... Constitui, além disso, um machismo extremamente banal. Eu não aceito isso; nenhuma mulher deve aceitar isso. Todas as mulheres devem reagir a isso.

Além disso, quero dizer que eu estive três anos presa ilegalmente; fui torturada... A prisão sempre é uma forma humilhante de tratar pessoas, e sempre mantive o controle, o eixo e, sobretudo, a esperança. Enfrentei, como muitas mulheres nesse Brasil nosso enfrentam, uma

doença difícil. Eu enfrentei o câncer, que me debilitou no início, mas que eu sempre disse: “enfrenta que você supera”. Mantive o controle, o eixo e a esperança.

Eu estou enfrentando, desde a minha reeleição, a sabotagem de forças contrárias e mantendo o controle, o eixo e a esperança. Quero dizer para vocês: eu não perco o controle, não perco o eixo, não perco a esperança, porque eu sou mulher; é por isso: porque eu sou mulher. Não perco o controle, o eixo e a esperança porque me acostumei a lutar por mim e pelos que eu amo. Amo a minha família, amo o meu País, amo o meu povo. Sempre lutei, sempre continuarei lutando.

Tomo emprestadas as palavras da Cora Coralina. A Cora Coralina diz o seguinte: “*sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores*”. Sou mulher, sim, com muito orgulho. Sou feminina e sou forte; sou sensível e sou firme; sou doce e sou decidida; sou o que tenho de ser, sou o que for, o que preciso for, eu serei.

Sou o que for preciso para lutar pelos meus direitos, pelos direitos do meu povo para lutar pelas liberdades, pela democracia, pelo fim das desigualdades de gênero, pela igualdade de oportunidades para transformar esse País em um grande País.

Por isso eu encerro dizendo: viva as mulheres brasileiras, mulheres a favor da democracia, a favor do povo brasileiro.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Encontro da Educação pela Democracia - 12/4/16²³

Um golpe não é só contra mim, é também contra mim, mas não é, sobretudo, contra mim. É, sobretudo, contra o projeto que eu represento. Essa é a característica mais evidente desse golpe. É contra tudo aquilo que, nos últimos 13 anos, o meu governo e o governo do presidente Lula têm feito com o apoio do povo e com o trabalho incansável dos movimentos sociais e de todos os brasileiros e brasileiras que queriam ver um Brasil maior, mais forte e mais igual em suas oportunidades. O golpe é contra as conquistas da população, e contra o protagonismo assumido pelo povo brasileiro nesses 13 anos. O golpe é contra, é contra o

²³ Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-da-educacao-pela-democracia-palacio-do-planalto> [29 de agosto de 2016].

fato que as pessoas, as Suzanas, começaram a andar de avião, sim. As Suzanas passaram a cursar a universidade e, o cúmulo do absurdo, as Suzanas entraram no Palácio do Planalto.

Fala da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com organizadoras do evento Abraço da Democracia - Mulheres com Dilma - 19/4/16²⁴

Quero dizer que, sem dúvida nenhuma, nós, hoje, temos uma posição firme, compartilhada, pela democracia. Nós sabemos que a democracia também, para nós, é uma questão de luta contra o preconceito de gênero. E eu quero reconhecer, hoje até reconheci, foi uma pergunta de uma jornalista canadense, que me perguntou se eu acreditava que neste processo todo tinha havido, também, algo... Que tinha a ver com o preconceito pelo fato de eu ser mulher. Acho que tem uma parte significativa disso. Tem um certo tratamento, que é uma tentativa de desvalorizar, de diminuir, de colocar como sendo a mulher uma pessoa que não tem força para resistir à pressão, a mulher como um ser frágil, um ser que cuja fragilidade não está na sua capacidade de sentir, mas cuja sua fragilidade é de caráter, isso é um absurdo, eu me rebelo contra isso. Acho que as mulheres desse País são mulheres fortes, que comprovaram isso ao longo da história e que hoje, mulheres anônimas, que saem de casa, vão trabalhar, criar seus filhos, que lutam todo dia, elas não são frágeis, elas enfrentam dificuldades e nunca desistem.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de abertura da Conferência Nacional de Direitos Humanos e encerramento das Conferências

²⁴ Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/fala-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-organizadoras-do-evento-abracaco-da-democracia-mulheres-com-dilma-palacio-do-planalto> [29 de agosto de 2016].

Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa, de LGBT e da Pessoa com Deficiência - Centro de Convenções do Brasil - 27/4/16²⁵

Sabe que essa democracia só se constrói em cima dos direitos de todas as pessoas: direitos de gênero, direitos... Todos esses que nós aqui resumimos em um nome só: Direitos Humanos.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega de unidades habitacionais do Residencial Salvação e entregas simultâneas em Uberaba/MG, em Camaçari/BA, em Campos dos Goytacazes/RJ e em Itapipoca/CE - 5/5/16²⁶

As mulheres desse País são mulheres guerreiras. Aliás, eu quero homenagear as mulheres deste País. Se tem uma coisa que nós não somos, nós não somos fracas, nós somos fortes. Confundem sensibilidade com fraqueza. É completamente diferente. Mesmo os homens aqui sabem a força da mãe de muitos de vocês que fizeram grandes sacrifícios para criar sua própria família. Sabe também, não quero aqui também diminuir o papel dos homens, nós sabemos também o exemplo que os pais têm condição de dar para os filhos, mas eu quero destacar aqui o papel das mães deste País.

É muito importante que não haja violência contra a mulher, por isso que nós temos de combater a violência contra a mulher.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de inauguração da Embrapa Pesca e Aquicultura - 7/5/16²⁷

²⁵ Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-da-conferencia-nacional-de-direitos-humanos-e-encerramento-das-conferencias-nacionais-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-da-pessoa-idosa-de-lgbt-e-da-pessoa-com> [29 de agosto de 2016].

²⁶ Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-entrega-de-unidades-habitacionais-do-residencial-salvacao-e-entregas-simultaneas-em-uberaba-mg-em-camacari-ba-em-campos-dos-goytacazes-rj-e-em-itapipoca-ce-santarem-pa> [29 de agosto de 2016].

²⁷ Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inauguracao-da-embrapa-pesca-e-aquicultura-palmas-to> [29 de agosto de 2016].

Cumprimentar aqui meninos e meninas, minhas queridas, a Eleonora, que é secretária especial de Políticas para as Mulheres. Nós sabemos a importância crescente que nós, mulheres, viemos conquistados nas últimas décadas e nos últimos anos, e a ministra Eleonora Menicucci tem desempenhado seu papel tanto no combate à violência contra a mulher como também vem levando toda uma política de incentivo às mulheres, principalmente eu queria destacar toda a legislação sobre a empregada doméstica.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de abertura da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - 10/5/16²⁸

E no nosso caso específico, no caso da desigualdade de gênero, nenhum fundamentalismo vai impedir que a nossa perspectiva de gênero se afirma cada vez mais. Nós sabemos o quanto existe, o quanto existe de misoginia, o quanto existe de machismo em algumas visões. Nós vamos reafirmar a nossa perspectiva de gênero. E eu tenho certeza que uma conferência desse porte, desse tamanho, dessa envergadura é, sem dúvida, uma das nossas mais importantes plataformas de luta.

A história ainda vai dizer quanto da violência contra a mulher, quanto de preconceito contra a mulher tem nesse processo de impeachment golpista. Nós sabemos que um dos componentes desse processo tem sempre uma base no fato de eu ser a primeira presidenta eleita pelo voto popular, a primeira presidenta eleita do Brasil.

E eu quero dizer para vocês que uma parte muito importante da minha capacidade de resistir decorre do fato de eu ser mulher. Mas, além disso, decorre do fato de eu ter plena consciência que eu tenho de honrar as mulheres do meu País, mostrando que nós somos capazes de resistir e de enfrentar. Nós temos uma força que não se confunde com a brutalidade. A nossa força não está em sermos ferozes, em sermos irascíveis, raivosas. A nossa força está em sermos lutadoras, guerreiras e extremamente sensíveis e capazes de amar, até porque temos essa imensa capacidade que é dar a vida.

²⁸ Versão integral disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-da-4a-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres-brasilia-df> [29 de agosto de 2016].

Então a história vai mostrar, e vai mostrar como o fato de eu ser mulher me tornou mais resiliente, mais lutadora. E muitas vezes como até hoje, queriam que eu renunciasse. Jamais passou a renúncia pela minha cabeça. A renúncia passa pela cabeça deles, não pela minha. Por que eu digo isso? Porque eu sou uma figura incômoda, porque enquanto eu me manter de pé, de cabeça erguida, honrando as mulheres, ficará claro que cometeram contra mim uma inominável injustiça, enorme injustiça. A renúncia é algo que satisfaz a eles, não a nós. A nós o que satisfaz é a luta, é isso que nos satisfaz, é a luta.

Eles, portanto, quando propõem a minha renúncia, têm dois objetivos. O primeiro deles: eles querem, de todas as formas, evitar que eu continue falando com vocês e denunciando o golpe. Querem também disseminar uma ideia: “Ah, ela é mulher, ela não tem capacidade de resistir”.

Nós temos um lado, o nosso lado é o lado que garante que as mulheres hoje sejam aquelas que recebem o cartão do Bolsa Família, que dá prioridade à titularidade da mulher no Minha Casa Minha Vida, que combate a violência contra a mulher, que aprovou a Lei do Femicídio. Nós somos aquelas que queremos a casa da mulher brasileira porque queremos uma forma eficaz, efetiva, de garantir acolhimento, proteção às mulheres vítimas de violência. Nós queremos um País em que a intolerância, em que o preconceito não tenha espaço para crescer. Nós queremos um País em que sejamos cidadãos diferentes, porém não desiguais. É esse o país pelo qual todos nós lutamos.

Depoimento de defesa de Dilma Rousseff na Comissão Especial de Impeachment do Senado Federal - 6/7/16²⁹

Sempre acreditei na igualdade entre homens e mulheres, na necessidade de lutarmos com paixão, intransigência e firmeza, contra todas as formas de opressão, preconceito e intolerância.

²⁹ Versão integral disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/07/06/integra-do-depoimento-de-defesa> [29 de agosto de 2016].

Discurso de defesa de Dilma Rousseff no Senado Federal – 29/8/16³⁰

São pretextos, apenas pretextos, para derrubar, por meio de um processo de impeachment sem crime de responsabilidade, um governo legítimo, escolhido em eleição direta com a participação de 110 milhões de brasileiros e brasileiras. O governo de uma mulher que ousou ganhar duas eleições presidenciais consecutivas.

A eleição indireta de um governo que, já na sua interinidade, não tem mulheres comandando seus ministérios, quando o povo, nas urnas, escolheu uma mulher para comandar o país. Um governo que dispensa os negros na sua composição ministerial e já revelou um profundo desprezo pelo programa escolhido pelo povo em 2014.

Conquistas importantes para as mulheres, os negros e as populações LGBT estarão comprometidas pela submissão a princípios ultraconservadores.

As mulheres brasileiras têm sido, neste período, um esteio fundamental para minha resistência. Me cobriram de flores e me protegeram com sua solidariedade. Parceiras incansáveis de uma batalha em que a misoginia e o preconceito mostraram suas garras, as brasileiras expressaram, neste combate pela democracia e pelos direitos, sua força e resiliência. Bravas mulheres brasileiras, que tenho a honra e o dever de representar como primeira mulher presidenta do Brasil.

Pronunciamento após o julgamento final do impeachment - 31/8/16³¹

Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment.

O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria

³⁰ Versão integral disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/veja-e-leia-integra-do-discurso-de-dilma-no-senado.html> [29 de agosto de 2016].

³¹ Versão integral disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html> [29 de agosto de 2016].

justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido.

O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógeno. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.

Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar.